

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Do Apito das Serrarias ao Silêncio das
Araucárias
Painel SC – 1959 - 1976

HUMBERTO ALOÍZIO DE OLIVEIRA

FLORIANÓPOLIS
2002

HUMBERTO ALOÍZIO DE OLIVEIRA

Do Apito das Serrarias ao Silêncio das
Araucárias
Painel SC – 1959 - 1976

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito para a
Obtenção do título de Mestre
Orientação : Prof^ª. Maria Dolores Buss

FLORIANÓPOLIS
2002

RESUMO

Esta pesquisa procura descrever as condições de vida, trabalho e as relações sociais contidas numa vila de serraria na localidade de Casa de Pedras, interior do Município de Paineira, antigo distrito da cidade de Lages.

Este trabalho privilegia a abordagem da coexistência de diferentes culturas num mesmo espaço social. A vila de trabalhadores e a Serraria Cherubini agregou famílias de caboclos locais e migrantes gaúchos (italianos) convivendo num mesmo lugar.

Neste trabalho objetivo indicar as características das relações cotidianas dentro e fora da serraria e da vila. Falo dos trabalhos realizados pelos trabalhadores no interior da serraria e toda sua maquinaria, da dinâmica funcional, bem como do trabalho no mato, no corte de pinheiros.

Procurou abordar as mudanças que a nova atividade extrativa desencadeou no espaço social, na paisagem e na configuração territorial que antecederam a chegada dos migrantes gaúchos que chegaram para uma vida nova num lugar desconhecido. Suas condições e visões sobre o novo lugar aparecem nas linhas desta pesquisa. Também estão descritas as impressões da “gente da terra”, os caboclos sobre a nova atividade e a chegada dos “estranhos” que passaram a conviver com os habitantes nativos da localidade.

Por fim, uma das contribuições desta pesquisa é apontar as memórias vivas de sujeitos esquecidos, que foram cúmplices de um intenso espaço e tempo de sociabilidades, de convivências situados num mesmo lugar: A Vila de Serraria Cherubini

ABSTRACT

This research tries to describe the life conditions, work, and the social relationship restrained in a sawmill village located at Casa de Pedras, in the municipality of Paineira, old district of Lages.

This paper privileges the approach of the coexistence of different cultures in the same social space. The worker's village and the Cherubini sawmill joined local caboclo's families and gaúchos' migrants (italian) who lived together in the same place.

In this paper the objective is to indicate the characteristics of the everyday relationship inside and outside the sawmill and the village. I talk about the work done by their workers inside the sawmill and all its machinery, the functional dynamic, as well as the work in the woods, in the cutting of the pines.

In the work I try to approach the changes that the new extractivist activity triggered in the social space, the landscape and the territorial environment that as they were previously to the arrival of the gaúchos'

Migrants who arrived in search of a new life in a unknown place. Their conditions and points of view about the new place appear in the lines of this research. Also, it describes the impressions of "gente da terra", the caboclos, about the new activity and the arrival of "foreigners" that passed to live with the native with the local inhabitants.

At last, one of the contributions of this research aims at showing

The live memories of forgotten fellows who were accomplices of an intense space and time of acquai

AGRADECIMENTO

Para a construção desta pesquisa participaram direta ou indiretamente muitas pessoas que foram fundamentais para a sua realização. Toda pesquisa é resultado de um processo coletivo, por isso a necessidade de apontar e agradecer o apoio desses colaboradores.

Poderia ocupar estas linhas para fazer um agradecimento geral a todos, mas isso ao meu ver, seria pouco. A participação dos amigos, colegas de mestrado, professores, familiares significou um papel importantíssimo para o desfecho deste trabalho.

Com emoção e reconhecimento, nomino as pessoas que contribuíram com entusiasmos e alegria para a realização desta pesquisa, pois sem elas certamente esse trabalho ficaria sem sentido.

Primeiramente gostaria de agradecer os ex- trabalhadores e moradores da Vila da Serraria Cherubini, e aos “antigos” moradores da localidade de Casa de Pedras que abriram as portas de suas casas para que eu pudesse registrar suas lembranças. Agradeço ao seu João Donato e Dona Amemar, seu Janjo, ao seu Aldori Melo (Tioba), dona Venina, ao seu Adelino de Oliveira, a dona Ilza Maria, a Sirlânia, a Salete, ao Sebastião Coelho (Tião Coelho), ao seu Dante Coelho, a Neuza, a Sonia, ao Ricardo Puerari. E a todos os familiares destes que estiveram juntos nesta caminhada, ora como informantes, ora como guias e sempre como amigos. Minha sincera gratidão a esses sujeitos que foram entrevistados e que vivenciaram o espaço da vila e que deram “vida” a esta pesquisa.

Não poderia esquecer a participação da amiga Estelamaris Agostini que nas ida e vindas para Criciúma e para a capital, foi sem dúvida, muito importante no partilhar das

dificuldades, das angústias, das discussões sobre o conteúdo do curso. Amiga presente em todas as horas. Meu agradecimento especial ao amigo que conheci no curso de Mestrado Mário Bagnanim,

Em especial também quero agradecer a professora Maria Dolores, com sua postura profissional e competente, soube entender com muita sensibilidade, minhas limitações, sinalizando os rumos desta pesquisa. Creio que foi a partir das críticas e de suas indicações que esta pesquisa ganhou um significado melhor. Com paciência e diálogo entre nossas experiências, suas observações foram muito importantes, estas sem dúvida características de uma grande orientadora.

Meu agradecimento também muito especial a duas pessoas bem próximas da minha vida. Agradeço a minha companheira Silmara pela força e pelo amor nos momentos de alegria e de dor. Por comermos do mesmo pão, soube me encorajar com franqueza a continuar acreditando neste trabalho.

Ao Caetano, meu filho que com sua presença e seu olhar me enche de alegria e esperança e que me faz acreditar que o mundo pode ser melhor. Percebi que ele aceitou minhas ausências em vários momentos da nossa relação, muitas vezes sem entender porquê, mas que cada reencontro a emoção tomava formas que as palavras não sabem contar.

Sumário

Introdução.....	04
1-A GENTE DA TERRA CABOCLOS.....	19
2. A CHEGADA DA SERRARIA.....	42
2.1 – Espaço de Trabalho.....	61
2.2 – Os Migrantes no Lugar.....	77
3 – A CHEGADA DO ESTRANHO – A VILA DE CABOCLOS E DE MIGRANTES GAÚCHOS.....	86
3.1 – A Serraria: Ecos de uma Nova Ordem.....	106
3.2 – Mulheres na Vila da Serraria.....	123
Considerações Finais.....	133
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	139

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa não pretende inaugurar estudos sobre o ciclo da madeira na Região Serrana Catarinense. Mas para apresentá-la é importante expor a sua construção e o que pretendo desenvolver neste trabalho. Perguntas como? Por que? O que me levou a se interessar por um “lugar já esquecido”: uma vila de serraria no planalto serrano catarinense?

Acredito que toda pesquisa tem uma história e que o pesquisador ao escolher “sua temática” está envolvido e disposto a dar respostas a sua inquietude. Angústia, fascínio, medo e prazer em descobrir, em desvendar, mesmo que parcialmente alguns mistérios, fizeram parte da realização desta pesquisa. Contudo, toda vez que “meus” entrevistados lembravam como era a dinâmica daquele lugar, confirmava para mim a vontade de continuar com as análises.

Pretendo expor algumas limitações e avanços que transpareceram na construção das tarefas. Uma das preocupações iniciais da minha pesquisa era de investigar uma realidade espacial e social que já não existe mais enquanto organização social (a vila de Serraria Cherubini foi desconstruída materialmente em 1976). Outra questão importante era sobre as fontes (oficiais ou não) sobre o lugar escolhido. E assim uma pergunta, sempre puxava outra. A incerteza de qual direção tomar. Incomodava o percurso estabelecido.

Ao defrontar-me com novas fontes e interpretá-las, encontrava novo ânimo para outras buscas. Esse contínuo labor fez com que em alguns momentos superasse minhas limitações em outros escancarasse-as. Mas acreditei que ao construir um trabalho de pesquisa (e não construí sozinho) também fui me construindo enquanto pessoa. Quero expor alguns questionamentos que me levaram a escolher tanto o período “ciclo da madeira” como especificamente a Vila de Serraria a ser estudada. Convido, com a permissão do leitor, a acompanhar a justificativa da escolha:

De um modo quase geral, dificilmente encontramos alguma pessoa que mora na região serrana de Santa Catarina, que não tenha vivenciado ou que não possua algum relato sobre o ciclo e as serrarias, suas vivências são expressas, quotidianamente nas conversas quando o assunto é por exemplo: emprego, desenvolvimento, crise econômica. Existem recordações vivas de bastante entusiasmo na fala de quem presenciou aquele período. Muitas famílias que são residentes na região há tempos, tiveram contato direto ou indireto com as vilas de trabalhadores. Famílias que após a “decadência”(não sei se este é o termo) da atividade extrativa dos pinheiros, migraram para a cidade de Lages, principalmente.

Nesse sentido, creio que existem muitas possibilidades de pesquisa sobre a extração da madeira, e sobre os sujeitos sociais que participaram do processo com seu trabalho. Existe na região serrana catarinense hoje, um reduzido número de estudos do passado da região. Não só do passado, carecemos também de pesquisas sobre vários aspectos sobre o presente. Faz-se necessário comentar que os trabalhos acadêmicos ou relatos oficializados negligenciaram a presença da maioria da população como sujeitos

históricos. Salvo algumas exceções, os trabalhadores, o povo, não aparecem com relevância nas obras locais. Ao buscar argumentos sobre esta exclusão, apoio-me na contribuição de J.J. Chiavenato, na obra “as lutas do povo brasileiro” . O autor nos permite perceber a ausência do povo nos discursos oficiais. O mesmo afirma: *“Uma das características básicas da historiografia oficial é negar ao povo qualquer participação profunda nas mudanças sociais”*.(1988:5)

Como não acredito na neutralidade de uma pesquisa, posiciono meus esforços na direção daqueles que foram e continuam sendo os sujeitos históricos (trabalhadores) a maioria, gente explorada, não valorizada.

De onde, de que lado este pesquisador está? Questão básica para definir os pressupostos da pesquisa. Seria demasiada a pretensão pensar em dar conta do período nomeado “ciclo da madeira”. Impossível ao meu ver! Este fenômeno atingiu praticamente todo o território Serrano. Toda a dinâmica a que foi submetida a região trouxe mudanças sobre vários enfoques: políticos, geográficos, culturais, econômicos. Caminhar na busca de interpretar uma vila de serraria no meio rural, propondo-se levantar análises do passado vivenciado neste lugar é o grande desafio que esta pesquisa apresenta.

Primeiramente pretende-se dar conta do lugar da localidade interiorana de Casa de Pedras, distrito de Painel ¹(Lages) antes da chegada da Serraria. Importante nesse momento analisar a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica espacial e o processo produtivo (dinâmica econômica) do lugar.

Ao iniciar esta pesquisa, não imaginava por quais caminhos acabaria por andar. Supostamente, a visão que me vinha era sobre a construção (instalação) da Serraria Cherubini, localidade de Casa de Pedras, 1958.

¹ Painel emancipou-se de Lages em 1995

De tanto ouvir depoimentos amistosos e relatos saudosistas das pessoas que vivenciaram aquele lugar, inquietava-me cada vez que me defrontava com qualquer fonte sobre o assunto. Isso foi me levando a organizar um plano de busca(pesquisa) relacionado ao passado dos trabalhadores e do lugar. Uma das primeiras indagações sobre este fenômeno era o fato de deparar-me com poucos registros oficiais e de ter que trabalhar com as memórias. Passei então a prestar atenção redobrada sobre qualquer informação referente ao tema. Na medida que ia desvendando algumas dúvidas, ampliavam-se outras, e as perguntas se multiplicavam. Para cada nova possibilidade aumentava-se as perspectivas e novos avanços surgiam.

Não foi nada fácil encontrar registros sobre a vila de serraria. Escondidos e cobertos de poeira, consegui achar alguns documentos que se tornaram luz no fundo do túnel para o trabalho. Acredito que o tempo se encarregou de subestimar tais fontes. Aqueles documentos deixaram de ser importantes para as famílias. Qualquer fotografia, registro de trabalho era entregue sem apego ao pesquisador. Este “encontro” com as pessoas, reforçou e muito o meu interesse por estudar a vila da serraria e seu cotidiano. Eram tantas as questões ainda não exploradas, 7que me encorajava a trilhar por trajetos ainda não percorridos. Uma combinação forte de dúvida e satisfação a cada descoberta.

Dúvida quando me deparava com o silêncio e a inviabilidade de encontrar os sujeitos que participaram do processo produtivo nos tempos das vila. Satisfação a cada depoimento que soava do imaginário das pessoas que encontrei.

Ao iniciar o curso de pós-graduação em Geografia, onde a trajetória no mesmo, fez com que me apropriasse de conhecimentos formadores dessa ciência, com o passar do tempo consegui associar os conteúdos com uma proposta de pesquisa há muito tempo sonhada. Faltava-me embasamento teórico metodológico para desenvolver “minha” dissertação.

Ainda não domino completamente as bases da pesquisa científica, contudo esforço-me para aprender mais a cada dia.

Na medida que fui aprofundando o estudo relacionado a geografia, foi crescendo o meu interesse e a minha visão sobre o objeto a ser estudado. Isso foi construindo reflexões que serviram para sustentar a escolha.

Quanto ao tema escolhido, angustiava-me, a ausência de estudos sobre as serrarias e conseqüentemente suas vilas no seu entorno. Se a vila e serraria Cherubini foi um lugar de múltiplas relações, acredito que a geografia é uma das lentes que permitem fazer sua leitura. Os atores criaram um espaço para reproduzirem seus sonhos, suas vidas. É a partir dessa perspectiva que desenvolvi minha proposta de pesquisa. No transcorrer do trabalho pude perceber as estreitas relações da geografia com o espaço coletivo da vila.

Retornar ao lugar onde nasci, em outubro de 1965, como pesquisador, emocionou-me muito. No entanto, minhas angústias se encontravam no campo do fazer geográfico, do como contar a história do lugar.

Ao longo da pesquisa, defrontei-me com muitas teorias e metodologias. Estas serviram como fontes inspiradoras e fornecedoras de elementos para que eu pudesse compreender melhor o tempo e o espaço que me dispus a pesquisar. Isso não quer dizer que houve uma inteira compreensão dessas por minha parte. Muito há de se fazer neste sentido. Quero expor e quem sabe partilhar

aqui a minha ansiedade quando me deparei no trabalho de campo com poucos sinais visíveis existentes no lugar onde era a vila. O conteúdo e a forma foram totalmente destituídos. O espaço da serraria e da vila foi materialmente desfeito. O tempo se encarregou de apagar quase todas as formas daquele período. Assim sendo, restava-me buscar outras alternativas para aprofundar análises sobre o assunto estudado. Nesta busca das fontes, deparei – me com um considerável material, que de certa forma, estava adormecido com o tempo: documentos escritos e a memória daqueles que vivenciaram a serraria e as experiências de vida no espaço da vila.

Buscando a memória, a oralidade por meio das entrevistas, consegui aproximar os relatos das pessoas com a base teórica geográfica e o desejo de realizar a proposta de pesquisa. Não, que os relatos tenham que ser “encaixados” nas teorias. Pois estas, sem uma relação direta com a prática tornam-se alheias a realidade. Dois passos importantes que necessariamente devem ser observados quando envolvemos a memória, as recordações das pessoas: é preciso estar aberto ao que as pessoas vão contar, o que gostariam de falar, sem perder, contudo, o que eu quero contar na pesquisa. Aproxima-se assim os dois desejos. Nesse processo de como fazer a pesquisa, depusitei muita esperança à problemática a ser abordada, mas só incertezas quanto ao caminho a ser percorrido. É preciso lembrar que, se esta é uma pesquisa que procurou basear-se nas memórias dos sujeitos que vivenciaram o espaço da vila, e que se propôs a realizar um determinado número de entrevistas, o pesquisador já possuía algumas informações sobre o tema escolhido. Foi, enfim, no dizer popular do cabodo *“uma empreitada arriscada”* ou uma

“*empreitada braba*” realizar a pesquisa. Mas também uma empreitada tentadora e inadiável.

Do ponto de vista metodológico, a primeira tarefa que se impôs foi a localização de pessoas a serem entrevistadas, isto é, que preenchessem os requisitos estabelecidos na pesquisa: terem vivenciado o espaço da serraria e da vila Cherubini. Esta vivência poderia ser direta, quando a pessoa entrevistada tivesse trabalhado ou residindo na vila, como indiretamente, quando residindo nas propriedades circunvizinhos a serraria.

No caso das pessoas residentes em Lages, os contatos foram feitos com maior facilidade, pois vasculhando informações de outros (parentes, amigos) conseguia-se encontra-las para concederem as entrevistas. Prática comum neste processo foi a de esclarecer para as pessoas , as intenções de tal pesquisa e, se haveria interesse e colaboração delas em partilhar suas memórias sobre aquele tempo.

Quanto as pessoas residentes na localidade de Casa de Pedras, a forma encontrada foi a de por o pé na estrada em busca de relatos, depoimentos sobre a serraria e também sobre o período anterior a ela. O deslocamento até a localidade de Casa de Pedras é de aproximadamente 45 Km de Lages. O problema que se colocou na realização desta pesquisa a partir de um determinado momento, foi o de encontrar as pessoas a serem entrevistadas, na medida em que com o passar do tempo dispersaram-se, mudaram-se tornando a tarefa da pesquisa um pouco mais difícil. Cada “informante” se tornava um achado a cada etapa do trabalho.

Contudo, algumas dúvidas apareceram, quando iniciamos a pesquisa qual procedimento metodológico seria mais viável? Seria melhor falar

diretamente com o entrevistado, explicar-lhe os objetivos da pesquisa? Ou, recorrer a uma forma mais sutil de convívio e adaptação a sua realidade atual para mais tarde, buscar a contribuição mais “solta” das pessoas? Parece-me que as duas alternativas complementaram-se. Ficar atento aos sinais, gestos, movimentos dos entrevistados, sempre com a preocupação de deixá-los a vontade foi um bom indicador para amenizar a insegurança comumente encontrada nessa etapa da pesquisa.

O trabalho com o material pesquisado, coletado no desenvolvimento da pesquisa, compreendeu basicamente relatos de vida gravados, fotos, textos que retratassem análises sobre a temática. Procurou-se, na medida do possível realizar as transcrições das fitas gravadas logo após a realização de cada entrevista. Alguns problemas surgiram no trabalho de transcrição decorrentes nas falhas de gravação e no entendimento do que era dito pelo entrevistado. O esforço concentrava-se em fazer com que o discurso escrito fosse o mais fiel possível do discurso falado. Diante disso, percebi, que é muito difícil retratar na transcrição das fitas, o clima da entrevista, os gestos, a voz, a entonação, as ênfases do entrevistado. Mesmo com todo o cuidado, o texto escrito não consegue corresponder totalmente às memórias faladas. Muitas vezes as conversas com quem entrevistei foram longas e, sobre vários aspectos da vida, fugindo dos objetivos levantados anteriormente a visita. As lembranças “acordaram” no decorrer dos diálogos. Na medida em que as pessoas recordavam da serraria e do cotidiano na vila, percebi que a emoção e a entrega das mesmas, cresciam em entusiasmo a cada depoimento. Parecia-me que o seu silêncio encontrava ouvidos atentos a, se possível colher o máximo de elementos relacionados a pesquisa.

Eclea Bosi em sua obra Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, diz que :

“se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa”(1994: 39)

De acordo com a autora, encontrei nas conversas com as pessoas, ao recordarem o passado, orgulho, satisfação, uma espécie de reconquista, de tarefa cumprida.

Por realizar uma pesquisa sobre o passado, de um “outro tempo”, fez-se necessário buscar aqueles sujeitos que vivenciaram o espaço da vila e que, carregam consigo a memória viva daquele contexto histórico. A serraria Cherubini não existe mais materialmente.

Forma e conteúdo se diluíram com o tempo concretamente. O que existe sobre ela são as lembranças, algumas fontes e, principalmente sujeitos que participaram efetivamente da história daquele lugar. Gente que anonimamente fizeram parte de toda uma dinâmica localizada e que não aparecem como sujeitos principais. Sobre o depoimento pareceu-me que as pessoas tinham a dimensão de tudo o que foi e significou o “tempo da madeira” para suas vidas. Talvez não tivessem esta compreensão quando estiveram lá.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar um estudo sobre o fenômeno da memória e como ela se processa nas relações sociais, mas reconheço, o papel importante que a mesma tem quando se faz pesquisas sobre o passado.

Não se consegue o todo quando “voltamos” ao passado, a memória é fragmentada e os entrevistados reinterpretem o passado a partir de suas vivências e anseios presentes, neste sentido observamos que muitas coisas se

perdem com o passar do tempo, durante as entrevistas pude perceber que o passado é impossível de ser refeito, reconstruído, resgatado, pude de certa forma conseguir então, pistas, estilhaços de memórias que contribuíram muito para a elaboração desta pesquisa. De acordo com Ecléa Bossi sobre a memória fragmentada a autora diz que:

“a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. Muitas passagens não foram registradas foram contadas em confiança como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (1994: 39)

Comungando da idéia da autora percebi durante a pesquisa que muitas vezes surgiam declarações riquíssimas que não fizeram parte dos registros. Na informalidade, nos intervalos apareciam elementos importantes que possibilitaram uma melhor compreensão do passado.

Como pressuposto metodológico, me utilizei da história oral que segundo José Carlos Sebe é algo que : *“implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral”*(1996 p10).

Percebi a emoção de cada pessoa que ao recordarem sobre o passado enchiam-se de alegria e de vontade de narrar fatos, acontecimentos sobre a vila. As conversas foram instantes preciosos, principalmente quando, as pessoas contavam suas vidas, experiências, seu labor, “seu lugar” que permanece vivo em suas lembranças, o passado

conservando-se na vida de cada pessoa. A lembrança segundo Ecléia Bossi é a sobrevivência do passado.

Para a realização da pesquisa fez-se necessário indicar com clareza sobre algumas categorias geográficas que serviram como suporte teórico para as discussões e análises levantadas neste trabalho. Teoricamente farei uso de conceitos da geografia que do meu ponto de vista aproximam-se muito da temática pesquisada: espaço, configuração espacial, paisagem, território, cotidiano.

Há um amplo debate sobre essas categorias dentro da geografia. É uma tarefa difícil definir espaço, território, e paisagem. Na verdade é um desafio para os geógrafos e não geógrafos buscar análises que possibilitem construir definições destas categorias. Milton Santos define o espaço como:

“um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (1994: 26)

Cada conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos). Cada forma revela e está diretamente vinculada a certo conteúdo, o espaço não deve ser visto como se os objetos materiais, que formam a paisagem, tivessem uma vida própria. Apesar da importância não nos revelam muita coisa. Para compreendermos o espaço, temos que associar a forma (objetos materiais) com o conteúdo social. *“O espaço é um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”* (Santos 1997 p 81).

Acredito que todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade. O conteúdo social e as formas estão em mudanças

constantes, sem significar que estejam sincronizados sempre. Sobre a construção teórica desta pesquisa, busquei definições das categorias geográficas percebendo assim, uma estreita relação com minha temática.

Com a chegada da Serraria Cherubini na localidade de Casa de Pedras, em 1959, o espaço passaria a sofrer transformações na sua forma e conteúdo. Novos sujeitos chegaram trazendo um novo conteúdo para o lugar. A serraria e vila de trabalhadores podem ser considerados os principais arranjos que mudaram a feição do espaço local. A instalação da serraria estava associado a nova forma (objetos materiais) a um novo conteúdo, contrastando com a sociedade já existente.

Outras intenções, outro ritmo e outra visão de mundo acompanhou a bagagem dos novos sujeitos, que chegavam na localidade, no caso, os italianos gaúchos.

Embora os migrantes gaúchos fossem os “novos” sujeitos do lugar os caboclos que já viviam na região receberam destes migrantes a denominação de os “outros o quando me refiro a outro faz-se necessário dizer que este outro, diferente, é a população cabocla da localidade que por muito tempo estava adaptada a certa dinâmica espacial, tendo assim uma relação bastante arraigada à vida do lugar. Podemos afirmar que os moradores antigos estavam acostumados tanto a um outro sistema de objetos (forma) como a um outro sistema de ações.

Conteúdo social que passaria a sofrer impactos a partir da instalação da serraria na localidade. Isto na minha visão não significou que uma nova espacialização suplantou por inteiro outra já existente. Mas qual espaço se privilegiou então a ser estudado? Nem um, nem outro: os dois. Não se desejou

aqui trabalhar isoladamente “os espaços”, mas sim, as características do espaço anterior a construção da serraria, e o espaço pós sua implantação na localidade.

Não se trata de criar uma desvinculação entre os dois momentos. Pois eles estão intimamente inter-relacionados não havendo, no meu entender condições de separá-los.

Cabodos e italianos seriam no mesmo espaço a sociedade em movimento, ou seja, a vida que os anima. Já os objetos geográficos, objetos naturais ou sociais, dependem da ótica dos grupos sociais que interagem no mesmo espaço com lógicas diferentes. Cada grupo social carrega significações próprias em relação ao que se apresenta como novo. Culturas diferentes com olhares diferentes coexistindo no mesmo espaço. Num mesmo contexto, atores diferentes foram confeccionando um conteúdo social para o lugar. Foi na fala das pessoas envolvidas, protagonistas que consegui identificar as diferentes concepções de mundo envolvendo cabodos e gaúchos italianos.

Quando citamos as categorias geográficas é importante não esquecermos que existe uma conexão entre as mesmas. Não entenderíamos, ou teríamos dificuldade de entender se apresentássemos de forma segmentada cada uma delas.

Espaço, paisagem, configuração territorial e território são categorias afins, ainda muito confundidas e de difícil compreensão. Pretendo correlacioná-las, na medida do possível, para um melhor entendimento das mesmas no conjunto.

A produção do espaço é o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de

paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas. (Santos, 1994 p 64). É nesse sentido que percebemos que cada paisagem reflete uma forma de organização espacial. No caso do período que antecede a chegada da serraria Cherubini na localidade, a paisagem apresentava-se com uma outra multiplicidade de funções, pouco alterada pela ação humana e com uma muita diversidade de formas e com uma dinâmica própria. Com a chegada da Serraria, o lugar assume uma complexidade, tanto relacionada a vida social (novos atores) como novas técnicas produtivas que alteraram a configuração espacial da localidade.

São momentos distintos, ao meu ver, que se imbricaram construindo e transformando um “novo espaço” e uma paisagem “mais complexa”. Milton Santos coloca-nos como se dá o processo que constitui a paisagem, diz o autor:

“A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (1994: 66).

A serraria e a vila simbolizaram a inovação técnica, um outro modo de fazer, com outra forma de trabalho, que trouxe mudanças para a configuração já existente. Desta forma parece-nos que não é tarefa das mais fáceis entender os sistemas técnicos em diferentes momentos históricos. Para compreender o fato geográfico é necessário ter conhecimento destes sistemas técnicos que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Verifica-se assim uma

permanente mudança quando os atores constroem novas maneiras de fazer as coisas, de produzir.

Sobre a distinção de paisagem e espaço, Milton Santos alerta-nos quando diz:

“a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada a realidade de homens fixos, parados como uma fotografia. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço, são um par dialético. Complementam-se e se opõem.”(1994: 72)

Sobre a configuração territorial, podemos afirmar que cada sistema técnico transporta consigo uma configuração territorial. Esta é definida como o conjunto de todas as coisas arranjadas num determinado sistema. É formada pelos recursos naturais: florestas, rios, por exemplo e pelos recursos criados: estradas, fábricas. A configuração territorial seria a totalidade das coisas que formam um sistema. A paisagem seria o conjunto de coisas que nossos sentidos alcançam e identificam. Já a configuração territorial tem a função do todo.

Durante muito tempo as formas e o conteúdo da localidade de Casa de Pedras permaneceram as mesmas salvo algumas alterações parciais. Com a chegada do novo sistema, representado pela serraria, tanto a paisagem e a configuração territorial passaram a sofrer mudanças estruturais no seu conjunto. Espaços diferentes foram construídos pela nova atividade e pelo movimento que a mesma desencadeou no lugar.

Necessária também, neste caso, é buscar a definição de território, como importante categoria geográfica que no meu ponto de vista, traz uma clareza sobre este conceito.

Entre tantas abordagens sobre territorialidade, utilizo-me das considerações de Marcelo José Lopes de Souza, quando o mesmo aborda o conceito de território de uma forma mais abrangente e crítica. Segundo o autor, nesta perspectiva:

“o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) “. (1995 : 86)

Neste aspecto percebo a aproximação desta categoria (território) com a minha pesquisa.

Com a instalação do novo sistema, representado pela instalação da serraria e conseqüentemente pela chegada na localidade dos gaúchos migrantes, o território agora apresentava-se mais complexo internamente, seria o encontro

(ou desencontro) de grupos sociais distintos que expressaram suas diferenças no mesmo espaço. De certa forma um campo de forças, com uma teia de relações sociais marcadas pelos caboclos (os de dentro) e pelos “outros”(os de fora, os estranhos).

Estes grupos sociais citados apresentaram naquele contexto valores e lógicas distintas em relação a natureza e ao trabalho. A serraria Cherubini trouxe um conteúdo novo para o lugar, com outras manifestações e significados. Os

grupos sociais heterogeneizados divergiram na forma de apoderar-se do espaço.

Sobre a relação do espaço com o território, buscamos o argumento de Raffestin quando o autor afirma:

“evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação...” (1993 : 144)

A nova atividade desencadeou uma nova dinâmica social envolvendo grupos sociais com modos de vida diferentes, o espaço foi de certa forma “disputado”, “valorizado” e resignificado pelas “novas” relações desenvolvidas.

O território pode ser definido como um certo tipo de interação entre o homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre os seres humanos mediatizada pelo espaço. (Lopes de Souza. 1995 p 99)

Não esgotando o quadro conceitual, onde tentei levantar alguns pressupostos teóricos, faz-se necessário indicar as partes principais (capítulos) da problemática estudada.

Esta pesquisa vai privilegiar dois focos distintos de análise, mas estes se relacionam por todo o texto: o primeiro irá apresentar a localidade de Casa de Pedras e seu entorno, buscando caracterizar o modo de vida da “comunidade” cabocla e sua manifestação no espaço local. E é na fala dos moradores caboclos que esta parte do trabalho pretende explorar. Caracterizar um certo jeito caboclo de ser: sua cultura, sua relação com o meio, seu trabalho, suas “marcas” no processo histórico. Com a preocupação de buscar a história vivida,

ainda não contada, dos protagonistas, daquela época, com a pretensão de “dar visibilidade” a esses atores, que ficaram “escondidos” do cenário principal. Acredito que mesmo os fragmentos desta história que agora será contada, quebre mansamente o silêncio daqueles dias.

O segundo foco procurou analisar o espaço da serraria propriamente dito, aqui entendido não somente como lugar de produção, mas também como local de formação de experiências, de solidariedade, de conflitos, resistências e companheirismo. A serraria e a vila de trabalhadores (caboclos e italianos) passou a ser o “lócus” de uma intensa convivência entre os caboclos e italianos. Ao penetrar na memória desses, pude perceber a emoção, a satisfação nos relatos das pessoas que se entregaram ao autor da pesquisa, parecendo ter acordado sonhos, e vidas, laboriosas do tempo das serrarias.

Também no segundo momento, procuro analisar o cotidiano das relações de trabalho, do interior da serraria. Procurei evidenciar como era vivido este espaço, num cotidiano pautado de obrigações e deveres. Cabe aqui também uma esfera do não trabalho, do tempo de convivência entre as pessoas fora da serraria, tempo e espaço de extensas sociabilidades entre os moradores da vila.

GENTE DA TERRA: CABOCLÓS

Propõe-se aprofundar neste capítulo, primeiramente os aspectos ligados a ocupação da região serrana e, mais a frente caracterizar a dinâmica sócio-econômica da população anterior a chegada da serraria Cherubini. Identificar o modo de vida da gente cabocla: relações sociais, sua relação com o ambiente, aspectos de sua cultura, seu trabalho, suas manifestações no espaço geográfico.

Este capítulo tratará de caracterizar a dinâmica espacial e a configuração territorial da localidade de Casa de Pedras e seu entorno. Indicará as formas de vida da população local, sua forma de produção, seu gênero de vida, sua lógica de ocupar o espaço, e seu ritmo temporal. Ocupar-se-á em trazer aspectos significantes sobre a cultura do caboclo e sua relação com o espaço e o lugar de sua existência.

(mapa)

Sobre a ocupação da Região Serrana, seus primeiros habitantes eram indígenas das tribos Xokleng, Kaingang e Guarani, que secularmente mantiveram disputas “pelo domínio dos recursos protéicos representados pelos bosques de pinheiros e a fauna associada ao pinhão”(1997:15) e que foram submetidos, desde o século XVII, a violento processo de extermínio físico e dominação cultural pelos colonizadores.

As discussões sobre os motivos da colonização são diversas. Entre elas destacam-se: as razões estratégicas militares que impunham o estabelecimento de postos avançados diante do inimigo espanhol (Costa, 1982), a abertura de caminhos de tropas para ligar as regiões produtoras de gado de Viamão e da Vacaria com as regiões de comercialização de São Paulo e do centro do país (Munarim, 1990) e a problemática sócio-econômica engendrada pelo modelo escravista assentado no latifúndio e voltado para o mercado externo, que gerou uma multidão de caboclos, pretos forros, brancos pobres, a serem usados na fundação de vilas no interior da colônia (Serpa, 1989).

A ocupação da região serrana catarinense tem características específicas, segundo estudos feitos sobre esta problemática, as características atuais têm raízes históricas profundas. O que compõe as estruturas da ocupação da região serrana desde o século XVIII são uma soma de fatores, entre eles destacam-se a pecuária extensiva, a concentração fundiária e o mandonismo político. Dentro desta perspectiva observa-se que o modelo produtivo adotado na região foi determinado pelas condições físico-geográficas locais, pela estrutura fundiária usual e pela existência de mercados consumidores, no Centro-sul do país. Segundo Valter Piazza(1988), a concessão de terras na região de Lages, a partir de 1772, obedeceu ao sistema de sesmarias, o que segundo Iura(1978), aí estariam as origens dos primeiros grandes latifúndios da região. Por outro lado, do ponto de vista sócio-político, o modelo produtivo reproduz e é reproduzido na concentração do poder político local, pela pessoa do fazendeiro, enquanto “donos de terras e de gentes”.(Uniplac, 1999). Portanto a ocupação da Região Serrana Catarinense

teve peculiaridades locais, fatores que repercutiram na configuração sócio-espacial, bem como na formação das oligarquias de base rural, característica econômica que necessitava de um contingente de mão-de-obra diretamente vinculada à grande fazenda, em relação de estreita dependência, constituída por peões, também denominados cabodos.

Não é tarefa fácil caracterizar o caboclo serrano. Por essa definição já estou generalizando este complexo grupo social. De certo, sabe-se que os cabodos representaram e representam a maior parte da população do Planalto Serrano Catarinense. Digamos que há poucos trabalhos que caracterizam o tipo humano do caboclo na região serrana. Os motivos, não se sabe, suspeita-se de uma suposta negligência dos estudiosos que desenvolveram reflexos sobre o modo de vida destes sujeitos.

Portanto de uma questão básica, tentarei elucidar algumas características sobre o caboclo. Há controvérsias e generalizações sobre as respostas a esta questão. Algumas definições trazem o caboclo, como homem empregado e acostumado com as lidas da fazenda e, conseqüentemente, influenciado por hábitos gauchescos, que, em minha opinião, é uma definição parcial, por não representar a característica da maioria dessa gente. Obviamente que o espaço da fazenda condicionou o caboclo a desenvolver um trabalho semelhante aos peões das estâncias riograndenses.

Edézio Nery Caon oferece-nos alguns aspectos sobre o tipo humano do caboclo e seu trabalho na fazenda . Caon afirma:

“ O caboclo aqui radicado tem grande robustez física, necessária para as lides rudes com o gado, o que infunde uma bravura espontânea e uma varonilidade espartana; no trato com o

inseparável amigo, o cavalo, e nas lidas com o serviçal prestativo, o boi, aprendeu a suportar todos os rigores, perigos e privações. Esses trabalhos e esses labores naturalmente enriquecem os músculos e robustecem o espírito; a alimentação é farta e forte. Um espaço de carne, chamuscada do borralho, uma guampa de coalhada com pinhão assado...” (1978:15)

Esta descrição do caboclo está próxima do caboclo-peão das fazendas tradicionais, que parece, não ter muita semelhança com o caboclo – roceiro, que vivia em lugares, distantes, próximos as matas, em áreas mais íngremes e que apresentava um outro modo de vida. Neste sentido pode-se falar em “caboclos serranos”? Não há uma homogeneidade física corpórea e, também, dependendo da estrutura em que está inserido, o trabalho é diferenciado. Digamos que nas fazendas a atividade é uma, nas roças e nas matas o trabalho e as relações são outras. O caboclo é bastante resistente, acostumado às rudezas do clima, geralmente frio, da região e ao trabalho que exerce. De extremada habilidade em locomover-se na região, parece conhecer os “segredos” dos caminhos e dos lugares, o que facilitava uma interação com o meio em que vivia.

O caboclo serrano parece possuir um total “domínio” sobre o território a que está envolvido. Desde o nome dos lugares, dos habitantes até das fronteiras demarcadas por proprietários. Também parece conhecer detalhes pormenorizados sobre o espaço natural. Consegue identificar, sem muito esforço, uma variedade extensa de espécies da fauna e da flora.

(Foto 2)

Suas “marcas” estão impregnadas no chão em que vive. Simbólica e subjetivamente parece fundir-se ao seu entorno. Sensitivamente demonstra

uma proximidade com tudo que o rodeia. Os seus sentidos estão atentos à configuração espacial a qual faz parte. Sua competência em fazer uma leitura precisa do espaço é inquestionável. Parece que o tempo, a experiência de vida foi desenvolvendo grande habilidade no contato com o meio onde expressa sua vida. Para se chegar a qualquer lugar próximo ou distante, o caboclo indica, com muita segurança, mais que um caminho. Conhece os atalhos e o tempo de cada percurso.

Mas apesar do seu profundo conhecimento sobre a região e de pormenorizar detalhes sobre os lugares que estão habituados viver, os caboclos foram historicamente submetidos à uma exploração tanto em relação ao trabalho, como em relação ao lugar que ocupa na estrutura social.

Esta exploração da gente cabocla é caracterizada segundo Munarim como sendo:

- a) *na relação de trabalho direta entre o fazendeiro e o peão, onde este último começava a lidar com o gado sempre antes do sol nascer e só terminava depois do sol se pôr, e recebia por pagamento não muito mais que a roupa que vestia, a comida que comia, a casa ou galpão onde morava. Sem estabilidade e sem segurança no trabalho;*
- b) *na relação com o comércio ou com o dono da terra, o lavrador ou peão-roceiro era explorado na venda ou na troca de seu pequeno excedente, quando o dispunha. Ou, quando se tratava de um agregado de fazenda, era igualmente explorado pelo dono da terra quando a trabalhava sob alguma forma de contrato (sempre oral). Neste último caso, o “trabalhador, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase que a totalidade do fruto do seu labor, cabendo-lhe apenas o mínimo para a subsistência. (1990: 28/29)*

O caboclo - peão morava e trabalhava de empregado na fazenda de criação de gado. Quando citamos “empregado” na fazenda de criação de gado. Quando citamos “empregado” entenda-se que o caboclo não tinha vínculo empregatício com seu patrão. Nenhum papel era assinado e os acordos eram feitos oralmente. A recíproca era de confiança, firmada na palavra. O que era dito e combinado, teria que ser feito e respeitado. O vínculo era simbólico.

Já o caboclo - roceiro vivia embrenhado nos fundos de campos, nas barrancas de rios, nos pés – de- serra, enfim, nas regiões mais íngremes, ou seja, é o produtor autônomo, livre, que pratica uma agricultura de subsistência

(1990: 29).

Um homem adaptado extremamente ao meio, assim podemos falar do caboclo. Inteirado ao clima, as matas à natureza, a vida do caboclo, estava combinada com a dinâmica espacial a que fora submetido. Sobre o ritmo temporal e o trabalho desenvolvido pelos caboclos nas localidades interioranas da região serrana, Martendal nos fornece alguns aspectos. Segundo este autor:

“Acostumado a simples necessidade de subsistir, o caboclo – roceiro, em seu habitat, era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso. Confrontado com sua realidade, permanecia em seu destino de sobrevivência, realizando as tarefas absolutamente necessárias.” (1980:33)

Concordando em parte com o autor, acrescentaria que numa condição de exclusão, os caboclos não possuíam condições para abandonarem aquela realidade de exploração e pobreza. As portas para o progresso estiveram fechadas pelas estruturas tradicionais por muito tempo. Isto ocasionou um não contato com outras experiências

condicionando um certo modo de vida na região. As condições de vida do caboclo são decorrentes no meu ponto de vista, da ausência de alternativas que pudessem emancipá-lo em vários aspectos: político – social e cultural.

Condicionado à estruturas sustentadas pela posse da terra e pelo mandonismo político regional, grande parte da gente cabocla não vislumbrava outras saídas que não fosse a submissão, a subalternidade à ordem vigente na região. Ao que parece, estas estruturas foram e estavam impregnadas no imaginário dos sujeitos que compunham o contexto social que estavam submetidos. Exemplo disso é a manutenção por um longo período, de uma ordem que pouco sofreu mudanças.

Sobre a relação do caboclo com o tempo, Martendal diz que:

“o grande tempo que lhe sobrava, pelo pouco trabalho a que se submetia, era ocupado nas relações sociais de compadrio, nos tragos na bodega, em festividades religiosas (missas, terços, etc) em velórios e em bailes rotineiros nos finais de semana” (1980: 34)

Neste sentido, percebo que estas são expressões de um sistema social que a temporalidade e as atividades produtivas apresentam um outro conjunto de valores. Parece que para o caboclo o tempo que sobrava “o tempo livre”, não representava um suposto “desperdício”. Martendal também discorre sobre as heranças dos povos indígenas que os caboclos expressam no seu cotidiano. Conforme o autor:

“observa-se que a vida do caboclo conserva algumas heranças da cultura indígena. Seu artesanato é uma demonstração disso: os cestos de taquara, as bruacas de couro, os laços feitos de tentos de couro cru, as cordas trançadas de fibras vegetais.(...) a sua medicina está fortemente ligada a ervas, folhas e raízes de vegetais. Como acontecia com os índios, mulheres e crianças

pouco aparecem às visitas e não se sentam com os homens” (1980: 34)

estas heranças denotam uma proximidade, um vínculo estreito com a natureza. Forte componente do caboclo na relação com o meio a que está inserido. Sobre o ponto de vista étnico, o “caboclo serrano” é o resultado, em primeiro plano, da miscigenação entre o europeu – português ou descendente português, o colonizador da região, mais o negro, escravo que acompanhava o bandeirante e o índio, que já habitava a região. (Munari; 1990: 29)

Resultante de uma complexa miscigenação, os caboclos parecem ter “preservado” significativamente a cultura do índio, manifestando-a fortemente no seu dia-a-dia. Alguns caboclos e suas famílias viviam no interior da fazenda geralmente em pontos estratégicos para o atendimento do gado, ou vive nos galpões da sede. Já o caboclo – roceiro, por sua vez, vive nas regiões mais “íngremes”. Isto é, naquelas áreas de terra inicialmente menosprezadas por aqueles, interessados tão somente na criação de gado. Áreas de matas e pinhais nativos, normalmente de topografia mais acidentada que as áreas de campos nativos. Áreas de difícil acesso para o gado e também para formar pastagens. O caboclo – roceiro morava nos “fundos da fazenda”. Apresentava-se assim duas condições: ou moravam de favor em pequenos sítios no interior da fazenda ou, eram, proprietários de pequenos sítios.

Em relação ao que era produzido na propriedade do caboclo, praticava-se uma agricultura de subsistência. Neste sentido Otavio Ianni, em estudos sobre o lavrador afirma:

“produz principalmente para comer, viver, vestir, morar, criar. A terra para ele é natural, naturalmente. Ali o que interessa é o uso da produção. Para vender, não interessa grande coisa. Interessa vender um pouco, para comprar

coisas na cidade: sal, açúcar, enxada, enxadão, foice, espingarda, chumbo, pólvora, panela, roupa, remédio. Mas, tudo isso dura bastante, porque o uso é pouco. Não tem porque gastar muito, despropósito. O que chega, dá, suficiente”
(1988: 105–106)

O modo de vida do lavrador de Ianni assemelha-se muito com o do caboclo serrano que vivia de maneira quase auto-suficiente enquanto produtor. Não produzia visando atender o mercado. Plantava e colhia para substituir sua produção atendia as necessidades internas de sua família.

Neste sentido citamos o depoimento de dona Venina Knoll,² antiga moradora da localidade de Casa de Pedras quando a mesma fala sobre o passado e a vida na propriedade da sua família. Segundo ela:

“naquele tempo a gente quase não comprava nada na cidade. Tudo era preparado em casa. A gente tirava bastante coisa da roça. Carneava um porco e, além de carne, se tinha banha e outras coisas... ou se matava uma vaca, o que quisesse... uma galinha, também, tinha carne, ovos tinha bastante. Pra viver dava e até sobrava pra bastante tempo. Se criava todos os filhos, bem fortes, sem se apertá muito... hoje muitas coisas ainda dá pra fazer, mas a gente já não pode como era antes...”

Uma auto-suficiência da propriedade é percebida na fala de dona Venina. Pelo visto várias propriedades (sítios) seguiam esta dinâmica produtiva na localidade. Os sítios não dependiam do que era produzido “fora” deles. Salvo aquilo que a propriedade não conseguia produzir.

Outro detalhe importante que destacamos, era a interação das propriedades, no que diz respeito a trocas de produtos entre elas. Sempre havia algum tipo de negociação para supri qualquer carência da propriedade. Assim negociar alguma coisa com o

² Venina Knoll entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedra)

proprietário vizinho era uma prática constante e promissora. Este intercâmbio comercial vinculado à uma intensa sociabilidade entre os moradores caracterizava parte do conteúdo social da localidade.

Outro aspecto importante colhido nos depoimentos das pessoas está relacionado a inter-relação com outros lugares, espécies de feiras localizadas distante da propriedade. Na fala do senhor Aldori Mello³, morador na localidade de Casa de Pedras o mesmo narra o deslocamento de tropas de porcos para o Painel. Distrito próximo, e sua respectiva comercialização:

“quando eu rapaz novo, ainda me lembro das tropas que meu pai e mais alguns levavam para vender.... Depois que os porcos estavam bem gordos de comer pinhão no mato, eram pegos... A gente levava para o Painel para entregá lá...”

Não era tarefa das mais fáceis “tocar as tropas” o grau de dificuldade é expresso na fala de seu João Francisco⁴ que realizou inúmeras “viagens” tocando bichos. Segundo ele:

“Dava o diacho pra levá aquela tropa. Dava muito trabalho. Era porco que fugia prum lado, porco pro outro e assim... até alguns morriam na viagem, os muito brabos. O bicho era muito brabo, criado no mato... a gente chegava até costurar as vistas dos porcos pra não fugirem pro mato... tinha que levá uns cachorros pra ajudá cuidar dos porcos... a gente chegava à noite no Painel... e entregava, vendia os porcos... uns cinqüenta, setenta porcos... teve uma vez que levamo mais de cem porcos...foi uma festa... mas aquilo era farra... só recebia o dinheiro depois de contado e pesado os bichos. Aí dava pra fazê umas compra e voltá pra casa...faceiro...”

Seu João⁵ lembra com muito orgulho do tempo das “tropeiradas”. Segundo ele era prática comum no passado levar tropas de gado para outras cidades. O tropeirismo foi

³ Aldori Mello entrevista realizada em 04.02.2000 (Lages)

⁴ João Francisco Mello entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedra)

uma das atividades mais importantes , no passado, da região serrana. Nas lembranças dos antigos moradores da localidade de Casa de Pedras. São sempre citadas as viagens, os extensos deslocamentos de homens “tocando” tropas para outras regiões. Ao prosseguir seu depoimento sobre as tropeiradas seu João lembra:

“meu pai e meu vovô levou muita tropa pros outros lugar... pra serra, desciam a serra... o tempo que era só carreiro, né? Levavam gado pra outros lugares... eles eram tropeiros mesmo... iam dias ou meses viajando, tocando tropas grandes né...”

As marcas de todo esse processo, que durou aproximadamente dois séculos, são ainda visíveis atualmente. Muitas delas estão desaparecendo. Estas marcas representam, uma das formas de ocupação espaço e respectivamente à uma organização social historicamente construída.

Sobre o tropeirismo, Nelvio Santos observa que este importante segmento da história marcou o planalto catarinense, segundo o autor:

“as atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo desenvolvidas a partir do século XVIII em razão das minas e depois das fazendas de café, marcaram profundamente a história das regiões atravessadas pelos “caminhos das tropas”, determinando um modo de ocupação de espaço, induzindo o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agropastoris, moldando ou influenciando os costumes e as tradições.” (1984:4)

Com o tropeirismo foram surgindo as fazendas na região, estas representavam postos estratégicos de pouso, onde tinha-se abundante pastagem nativa, e acesso a água para o gado. Estas pousadas, como o nome diz, serviam para o descanso dos tropeiros e

⁵ João Francisco Mello entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedra)

suas tropas. Depois de algum tempo, estes locais transformaram-se em núcleos, desenvolvendo na região futuras fazendas tendo como sede a casa do proprietário.

Estas características citadas acima são no meu entendimento, componentes que contribuíram para a forma como se processou a ocupação espacial da região serrana, bem como para caracterização do modo de vida da população local.

É comum ouvirmos na região serrana catarinense discursos, vozes, que tentam justificar o atraso da referida região por causa da presença quase predominante de caboclos. Argumentos dos mais diversos setores da sociedade são projetados sobre a figura do caboclo atribuindo- os certa culpa, pela ausência de vontade e progresso nesses cantos altos da serra catarinense.

Faz-se necessário desde já contextualizar historicamente, não só aqui na região serrana, mas buscar as formas oficiais de como foi “tratado” esta cultura no decorrer do processo de formação do povo brasileiro. Não pretende-se fazer nesta pesquisa uma reconstituição histórica desse povo(caboclo) sabendo-se dos limites de tamanha tarefa. É possível através de bibliografias e relatos que se atrevem a interpretar o modo de vida dessa grande massa, perceber as marcas em todos os sertões e lugares do Brasil deixados por essa gente. Sobre os caboclos percebe-se que grande parte das obras são construídas “de fora” por pessoas(intelectuais ou não) que tentam demonstrar a maneira como ele vive e manifesta sua cultura.

E são encontradas nas obras e até mesmo nos clássicos de literatura, uma visão “externa” sobre o modo de vida dos “nativos” brasileiros. Em alguns casos se descrevem superficialmente o gênero de vida desses sem tentar no mínimo interpretá-lo. É como se “eles” não tivessem voz e participação nos fenômenos espaciais que acompanham cada região ou cada lugares por aí a

fora. Este silêncio traz alguns questionamentos à metodologia utilizada que, define uma visão dos “de fora” para os de dentro. Aqueles que “dominam” o conhecimento(ou áreas do conhecimento) se legitimam a traduzir a forma de organização social e a cultura dos que não podem se expressar formalmente. De que lugar os construtores de tais obras estão falando? Esta é uma questão relevante porque traz a preocupação com quem desenvolveu tais trabalhos e quais seriam os pressupostos que envolvem os relatos e suas afirmações. Percebe-se que quando identificado o “lugar de quem produz a pesquisa, se tem mais clareza a respeito das direções que tal trabalho seguirá.

Buscando algumas pesquisas sobre o meio rural brasileiro e as relações do mesmo com a formação política do Brasil, encontramos várias denominações para homem que trabalha no campo. Em cada região existe uma ou mais definições específicas para classificar o habitante do interior. Não será aqui, trabalhado com o conceito de camponês, pois o uso deste adjetivo genérico está de certa forma alheio as denominações existentes nas regiões brasileiras.

Em regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, do Mato Grosso do Sul, o caipira é a palavra usada para designar o camponês. Termo provavelmente de origem indígena. No litoral paulista, recebe a denominação de caiçara. No nordeste do país chamam – no de tabaréu e também de sertanejo. Em outras regiões é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares. Na região serrana catarinense comumente utiliza-se a palavra cabodo para o homem do campo, o trabalhador do campo. É a

designação do mestiço do índio com o branco. Percebe-se que toda as denominações, referem-se aos que vivem afastados, bem longe, no campo.

A obra de José de Souza Martins (1986:25) sobre os camponeses e a política agrária no Brasil chama a atenção para um outro sentido dessas definições, alertando que muitas denominações são depreciativas e ofensivas. Por estarem fora das povoações e das cidades são rústicas e atrasados ou, então ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. As vezes querem dizer também preguiçoso, que não gosta do trabalho. Tais definições estão associadas ao modo de vida desse que vivem distante do cenário oficial da sociedade.

Sobre o lugar e o espaço que ocupa este habitante do campo, é importante a contribuição de José de Souza Martins quando analisa a exclusão do camponês assim relata:

“Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, nas margens nesta sociedade. Ele é num certo sentido um excluído. Ele não é de fora mas também não é um de dentro”. (1986:25)

E nessa perspectiva que se faz necessário uma contextualização sobre o camponês, e suas várias designações regionais, para entender sua ausência no processo histórico brasileiro e a sua exclusão do espaço geográfico em que vive (mesmo habitando esse espaço).

Buscamos referências sobre o brasileiro mestiço por exemplo na obra de Eudides da Cunha. Em “Os Sertões” o autor diz que o mestiço por acaso a maioria do povo brasileiro, é um decaído, “sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores”, que certamente são os “brancos”. Antônio Conselheiro

era, para Euclides, o representante de “todas as tendências impulsivas das raças inferiores”

Não se quer aqui fazer uma comparação simplista dos sertanejos nordestinos de Canudos com a população dos campos da região serrana de Santa Catarina. O que tratamos neste momento é a versão que as elites desse país tentaram legitimar como verdade.

Ao que parece, todo aquele que tem posses, terras, aparece com papel destacado no cenário oficial deste país. Ao contrário aquele que quase nada tem é excluído, desaparece ou, é considerado inferior, que não merece estar “dentro” da sociedade.

Na mesma obra “Os Sertões” podemos identificar a relação do homem (sertanejo) com o espaço, onde tenta viver melhor. Guardadas as diferenças regionais, o que é interessante são as referências com que o autor retrata o homem sertanejo. Para ele

“ O sertanejo é, antes de tudo um forte(...) a sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules- Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo - de cócaras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica

suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.”(Cunha; 1963: 94-5)

Pode-se pensar no distanciamento de tal discurso com as características da Região Serrana Catarinense. Seria perigoso tentar forçar certas semelhanças do gênero de vida do sertanejo nordestino com o caboclo serrano de Santa Catarina. Bem claras são as diferenças. Desde o contexto histórico e a dinâmica espacial, encontramos perfis exclusivos de realidades diferentes.

Vejamos por exemplo as impressões elaboradas por um estrangeiro que visitou as províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, em 1858. Robert Avé – Lallemand com uma visão eurocêntrica estabelece um julgamento sobre o modo de vida dos camponeses da Serra Catarinense.

“ nunca vi tanta indolência ou melhor tanta preguiça como entre os camponeses de Lajes. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares de reses não se encontre uma libra de manteiga para comprar? Deixam os animais comendo no campo até crescerem e depois os abatem, vendem o couro e os chifres, fazem carne seca e exportam-na, mas não se conformam com o trabalho e vantagens menores.”(1980:68-9)

A palavra indolente é acompanhada de vários adjetivos como: preguiçoso, disperso e feio. Sobre a região, define convictamente que: “a civilização não contribuiu aqui , com coisa alguma, nem para o bem nem para o mal”.

Parece que profetizava a chegada na região serrana, de atores com idéias e práticas semelhantes tanto em relação a população como em relação a

organização do espaço. Estamos nos referindo aos “italianos gaúchos”, que aprofundaremos mais tarde.

Percebe-se que, apesar da distância com o Sertão nordestino de Euclides da Cunha, a semelhança dos discursos sobre o homem do campo estão bem próximas aos encontrados nas análises sobre a região serrana.

Diante de situações como essas referendadas nos textos oficiais, de exclusão, é que encontramos dificuldades de conceituar, de aprofundar o estudo sobre o caboclo serrano. Alguém que participa como se não fosse essencial, como se não tivesse participando.

Percebe-se assim, relativamente o não-lugar do nativo no cenário oficial e nas estruturas de poder.

Seguindo a mesma análise, José de Souza Martins relata sobre as origens sociais do campesinato tradicional quando o localiza no período colonial. Neste período, segundo o autor: “quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança.

No entanto, percebemos uma carência de pesquisa sobre o camponês genericamente conhecido como caboclo na região serrana. Não temos definições claras sobre a gente cabocla e uma discussão teórica para podermos assimilar e construir tais definições.

Uma vez estabelecidas essas reflexões, cabe citar que, se tentou levantar certos contextos, dando ênfase as visões que submeteram os camponeses a uma condição de exclusão em várias regiões do território brasileiro.

A localidade de Casa de Pedras, seus sítios e suas fazendas ofereciam algumas condições ideais para a atividade madeireira. As serrarias eram a representação do novo modelo de produção. Representavam a forma concreta de inovação do plano

econômico e sócio-espacial. Merece algumas considerações essas variáveis ditas como “novo e velho” (antigo) para esclarecermos objetivamente o contexto no qual fazem parte. Consideramos fundamental, aprofundar análises sobre como se deu, como se dá, o encontro desses pares contraditórios: o novo e o velho. Temos agora, uma situação de embate entre dois sistemas de produção. Um representando a inovação, o moderno. Outro considerado antigo, arcaico. Situamos este encontro no lugar vivido, a localidade de Casa de Pedras e a instalação da Serraria.

Só podemos compreender a situação através do movimento. Vejamos o que diz Milton Santos, quando discorre sobre esses pares dialéticos referentes ao espaço geográfico: O novo e o velho:

“Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar.”(Santos;1994:98)

A serraria e a vila seriam o arranjo no antigo lugar. De certa forma podemos dizer que a estrutura da localidade era hegemônica. O que não quer defini-la como livre de contradições internas. Pode haver aceitação ou rejeição das novas formas de organização. Depende de como se expressam as decisões políticas para resolver as contradições. Como observa Milton Santos: *“O novo pode ser recusado se traz uma ruptura, que pode tirar a hegemonia das mãos de quem as detém.”* Existe um novo que interessa aos proprietários da terra e um novo que não interessa. Esta transição pode acontecer vagarosamente. Mesmo assim pode ocasionar impactos sobre as estruturas internas: sociais, políticas, culturais, econômicas.

Partilho da compreensão sobre o novo analisada por Milton Santos. Para ele: “A chegada do novo causa um choque quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras”(Santos;1994:99).

O velho não cede totalmente ao novo. Não há uma substituição imediata das formas antigas de organização sócio-espaciais. Há um entrelaçamento de variáveis dos dois sistemas. Com o transcorrer do tempo vão sendo expostas características dessa coexistência. Essa junção apresenta choques, conflitos como também aceitação e acordos, dependendo do argumento de quem representa-os. Através da nova situação, representadas diretamente pela serraria, alterou-se a configuração territorial, a paisagem e o espaço.

Ao abordarmos estes conceitos; paisagem, espaço geográfico e configuração territorial é importante aprofundarmos os significados dos mesmos, para uma compreensão mais apurada e do que se quer de cada um deles sabendo-se que são indissociáveis.

Cabe aqui caracterizar, processo e transmutações que ocorreu na passagem de um sistema para outro. Necessário, sem dúvida, é identificar geograficamente as mudanças espaciais que cada forma de organização traz consigo. Primeiramente, opta-se pela definição de cada conceito.

Após isso, não esgotando o estudo sobre os mesmos, aproximá-los da dinâmica a que foi submetida o espaço, a paisagem e a configuração territorial. Busquemos definir paisagem segundo Milton Santos:

“ a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (1994:68)

A nova forma de produzir alteraria a paisagem do lugar da localidade. Baseado na extração e exploração das florestas de araucárias, o que exigiu toda uma infraestrutura, é possível identificar as diversas mudanças na paisagem. Estradas tiveram que ser construídas, a serraria, instalava-se trazendo consigo e seus donos uma nova maneira de divisão do trabalho e a necessidade de construir uma vila de (moradias) para os futuros trabalhadores. A floresta sofreria os impactos dessa nova ordem de produção. A economia teria outros parâmetros e outra organização. A nova gente acabava de chegar para fixar moradia na vila.

A homogeneidade e o ritmo do lugar rapidamente estariam de certa forma, abalada. Isso não quer dizer que esta homogeneização foi definitiva e uniformemente construída. Ela apresenta um determinado quadro característico de um modo de produzir diferente, anterior a serraria.

Quando falamos de configuração territorial, concordamos com a definição de Milton Santos:

“É o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele, objetos naturais ou objetos artificiais. É formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas, fábricas”.(1994:75)

A paisagem seria uma parte e uma configuração territorial uma totalidade. A indissociabilidade destes conceitos juntamente com o espaço, mostra-nos a comunhão que estes manifestam sobre qualquer estrutura a ser estudada. É riquíssima a definição de espaço e suas inter - relações que Milton Santos nos dá quando afirma que :

“O espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial”.(1994;77)

O mesmo autor nos aconselha a perceber a dinâmica, o movimento inerente ao espaço geográfico. Para compreendermos esta mobilidade faz-se necessário o estudo de dois elementos: fixos e fluxos. Segundo o autor os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa de homens. Já os fluxos, são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.

Uma serraria numa localidade interiorana é um tipo de fixo que traz suas características, técnicas e organizacionais. Percebemos assim, que cada tipo de fixos desencadeia uma expressão própria de fluxos. Uma serraria é um objeto geográfico, um fixo, um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

Cabe-nos lembrar que anterior a instalação da serraria na “Casa de Pedras”, haviam ali uma tipologia de fixos e fluxos característicos daquela estrutura. As fazendas, propriedades de largas extensões de terra, representavam fixos na região. Existia todo um sistema de organização social que forjava determinados fluxos. Digamos que a mobilidade e a circulação econômica se davam sob outros ritmos.

O que faz com que determinadas estruturas organizadas são as expressões de poder sobre o espaço: econômico, político ou social. Recorremos a afirmação de Milton Santos quando discute sobre sistemas de engenharia e fixos. Diz ele: *“o conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistemas de engenharia seja qual for o tipo de sociedade.”(1994:79)*

O que percebemos é que o modelo representado pelos proprietários e a massa de caboclos na localidade constituíam outros fixos e outros fluxos, com ritmos diferentes das emergentes serrarias. O sistema de engenharia anterior à serraria sofreu mudanças estruturais tanto no ritmo temporal como na configuração espacial. O novo sistema representado concretamente pelas serrarias impunha próteses na localidade. Estas próteses podem ser entendidas pela implantação no lugar da vila de operários, da serraria, do pátio e das estradas, modificando a paisagem e a configuração espacial na localidade.

Os sistemas de engenharia passaram de um ritmo segmentado a uma interdependência crescente. O sistema local anterior trazia certo isolamento, devido talvez ao ritmo temporal mais lento e por apresentar articulações tênues com outras regiões, não apresentando fluxos aceleradamente constituídos. De um número enorme de serrarias quase tão numerosas quanto o número de localidades, o novo sistema de engenharia organizaria uma outra dinâmica regional. Trouxe uma nova especialização técnica e organizacional para as localidades, com outro ritmo.

A nova situação trouxe um sistema técnico diferente, desconhecido para os agentes sociais do sistema anterior. A nova atividade, obviamente não suplanta toda a estrutura do antigo. Ele é construído a partir de adequações e adições com o já existente na região.

A CHEGADA DA SERRARIA

A Serraria Reynolds Cherubini Ltda, de propriedade de Ody Antônio Cherubini Tomedi e Reynolds Cherubini, situava-se na localidade de Casa de Pedras, localizada no interior do município de Lages, aproximadamente 20 km do Distrito de Painei. Esta localidade recebe este nome por que existiu uma antiga capela construída de pedras pelos padres missionários, esta construção não tem uma data precisa na memória das pessoas da localidade. Hoje a capela não existe mais, apenas o nome que dá referência ao lugar.

(foto 3

A área da Serraria comprada pela família Cherubini era de aproximadamente 400.000m². O local para instalação da Serraria requeria uma escolha bem planejada. Sua engenharia dependia do lugar onde se fixaria. Requisito importante para a escolha do terreno era que deveria ser em plano levemente inclinado, pois a caída (gravidade) era bem utilizada no processo industrial. Primeiro porque facilitaria a rolagem das toras e , segundo por favorecer o movimento dos vagonetes (carros sobre trilhos) carregados de madeira serrada para os depósitos. Após a madeira serrada esta era empilhada no pátio da serraria.

Em 1959 começou a construção do galpão que abrigaria as máquinas e os trabalhadores. A Serraria era acionada por grandes locomoveis, com lenha ,se aquecia a caldeira gerando vapor para possibilitar o funcionamento das máquinas. Em seu entorno construiu-se uma vila. Contando com 25 casas mais um armazém e uma grande

garagem para os caminhões. A partir de 1960 atingiu uma população de 160 pessoas até a diminuição da atividade em 1975.

Esse conjunto de casas acompanhava os dois lados da estrada que passava pela serraria. Todas de madeira na sua arquitetura apresentavam certa uniformidade. Com a intensificação das atividades e a fixação da vila, era possível perceber uma “clareira” no meio dos pinhais. De qualquer lugar mais elevado poderia se visualizar o conjunto de casas. Logo algumas estradas foram sendo construídos para facilitar o tráfego dos caminhões, guinchos, carros de boi.

As casas não eram pintadas. Eram simples, pequenas, quase todas próximas umas das outras. A disposição espacial das casas apresentava certa “ordem” retilínea no interior da vila. Eram constituídas de sala, cozinha e dois quartos. Quando a família era maior, os moradores construía “puxados” para dar certo conforto aos mesmos. De tonalidade fosca, as residências não tinham vidraças, as janelas eram de madeira e cobertura de pequenas tábuas. Cada casa tinha um terreno não muito pequeno, onde era possível desenvolver atividade de cultivo de hortas, trabalho quase que exclusivo das mulheres dos operários. Criavam-se também nos fundos das casas, galinhas e porcos, por quase todos os moradores

Enfileiradas, as residências eram construídas seguindo uma arquitetura ordenada de proximidade, semelhanças e formas. Para ilustrarmos o espaço da serraria, recorreremos a contribuição oral do senhor João Mello⁶, morador que se lembra da chegada na localidade da serraria e da vila. Segundo ele:

“Logo que chegou a serraria, já começaram a levantar as casas. Chegou bastante gente de fora. Daí começaram a derrubá pinheiros e já aumentou o movimento por aqui”.

⁶ João Francisco Mello entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedra)

Seu João Melo é um dos mais antigos moradores da localidade de Casa de Pedras, proprietário de terras, relata com bastante clareza a “chegada do evento” na região. O “novo evento” apresentava características diferentes sobre vários pontos. Até então (1960) no que diz respeito as moradias e convívio social, as casas das famílias já existentes na localidade, eram distantes uma das outras. A configuração espacial era marcada pela separação de sítios, esparsos e com certa distância entre eles. Quase não se podia visualizar a residência do vizinho ou parente. Atrás de morros, nos “descampados” perto dos riachos ou de fontes de água eram as áreas comumente escolhidas para fixar residência.

(foto 4)

Minha família foi de certa forma, protagonista do processo de construção dessa serraria. Vinda do Rio Grande do Sul, acompanhada de tantas outras, estes gaúchos traziam consigo esperança em suas bagagens.

Das cidades de Passo Fundo, Tapejara, Lagoa Vermelha, Vacaria, chegavam novos sujeitos em quase toda a região.

Entre as famílias que vieram “de fora” principalmente do Rio Grande do Sul, Zilma Peixer em seu trabalho sobre este período, define dois grandes grupos de migrantes, segundo a pesquisadora:

“a) Os donos de madeira, atividade exploratória e temporária, que ficaram em sua maioria até terminar a exploração da madeira, depois se dirigindo a outros locais.

b) “grupos que vieram trabalhar nas madeiras e em todo um setor terciário e de prestação de serviços necessários à atividade madeireira (motoristas, mecânicos, comerciantes etc.) grande parte dos quais permaneceu na região”. (1996: 48)

Concordando com a autora, estenderia a análise situando entre esses grupos um contingente de famílias “pobres” que “atraídas” pelas possibilidades econômicas desencadeadas pelo período, chegaram à região serrana.

Pretendendo contribuir sobre o processo migratório, colocando novos elementos de análise, que considero importantíssimos para a compreensão desse fenômeno, alguns questionamentos foram levantados no decorrer do trabalho de campo. Por exemplo: quem eram essas pessoas que vinham de fora para trabalhar nas serrarias? Sob que condições de trabalho e de vida chegaram a esse longínquo lugar? Quais foram as impressões que tiveram sobre a região e seus habitantes locais? Já possuíam experiência de trabalho nas atividades de madeireiras? Uma série de indagações apareceram na construção da pesquisa. Só mesmo um trabalho atento de busca poderia indicar respostas objetivas.

Acompanhando os donos das Serrarias, chegavam na região muitas famílias de trabalhadores, que exerceriam todas as atividades funcionais do processo produtivo. Esta preocupação particular de situar essa “gente pobre” que chegava na região é motivada pela ausência de estudo sobre esse aspecto.

É a partir de 1940 que a região serrana vivenciava momentos de grandes transformações nas suas estruturas: políticas, sociais, culturais, espaciais e econômicas. É nesse período que se propaga a chegada do “progresso”, tendo como representação principal a indústria madeireira. Como afirma Peixer :

“a partir de 1940, novos grupos, novas atividades, novos tempos, novos espaços começam a se estruturar e a estruturar a cidade.

A década de 40 é um período de intensas transformações.” (1996: 48)

Pois bem, por focar demasiadamente a intensidade do novo processo produtivo, caricaturado na figura do migrante madeireiro em oposição ao velho estilo oligárquico da região serrana, percebo um certo discurso estereotipado nas abordagens feitas em relação tanto dos grupos locais, caboclos, quanto dos grupos dos migrantes pobres que chegaram na região para habitarem as vilas e conseqüentemente trabalharem nas serrarias.

Esta preocupação fez com que se buscasse a visibilidade e a presença destes no processo. A maioria das obras organizadas a partir do período (ciclo da madeira), explicitam uma certa disputa entre dois grupos sociais. A chegada dos madeireiros do Rio Grande do Sul, principalmente, ansiosos por iniciar uma nova atividade regional, a extração de pinheiros em várias localidades, criou uma resistência dos fazendeiros locais. A hegemonia ao que parece começava a ser ameaçada. De longa tradição no poder, o caráter oligárquico poderia ser enfraquecido.

Esta nova atividade econômica criou, tensões e acordos com as antigas formas políticas e econômicas da região. Tencionavam-se os interesses dos “novos ricos”(madeireiros) e os coronéis (fazendeiros locais). Estas duas atividades coexistiram na região. A extração da madeira tornou-se a partir de 1940 a atividade econômica mais lucrativa e acabou, de certa forma, alterando a configuração territorial do espaço serrano. Exemplo disso, foram os recursos criados, as estradas de rodagem, as serrarias, as vilas, a circulação de pessoas e mercadorias, madeiras.

Em obras referentes ao ciclo da madeira foi dada ênfase ao papel dos setores dominantes, aqui entendidos por fazendeiros e madeireiros. Não querendo subestimar a importância desses segmentos que deverão continuar sendo elementos de análise pois, muito há por se fazer neste sentido, faz-se necessário ampliar as análises sobre os trabalhadores caboclos e gaúchos dando visibilidade a esses no processo de construção espaço geográfico.

Do ponto de vista desenvolvimentista, a implantação das serrarias, esparçadas em todo o planalto serrano, simbolizava ao mesmo tempo a ruptura da antiga forma organizacional, a qual estava condicionada a região. O sonho de progresso é encontrado tanto nos setores que chegam de fora (os madeireiros) como naqueles setores locais progressistas que ansiosos por romper o isolamento do território, viam e defendiam mudanças nas estruturas tradicionais. A instalação de madeireiras, representava em várias localidades interioranas da região serrana, a recuperação do tempo perdido por décadas de atraso se comparada a outras regiões de Santa Catarina.

Este atraso regional foi ocasionado pela ausência de investimentos e empreendimentos pelas elites locais. A classe de maior representatividade política e econômica na região eram os fazendeiros, que em muitos pareceres não apresentavam disposição de trazer e atrair investimentos ou indústrias para o Planalto Serrano.

Este imobilismo regional combinado com o tradicionalismo político local, impediam segundo alguns grupos, o desenvolvimento da região. Busquemos as análises que Munarim faz sobre a resistência das elites locais, frente a possibilidade de transição ou mudança no cenário regional. Segundo o autor:

“também é certo que a materialidade das relações econômicas instaladas na região serrana nesse período que vai até meados da década de 40 era desfavorável a qualquer impulso desenvolvimentista que pretendesse romper com o atraso representado pela cultura da fazenda de criação de boi”. (1990:102)

Esta citação, se esmiuçada, mostra-nos que até meados de 40, a cultura da fazenda era a representação de um desenvolvimento interno, eficaz e convincente para aqueles grupos que controlavam o território serrano. Internamente este modo de produzir é expresso por uma teia de relações que comportam determinada estrutura social e espacial. Somente comparado a outro modelo é que podemos visualizar diferenciações entre o antigo e o novo, entre o interno e o externo de um lugar ou região.

Quando escolhemos trabalhar com ciclos econômicos, o risco, é de estarmos afirmando uma ruptura estática e linear de um modo de produção, automaticamente substituído por outro. Dar-se-ia a impressão de que até determinado momento um modelo de organização sócio-espacial esgotaria sua força, suas energias, estando susceptível a entrada e substituição por outro. É a partir da década de 40 (marco temporal) que passam a se instalar várias serrarias na região serrana. O que precisamos é prestar atenção no movimento e a coexistência de modelos diferenciados. Se citamos transição, sugerimos movimento. Recorremos ao texto de Milton Santos sobre o espaço e o movimento das contradições:

“a história é sem fim, está sempre se refazendo o que aparece como resultado é também um processo, um resultado hoje é um processo que amanhã vai tornar-se uma outra situação. Somente se pudéssemos parar a história é que teríamos um estado, uma situação permanente”.(Santos; 1994:95)

Segundo o autor numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Se tomarmos somente um período perdemos a noção do todo em movimento, do processo.

As contradições começavam a surgir entre os dois modelos expressando assim concepções de mundos diferentes para atores partícipes do processo. São encontrados nesta transição interesses diferenciados entre os que vêm de fora com os que estão dentro. A resistência do sistema local ou a tolerância, bem como o empreendedorismo e a nova atividade que vem de fora, refletem elementos e variáveis que participam do processo dialético.

O interno é a manifestação daquilo que é local, num dado momento, as estruturas sociais, políticas e econômicas internas da região e das localidades divergiam dos objetivos e interesses do externo. Foram sendo criadas aberturas que justificassem a inserção do que vinha de fora. A internalização dependia, inclusive de certa flexibilidade dos padrões do território para gradativamente permitirem a instalação das serrarias na região serrana.

Sobre o controle e o poder dos senhores fazendeiros internamente, Munarim mostra-nos uma forte resistência à mudanças na região quando afirma:

“Ora, exigir das elites políticas dominantes ação no sentido de desenvolvimento do curral onde as próprias lideranças hegemônicas são coronéis, proprietários de terras, de bois e de gente, é exigir deles o suicídio enquanto grupo social e politicamente dominante. A hegemonia e domínio político desses grupos está sustentada justamente nas relações econômicas e sociais típicas da sociedade do atraso”. (1990: 96)

Cada situação requer um conjunto de preocupações para ser sustentada.

Necessariamente parece reforçar um modo de produção, com estruturas

sócio-econômicas bem definidas. Com a chegada de uma nova situação, põe-se em risco a antiga, quando o que é considerado novo diferencia-se quase que totalmente do já existente. Esta transição, para Milton Santos *“este movimento é diacrônico, e sem isso não há história. Não haveria dialética se os movimentos dos elementos se desse de maneira sincrônica”*.(1994: 95)

Estes elementos internos e externos que participam de um processo dialético, nesta análise que construímos sobre o período denominado ciclo da madeira, não pode ao nosso ver, esquecer os conflitos e contradições encontrados nas estruturas sócio-políticas, baseadas nas desigualdades sociais.

O que queremos afirmar é que tanto o segmento interno (fazendeiros), quanto os novos madeireiros apresentavam nas suas relações com empregados (peões ou trabalhadores nas serrarias) condutas autoritárias e desiguais. Cada grupo, cada habitante dentro da fazenda ou dentro da serraria e da vila, vivenciava relações verticalizadas no interior dessas estruturas. Relações contraditórias e conflitantes muitas vezes. Mais a frente, tentaremos explicar essas relações.

Cada lugar, como cada região sofre influências externas. Dificilmente um lugar é isento dessas influências. Direta ou indiretamente, tênue ou grave as influências chegam sob várias formas: culturais, econômicas, sociais. Como escreve Milton Santos esses fatores são relevantes:

“A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento que se importam sobre o lugar são externas, mas o processo de espacialização também, um processo de internalização”.(1994: 97)

Para que haja a inserção, a entrada de uma nova situação num território, é necessário que este apresente certas condições indispensáveis à internalização da situação externa. Que a aceite como possibilidade concreta local. Para que se instale uma nova forma produtiva é necessário que existam condições e aceitação de quem decide internamente. Deve aparecer aí, uma articulação entre os diferentes grupos representativos.

Entre o externo e o interno encontramos um modo de vida e uma cultura diferenciada. Tanto os “de dentro” não estão isolados do contexto externo, como também, os de fora não estão totalmente distanciados da estrutura interna. O que parece é a diferença dos padrões de vida (cultura) que os grupos apresentam concreta e simbolicamente.

Percebe-se que podemos encontrar entre o interno e o externo significações distintas à natureza e que cada segmento domina ou dispõe de diferentes técnicas em cada momento. Os significados e as possibilidades técnicas são representações de projetos diferentes de sociedades expressos nos lugares.

Queremos levantar com estas considerações o aspecto dialético entre a expressão externa e a interna de cada modo de produção e a complexidade de suas imbricações.

Sobre as práticas espaciais e possibilidades técnicas, de diferentes grupos sociais Lobato Côrrea, afirma:

“As práticas espaciais resultam, de um lado da consciência que o homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprias a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas.” (1995:35)

Privilegiamos aqui o lugar, como expressão, de uma vila de serraria instalada numa localidade rural, presente na região serrana. Existia anterior a chegada da Serraria Cherubini na localidade de Casa de Pedras estruturas bastantes arraigadas num modelo

rural tradicional de produção e organização sócio-cultural e espacial. Tradições construídas, obviamente por muito tempo, seguindo padrões sociais bem alicerçados no domínio e apropriação da terra.

Há muitas singularidades e especificidades em querer analisar uma vila de serraria num contexto regional tão dinâmico e complexo que envolveu toda a região serrana catarinense. Centenas de serrarias foram instaladas em todo o planalto serrano. Fragmentaram-se por onde encontrassem condições de atuar. Cabe analisar sobre esse aspecto das efetivas instalações da serraria, identificar as práticas espaciais e as condições que contribuíram para garantir a chegada das serrarias em várias localidades.

Segundo Lobato Corrêa as práticas espaciais são as seguintes: *“Seletividade espacial, fragmentação – rememoração espacial, antecipação espacial.”* As práticas espaciais servem-nos como base para sistematizar, de certa forma a chegada de um projeto e suas características.

Estas práticas não são excludentes entre si: podem ocorrer de forma combinada ou com perfil complementar. Esta organização direta ou indireta antecede a localização de uma fábrica, por exemplo. No período conhecido como “ciclo da madeira” havia dois atributos significativos para a vinda e localização das serrarias: a abundância e a proximidade da matéria – prima (floresta de araucárias). No julgamento do projeto madeireiro a região dispunha de grandes reservas florestais, que seriam gradativamente exploradas. Este aspecto de valorização das florestas e a escolha para a fixação da serraria em uma determinada área é o que chamamos na geografia de seletividade espacial. De acordo com Munarim ao referir-se a Iura : podemos perceber a dinâmica de instalações das serrarias, segundo o autor:

“Por onde encontrasse reservas naturais de araucária foram sendo instaladas novas serrarias, abrindo caminhos, formando vilas(...) Recrutava e ocupava, para um trabalho que praticamente não exigia nenhuma qualificação, a mão de obra disponível na localidade onde a nova atividade ia se instalando”.(1990: 96)

Notam-se como atributos valorizados a floresta de pinheiros e a mão de obra. Em outras situações estes atributos pode ser um solo fértil, o mercado consumidor, a proximidade de um porto, enfim, dependendo do tipo de atividade que cada projeto econômico traz consigo. Outra prática espacial que encontramos atuante nos projetos é a antecipação espacial. Para a implantação da atividade extrativa foi necessário conhecer anteriormente à área para instalar a serraria, bem como, perceber as possibilidades de acesso a matéria prima e ao transporte.

Organizar a viabilidade, negociável ou não com os proprietários locais. A antecipação garantiria o controle, para o futuro próximo da nova atividade madeireira. De certa forma também havia a necessidade de preparação social para a futura instalação garantindo parte das condições de produção.

Importante lembrar, que a partir de 1940 espalharam-se serrarias por toda a região. Este fenômeno se deu primeiramente em algumas áreas, não obedecendo uma uniformidade de distribuição das unidades madeireiras. Ao que parece algumas localidades receberam já nos primeiros tempos, os madeireiros e as vilas.

Esta distribuição e espacialização obedeciam a força de investimentos conforme o poder econômico de algumas madeireiras. O que queremos afirmar é que alguns lugares só tiveram a instalação das serrarias já nos anos 60, aproximadamente. Alguns autores colocam como término do “ciclo da madeira” os anos 60, onde se esgotaram as reservas de araucária. Ao pesquisar a Serraria Cherubini, percebemos sua data de instalação, o que aconteceu no início da década de 60, próxima a uma vasta

disponibilidade de pinheiros. No plano regional podemos perceber que a capacidade produtiva da região tendo como base a extração da madeira extraída, diminuiria consideravelmente já nos anos 60. Grande parte das florestas já havia sido derrubada. Mas o ritmo e o processo exploratório continuava intenso em muitos lugares.

Sobre a diferença entre a nova configuração espacial e a já existente na localidade seu João Mello⁷ compara: ” *Antes era tudo espaiado , uma casa longe da outra. Depois é que começou o movimento por aqui(...)* “

(foto 5)

Diante desta comparação, percebe-se que a instalação da serraria e da vila de operários, é uma modalidade espacial totalmente diferente da existente na localidade. O conjunto de casas centralizaria a atenção dos moradores “antigos” locais. Não se quer afirmar aqui, que as residências já existentes mudaram na sua forma. Não, elas continuaram “conservando” quase que, praticamente o mesmo estilo de representação. A vila e a serraria acrescentaram novas representações espaciais ao lugar. Primeiro, porque foi criado um lugar seguindo exigências e imposições de um modelo, de um modo de produção, que necessitava de certa disposição tanto da fábrica como das casas na vila, específicos e diferentes para atender o processo produtivo. Segundo, pelo motivo de estabelecer um “novo ritmo” temporal, para a localidade e seus sítios circunvizinhos.. O movimento que se iniciava estava associado a presença não só do nova atividade, mas também dos novos sujeitos que começavam a chegar no lugar. Mas o que é o lugar? De acordo com Armando Corrêa da Silva:

“A categoria lugar tem uma existência remota. Denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada”. Assim, também destaca o autor: “o lugar natural, isto é, o lugar suscetível de apropriação da natureza como recurso. Ou seja, a

⁷ João Francisco Mello entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedra)

natureza não só é fonte de recursos, mas também um espaço a ocupar. Nesse sentido, o lugar é território, quer se trate de fronteiras de recursos, fronteiras étnicas, fronteiras militares ou fronteiras políticas.”(1986:30)

Cabe considerar a indissociabilidade entre espaço, lugar e território, enquanto categorias de análises que permitem a interpretação dos lugares. A categoria território é segundo Corrêa:

“ a primeira concretude do lugar. As relações sociais de produção são, então, relações localizadas no território apropriado da natureza ou de outros por conquista, conforme o demonstra toda a história humana até o presente.”(1986:31)

Diante desses argumentos, consegue-se visualizar a vila de operários e a serraria, como espaço ocupado, apropriado. Ali se estabeleceriam relações sociais de produção seguindo uma nova expressão espacial que estaria surgindo na localidade. O novo conjunto de casas se transformaria num complexo de relações de localização determinada. A vila e a serraria apresentavam diferentes conteúdos e forma, contrastando com a estrutura espacial existente na região.

Com a instalação da serraria na localidade, podia-se encontrar duas representações espaciais, que ora poderiam estabelecer relações de cooperação, ora de conflitos, já que distinguiam-se no modelo de organização sócio- espacial. Estas relações se dariam entre os territórios diversos, aqui entendidos e expressos pelo lócus de existência da serraria e as localidades esparsas na região.

Sobre a região é importante citar a afirmação de Corrêa da Silva sobre este conceito:

“a região é posterior à categoria território, porque a região é o território já ocupado e onde se desenvolveu uma organização do espaço que o

torna determinação de um modo de vida. É por isso que a região é o lugar em que se nasce ou ao qual se pertence. Tem uma grande força de inércia como lugar já estruturado.”(1986:30/31)

É necessário considerar que, com a chegada da serraria na localidade defrontaram-se formas de organização do espaço contraditórias. A presença dos novos atores no lugar expusera um modo de vida atípico, do existente no território. Tinha-se desenvolvido a muito tempo um estilo de apropriação do espaço, bem diferente do modelo proposto pela indústria da madeira. A organização do espaço refletia um modo de vida baseado em outros ritmos temporais e dinâmicas espaciais características das estruturas anteriores no espaço.

A dinâmica espacial induzida pela serraria em relação a distribuição das casas, seguiam uma ordem planejada hierarquicamente. Ao lembrar a disposição das residências da vila, a senhora Sirlânia de Oliveira⁸, coloca importantes elementos para entendê-la. Segundo ela:

“a casa do gerente e dos “italianos” eram melhores e ficavam nos melhores lugares do que a dos “caboclos”. Aqueles que moravam abaixo da serraria eram os mais pobres, também eram chamados pelos gaúchos de “brasileiros”.

Esta distinção espacial parece indicar as desigualdades sociais existentes na vila. A vila estabeleceu uma padronização habitacional para aquele período, seguindo certa rigidez na sua arquitetura. As proximidades das casas dinamizavam as relações sociais entre vizinhos. O fluxo de pessoas era intenso e o cotidiano apresentava-se envolvido por diversas relações.

⁸ Sirlania Catarina Steffler de Oliveira entrevista realizada em 20.02.2000 (Lages)

A serraria Cherubini trazia mudanças para o lugar e para o seu entorno. “ O evento”, criou novos significados em relação a paisagem, ao espaço e configuração territorial. A magnitude de mudanças para a localidade foi intensa, porque houve rupturas com o modelo anterior à instalação da vila. Pode-se afirmar que os modelos, por serem singulares na forma e conteúdo, chocaram-se e embricaram-se. A essência de cada modo de vida, apresentava peculiaridades desde as relações sociais até a forma de representação espacial e percepções dos agentes que compunham esses modelos antagônicos. Um novo evento que estimularia um novo ritmo (um novo tempo) para um espaço em transformação. Para demonstrar o impacto entre o “antigo” e o novo sistema, trazido pelos novos sujeitos donos e trabalhadores da serraria, é importante aprofundar a distinção entre a paisagem e espaço. Faz-se necessário, neste caso, buscar a abordagem de Milton Santos sobre a distinção entre paisagem e espaço. Para este autor:

“a paisagem é o conjunto de formas, que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.”(1997:83)

Com a chegada do novo “evento” na localidade, seguido posteriormente por um conjunto de atividades e conteúdos, a paisagem e o espaço absorveriam as funções e atribuições da nova atividade no contexto local. A paisagem *“juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente.”* (Santos. 1997:83)

Seguindo a definição de Milton Santos entre as duas categorias o autor observa que:

“cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas - objetos , promovidas de

um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas – objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição relativamente imutável. O espaço é um sistema de valores que se transforma permanentemente”.(1997:83)

Deste modo, o conteúdo e a forma obedeceriam, a partir da implantação da serraria, funções divergentes relativas a cada modo de produção, simultaneamente. A distribuição de formas objetos que caracterizavam a paisagem local até então, sofreria os impactos de um novo conteúdo técnico apresentado pela serraria. A serraria e sua vila adicionaram uma forma de distribuição de objetos particular, própria do modelo empreendedor desencadeado pelos novos atores.

Num mesmo pedaço do território convivem subsistemas técnicos diferentes, elementos técnicos de épocas diversas. Um sistema técnico pode absorver, estruturas técnicas pertencentes a um sistema precedente.

Na relação entre o tempo e o espaço, mediada por estes subsistemas técnicos, cabe citar a questão colocada por Milton Santos a estas categorias. Segundo ele:

“devemos partir do fato de que estes diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área”.(1997:83)

Do ponto de vista da técnica dominante, a questão é outra: *“é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas.”(Santos.1987:83)*

Com a instalação da serraria, o território passa a ter dois sistemas técnicos que expressam formas de organização social distintas. Cada um dos dois arranjos manifestam-se e coexistem no mesmo espaço. Com compreensões e significados particulares de cada subsistema técnico. Um segmento é o representado pela chegada e a presença dos novos agentes, “de fora”, dispostos e atraídos a explorar a nova terra, o novo lugar. O outro é o subsistema representado pelos antigos habitantes do lugar, que por muito tempo, vivenciavam um modo de vida particular, sustentado por relações sociais típicas daquele sistema. Percebe-se que a simultaneidade desses sistemas técnicos apresentavam divisões de trabalho específicas de cada modelo. O lugar presenciou duas situações técnicas coexistentes. Para situação correspondia um modelo técnico e uma divisão do trabalho antagônicos se comparados.

A serraria e o conjunto de casas tornaram-se o lócus central impactante dos diferentes subsistemas técnicos. Com a chegada no lugar dos agentes de fora, os italianos gaúchos, contrastar-se-iam modos de vida e de cultura no mesmo espaço social. Desse encontro, o lugar abrigaria num mesmo tempo, relações de trabalho (divisões) distintas em valores culturais, sociais e econômicos. Milton Santos ajuda-nos a lembrar que :

“Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e com ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores.”(1997:109)

Pode-se afirmar que cada divisão do trabalho cria um tempo próprio, diferente em forma e conteúdo do tempo anterior. Os modos de vida passariam a existir no

mesmo espaço. As simultaneidades de diferentes formas de organização social habitariam o território local.

O novo modelo criava uma temporalidade própria para o lugar da vila. O espaço da serraria estabelecia um novo tempo não só para o interior das fronteiras da serraria e aglomerado das casas, mas para todo seu entorno. Cada sistema cria e desenvolve um tempo característico que o represente

2. 1 .ESPAÇO DO TRABALHO

Pretendo demonstrar o processo produtivo na serraria Cherubini, não de forma mecanizada, despossuída de intencionalidades dos agentes sociais. Mas apresentar o funcionamento e a hierarquização dos trabalhadores desde a exploração até o “produto acabado”. Ativarei para uma melhor compreensão as práticas sociais do cotidiano funcional da fábrica e sua dinâmica produtiva.

Operacionalmente, a Serraria Cherubini era um espaço particular de uma produção. A Serraria transformava as toras provindas dos pinheiros trazidos do mato, em tábuas, pranchas e vigotes. Também eram produzidas costaneiras consideradas refugo. As tábuas eram cortadas em diversos tamanhos, de acordo com a demanda. Uma tábua padrão media 14 pés de comprimento, doze polegadas de largura e uma de espessura. A origem dessas medidas é inglesa, talvez por influência do início da extração da madeira no Paraná e em Santa Catarina, feita por firmas inglesas e americanas. Estas medidas ficaram como parâmetro para se cortar a madeira em quase todas as serrarias da região.

A capacidade produtiva era de aproximadamente 100 dúzias por dia ou até três mil tábuas padrão por mês.

A serraria funcionava de segunda-feira à sábado, até às 16: 00 horas da tarde no Sábado. Sabia-se de sua atividade pelo “grito” contínuo das serras cortando as madeiras. De longe se podia escutar os ruídos. E também, pela fumaça saindo da chaminé, podendo ser vista a vários quilômetros do local.

A serraria era quem dava os horários, as horas para a vila, através de apitos. O apito da serraria forjava toda a ordem espacial na vila. Não só no interior da serraria,

mas também externamente, para todos os moradores do lugar. Hora para acordar, geralmente os operários levantavam-se e começavam a trabalhar antes do dia nascer. Todas as horas claras do dia eram aproveitadas. Hora para comer, trabalhar, descansar. Hora para tudo.

Às quatro da madrugada, o maquinista começava a trabalhar, colocando lenha e aquecendo a fornalha para esquentar a água da caldeira para produzir vapor. Este trabalhador também tinha a responsabilidade de dar o primeiro apito, às cinco e meia da manhã, para o pessoal da vila. Às seis dava o segundo apito, quando os operários se dirigiam à fábrica para o início do trabalho.

Às sete horas, tocava o sinal para o café da manhã. Com tempo de meia hora até o toque de reinício do trabalho. Curiosamente, próximo às dez e meia, havia um toque breve do apito, para que as donas de casa começassem a preparar o almoço. Às doze horas dava o apito do almoço. Um fluxo de operário da serraria para as casa era percebido neste horário. Às treze horas, o apito avisava os trabalhadores do retorno às atividades.

Às dezesseis horas novo apito para pausa do café da tarde, por meia hora. Estas pausas serviam para descansar os músculos e também para aliviar os ouvidos dos ruídos das serras. Horários de diálogo de sociabilidade. Horário esse para cuidar também das máquinas que sofriam desgaste pelo ritmo acelerado do corte das madeiras. O expediente findava `as 18 ou 19 horas por um apito agudo e prolongado.

Tudo era ditado pelo apito da serraria. Os operários chegavam a trabalhar até 12 horas diárias, dependendo da necessidade. Tarefa nada fácil, pois a lida com a madeira requeria muita força e atenção dos trabalhadores. É o que se pode chamar de trabalho pesado. Pois exigia muito do corpo diariamente. Em determinados dias, faziam-se horas extras para atender a demanda ou para limpar a serraria.

O barracão da serraria tinha dois pavimentos; no de baixo, ficava a máquina a vapor, caixa d'água grande abastecida pela roda d'água, e uma grande pilha de lenha, para abastecer a fornalha. No andar de cima ficavam as máquinas que transformavam os pinheiros (toras) em tábuas.

Para abastecer o andar inferior de lenha, havia o trabalhador denominado de lenheiro. Sua função era fazer lenha no mato, buscá-la com o carretão (carroça puxada por bois) e sempre estar atento com as pilhas de lenha que supria a fornalha. Era um trabalho constante de ir e vir do mato.

Internamente, encontrava-se o maquinista, seu trabalho era de suma importância para o funcionamento das máquinas. Exercia várias funções: operava a máquina mantinha o fogo na fornalha, controlava e abastecia a caldeira de água, atendia o manômetro, regulando assim a pressão do vapor na caldeira e também lubrificava as máquinas quando se fazia necessário. Estas funções exigiam muita atenção, pois havia história de explosões de caldeiras, por excesso de pressão em outras serrarias. Era um local de bastante periculosidade, para o responsável.

No andar inferior, encontrava-se ainda um conjunto de correias e polias que levavam o movimento gerado pela máquina a vapor às serras lá em cima.

Neste andar de baixo, caíam as serragens e o pó da madeira. A retirada e o transporte dessa serragem eram feita em carrinhos de mão, por meninos, filhos dos operários, chamados serrageiros. Ainda neste andar situava-se uma espécie de oficina com material para consertos mecânicos e de ferraria. Muitas vezes o conserto das máquinas se dava neste local de reparo.

No andar de cima da serraria, a máquina mais importante era a serra – fita que fazia o desdobramento das toras em tábuas. As toras eram roladas pelo pátio abaixo, enroscadas em ganchos, pelos operários, chamados roladores. Estes empurravam as

toras para dentro do pavilhão da serraria através do estaleiro onde ficavam uma após outra, até serem serradas.

A serra – fita era constituída de uma serra de aço que girava verticalmente, mantida por duas rodas, como se fosse uma correia entre duas polias. A tora ficava presa à um carrinho que deslizava sobre trilhos, e no movimento de ir e vir do carro, gerava-se uma tábua. A largura da tábua era regulada conforme uma prévia determinação.

O serrador era o profissional responsável pela serra - fita. Responsabilidade maior, porque dali era direcionado o perfil, o tipo de madeira que seria confeccionado e entregue ao mercado. Junto com o serrador ficava o seu ajudante. Eles rolavam a tora para cima do carro e fixavam - na com ganchos.

Logo após, posicionados em seus lugares, o serrador puxava uma alavanca lentamente, controlando assim o corte. Na medida em que o carro avançava, o corte seguia seu trajeto. O corte podia produzir costaneiras, tábuas ou pranchas.

A primeira tábua a ser serrada era descartada, esta tábua era a “costaneira”, com forma arredondada, devido ao formato da tora. Era uma espécie de refugo, utilizada somente para uso domiciliar, cercas, galinheiros, chiqueiros e lenha.

Na seqüência produziam-se as pranchas, tábuas mais grossas. As tábuas eram quase sempre desdobradas em polegadas. Depois de cada corte, o carro voltava à sua posição inicial e o ajudante regulava a largura da próxima tábua através de um volante que fazia a tora se deslocar de lado sobre uma espécie de roscas. Extraídas algumas tábuas, o carrinho parava e fazia-se o tombamento da tora semi-cortada, isto é, colocava-se a parte plana para baixo, melhorando assim a estabilidade e continuava-se o corte.

Tanto para posicionar a tora no carro ou para virá-la, havia o “macaco”, que deslizava verticalmente, empurrando-a com seus ganchos. Este mecanismo, este

aparelho, possibilitava posicionar e virar enormes toras no carro. Com a orientação do serrador e o ajudante, o aparelho amenizava a força necessária para o deslocamento das toras.

As tábuas e as pranchas produzidas pela serra - fita eram recebidas e passadas à um outro operário: o circuleiro. As costaneiras eram simplesmente arremessadas para fora do galpão. Pelo acúmulo de costaneiras, enorme montes eram construídos, necessitando de tempos em tempos uma limpeza para desbloquear a saída das mesmas.

As tábuas saíam da serra - fita com largura diferenciada e lados arredondados, devido a forma exterior da tora. Eram necessário, então, regular seus lados e dar às tábuas as larguras padrão: 10,11,12 polegadas.

O circuleiro era denominado assim, por operar a serra circular, que girava com muita velocidade. Instalada numa mesa comprida, por onde a tábua passava e era serrada, por toda sua extensão em um de seus lados. Havia um mecanismo, uma espécie de regulador para a largura desejada das tábuas. Para auxiliar o circuleiro, que empurrava a tábua sobre a mesa, havia o seu ajudante que, do outro lado, puxava as pontas da tábua, partidas em duas pela serra.

Depois de alcançado a largura padrão, as tábuas eram passadas para outra máquina para serem regularizadas, aparadas em comprimentos padrões também. Suas pontas deviam sofrer cortes. As extremidades eram colocadas no padrão pela destopadeira, operada pelo destopador, trabalhador responsável por esta atividade.

Muito parecida com a serra circular, ou outra serra circular, colocada no extremo de uma mesa muito comprida, a destopadeira deslizava por um mecanismo de molas, correias e rodinhas, no sentido da largura da tábua, manejada pelo destopador. As tábuas eram colocadas, diversas de cada vez, em forma de feixes, e tinham as pontas aparadas seguindo um padrão previamente determinado. Para operar a destopadeira, o operário

tinha de ficar em posição lateral, fora do alcance da serra circular, pois, poderia acontecer dela “escapar”, deslizar bruscamente em direção a ele depois do corte das tábuas.

Depois da passagem pela destopadeira, as tábuas eram levadas, prontamente para o depósito. Eram empilhadas ao lado da linha de vagonetes, que entrava no pavilhão. Carregados, os vagonetes transportavam as tábuas selecionadas para o pátio, para as pilhas de secagem. O vagoneteiro era o responsável pelo veículo, empurrava-o auxiliado pela ação da gravidade. Aguardando as tábuas no pátio, encontravam-se os empilhadores, responsáveis em arrumar as tábuas nas pilhas, separando-as umas das outras por filas transversais de ripas, para que, tomando ar, secassem uniformemente sem empenos. Por qualquer falha na “amarração”, a madeira podia empenar, entortar, desvalorizando para a venda.

Não é difícil de imaginar que todo este processo produtivo era acompanhado de muito risco em relação à acidentes. Toda atividade na serraria necessitava uma carga de atenção considerável de cada operário. Quem teve a experiência de vivenciar esta dinâmica funcional interna nas serrarias sempre acaba lembrando de acidentes decorridos da aproximação dos trabalhadores com as serras. O espaço poderia vitimar qualquer um dos operários envolvidos no processo. Não era uma raridade o fato de, de vez em quando, um operário perder dedos, ou parte deles. As serras chegavam a dizimar mãos e braços em alguns acidentes. Os fatos mais comuns eram alguns cortes, raspões, serragem ou pó nos olhos, o que impossibilitava o trabalho. Difícilmente alguém escapava de algum ferimento dos “dentes” das serras. As cicatrizes estão crivadas em quase todos aqueles que passaram pelas serrarias. Estes sinais não desapareceram do corpo dos trabalhadores que encontrei durante a pesquisa.

Em entrevista com seu Adelino⁹, ex-gerente da Serraria Cherubini, em um de seus depoimentos relatou:

“(...) os acidentes aconteciam, mas eram pequenos. Um corte de mão, uma unha lascada... uma ponta de tábua que amassava os dedos. Acidente grande mesmo, só lá de vez em quando, e às vezes por descuido do camarada...”

Seu Adelino também reporta aquele tempo sobre a única forma possível de prevenção dos acidentes, que era a conversa com os funcionários. Segundo ele:

“sempre era mostrado o jeito para trabalhar nas máquinas. Os que não tavam bem treinados, não podia pegá pra trabalhar. Os acidentes pequenos, cuidava ali mesmo ou em casa. Quando era grave, aí era levado depressa para a cidade, pra Lages...”

O espaço interno da serraria onde se localizavam as máquinas, era também constituído de uma sonorização ruidosa, aguda, desencadeada pelas serras que chegava aos tímpanos dos operários diretamente. Com as máquinas ligadas era quase impossível qualquer diálogo. A comunicação se dava por gestos e sinais. Lugar de muita concentração e desgaste para aqueles que operavam as serras. Não era usado, pelo menos nessa serraria, nenhum tipo de proteção para os ouvidos e para os olhos contra o barulho e o pó oriundos da serragem. O máximo que se usava era um pano por debaixo do chapéu ou boné para proteger os ouvidos.

Sobre os acidentes, vale reforçar a atenção para o caso das mutilações no corpo dos ex - operários da serrarias. É comum ouvirmos e visualizarmos pessoas que trabalharam nas serrarias, apresentar no seu corpo as marcas de acidentes, faltas de dedos, ou braços mutilados ou cicatrizes pela ação das serras.

⁹ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

As serras não cravavam seus dentes somente nos majestosos pinheiros de araucária. Também deixavam suas marcas no corpo e na memória dos trabalhadores. O risco vivenciado pelos operários era permanente.

A distância para atendimento mais próxima, era de 20km do antigo Distrito de Painel, e mais 30 km para se chegar a Lages, fazia com que o operário acidentado demorasse até alcançar socorro para os ferimentos.

Seu Adelino de Oliveira¹⁰ ao ser questionado sobre a garantia legal dos operários em caso de acidentes nos indica que:

“o camarada que por acaso perdia algum dedo, ou até a própria mão, era indenizado(...) dependia do acidente, ficava encostado por um tempo, até ficá bño(...) quando não tinha jeito então aposentava e ele ficava ganhando por mês. Uns voltavam a trabalhar depois de curados(...) mas não era fácil ser indenizado(...) “não era por qualquer coisa, o peño que perdia a ponta do dedo ou um dedo, se curava e tinha que voltar para a serraria. Só quando era muito grave, quando se perdia a mão um braço, aí sim era segurado por , como é que se diz, por invalidez.”

Um dos aspectos que transparece nos relatos são as marcas no corpo, deixadas pelas serras que por muito tempo foram controladas por estes trabalhadores. De mutilados à inválidos, estes sujeitos têm na sua história sinais que denunciam o período das serrarias. Nas suas memórias e nos seus corpos, estão presentes as “cicatrizes” daquele tempo.

Retomando ao processo produtivo da serragem da madeira e esta chegando à etapa final, do empilhamento e a secagem, era chegado o momento de transportá-la para a cidade. O destino final das tábuas produzidas na serraria Cherubini era o depósito de

¹⁰ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

madeira da mesma serraria em Lages, de onde seguiam para São Paulo e outras regiões do país.

Para o carregamento das tábuas, era encostado o caminhão na pilha, e o motorista e os ajudantes, executavam esta tarefa. Tais caminhões eram acompanhados de uma espécie de reboques. Quando descarregados, os reboques eram levados sobre a carroceria, uma base onde eram fixados. Para carregar o caminhão, o reboque era descido, engatado e a madeira colocada de comprimento sobre duas vigas transversais uma no reboque e outra na carroceria.

Depois de carregada, a pilha em cima do caminhão era mantida amarrada por duas correntes (na frente e atrás) firmemente coesas, esticadas por meio de um galho flexível chamado arrocho. Carregado, o caminhão iniciava sua viagem. Quase sempre com o limite máximo de peso.

Partia gemendo na estrada rumo à cidade. Geralmente antes de sair do pátio era feita a nota fiscal, a madeira era contada e, às vezes marcada no alto com um ferro martelado. Documentada a carga, o motorista passava no armazém para pegar alguma encomenda ou algum eventual passageiro para a cidade.

Seguiam por uma estrada secundária, em alguns pontos de difícil tráfego até, para depois, de uns 20 quilômetros chegarem ao distrito de Paineira onde pegavam a estrada principal até Lages, percorrendo mais uns 30 quilômetros. A estrada principal era bem melhor, estrada de chão melhor conservada. As estradas secundárias eram precárias. Estreitas, íngremes e quase nada de segurança ofereciam. Em épocas de chuva, nenhum caminhão se aventurava a viajar. Havia baixadões que impossibilitavam a passagem dos caminhões. O barro se acumulava, bloqueando a passagem. Só mesmo esperando o tempo melhorar para prosseguir viagem.

A distância de aproximadamente 50 km da serraria até Lages, vista pelos olhos de hoje, não era grande. Mas considerando as condições daquele tempo, percebem-se as dificuldades enfrentadas pelos caminhoneiros para deslocar as cargas de madeira para a cidade.

Todo o processo de carga, transporte e descarga até a cidade, ocupava um tempo de quase 6 horas. Algumas vezes fazia-se até duas viagens, corridas até Lages, por dia. Os caminhões também serviam como base de transporte de passageiros da vila. Os motivos dessas viagens iam desde fazer compras na praça (tecidos, alimentos, remédios), levar alguém para consulta médica, ou para ver alguma questão judicial. Quando não levavam passageiros, tinham que providenciar as encomendas dos moradores da vila na cidade. Até recados para parentes na cidade se tornava atribuição dos, caminhoneiros ou seja, mensageiros. Por se ter o fluxo dos caminhões quase que diário, salvo os dias de tempo chuvoso, para Lages, estes representavam uma modalidade inovadora para as localidades: uma espécie de correio, intercâmbio com o centro maior. Os caminhoneiros recolhiam as encomendas e fielmente davam respostas à demanda de correspondências que surgiam diariamente. Para combinar as caronas, quase sempre caminhoneiros eram previamente avisados. Mas era comum pegar passageiros ou encomendas à beira da estrada.

No mato (florestas de araucária) se encontravam os serradores, os puxadores, os toreiros, os empreiteiros. Também o serviço do mato obedecia a uma divisão de trabalho semelhante ao sistema interno da serraria. Praticamente cada grupo de três a quatro homens desempenhavam várias atividades.

O trabalho para derrubar os pinheiros era acompanhado de todo um conjunto de técnicas próprias nas florestas. No pinhal, os pinheiros eram comprados do

proprietário das terras onde se situavam, pela firma, para serem derrubados. Geralmente nesta negociação estavam presentes os donos dos pinheiros e da propriedade, o gerente da serraria e mais um ou dois peões para ajudar a marcar os pinheiros negociados. Adentravam no mato para escolher os maiores e os melhores pinheiros.

(foto 6 e 7)

O diâmetro das árvores era medido por um gabarito de 18 polegadas em forma de garfo de duas pontas abarcando a árvore. Verificada a medida, era tirado um pequeno trecho da casca, e sobre o tronco imprimia-se a marca. A marca era um carimbo em relevo produzido por um cilindro de ferro com ele na ponta, martelado sobre o trecho descascado do tronco. Os pinheiros com 18 polegadas ou mais eram marcados com “1”, ou seja, “um pinheiro”. Os menores, até 15 polegadas, recebiam a marca “2x1”, ou seja, cada dois pinheiros eram pagos como sendo um.

A marca tinha uma função bem definida. Pois o dono (fazendeiro) do pinhal voltava sempre para fiscalizar, depois da derrubada. Alguns problemas apareciam neste processo. Reclamações dos donos dos pinheiros alegando que os operários da serraria que faziam o serviço do mato, derrubavam pinheiros não marcados. O que poderia gerar divergências entre madeireiros e fazendeiros.

O pinheiro devia ser cortado sempre deixando um toco de no mínimo, um metro de altura. A marca indicaria a altura mínima do corte. O trabalho dos homens “do mato” era dividido em várias etapas: derrubada de pinheiros, corte de toras, descascamento das toras e estaleiramento.

Antes de começar a serrar os pinheiros, descascavam uma faixa de 30 cm em toda a volta do tronco, para facilitar o trabalho da serra.

Os serradores tinham de determinar previamente a direção da queda. Isso necessitava certa experiência no trabalho. Também era planejado antes do corte, evitar que o pinheiro caísse em terreno desfavorável, onde estava sujeito a quebrar, enroscar em outras árvores. A direção do vento era importante, e também o sentido em que era feito o corte. Para serrar os pinheiros usava uma serra manual, chamada de traçadeira, de uns dois metros de comprimento, provida de dois cabos, um em cada extremidade. O trabalhador caboclo, era mais apto para esta atividade, tendo em vista que conhecia o ambiente.

Dois homens a puxavam alternadamente, provocando um movimento de vai e vem, fazendo que os dentes da serra fossem cortando o tronco transversalmente. O corte era iniciado do lado oposto ao da queda. Quando o tronco já estava fazendo pressão excessiva sobre a serra, era colocada uma cunha de aço no corte. A certa altura, a serra era retirada e o corte recomeçava do lado oposto. Depois de derrubado o pinheiro, os trabalhadores tinham que medi-lo e marcar os lugares onde iriam cortar seu tronco. Para isso, seu procedimento era semelhante ao da derrubada, só que agora com o tronco na horizontal: primeiro, descascar uma faixa de trinta centímetros em volta dele, e depois meter a serra de cima para baixo.

Após o corte das toras vinha outra operação, a do descasque, os descascadores, munidos de machados bem afiados, ficavam de pé sobre o tronco e começavam a falguejá-lo, cortando toda a casca que revestia os pinheiros.

Cortado e descascado o tronco, estaria pronta a tora. Agora poderia vir as juntas de bois para arrastar as toras. Com correntes com ganchos na ponta, esses eram enterrados firmemente na madeira, em seguida, dava-se brados, voz de comando para as juntas de boi começarem a arrastar as toras até uma posição favorável para rolá-la sobre o estaleiro.

A seguir, as toras já estaleiradas, estavam prontas para serem levadas a serraria, tanto em caminhões, quanto, em carretões (carroças grandes, puxadas por cavalos ou mesmo por bois que arrastavam as toras), lá seriam derrubadas no pátio das toras da serraria, e ficariam a espera de serem serradas.

No cenário de onde eram cortados os pinheiros restava pouca coisa: alguns pinheiros menores, uma quantidade enorme de tocos de troncos de onde poderia brotar outro pinheiro, uma superfície coberta de cascas marcando o lugar, uma confusão de grimpas e galhos quebrados. Tudo desapareceria com o tempo, salvo, uma parte, mais nobre e dura, os nós, ou seja, o local onde os galhos se prendem aos troncos, os famosos nós de pinho.

Ao buscar fontes sobre o período e o trabalho no mato, me deparei com lembranças do senhor João Pedro Ribeiro de Liz (seu Janjo)¹¹, morador a quase cinqüenta anos na localidade de Casa de Pedras. Seu Janjo proprietário de terras, viu com bons olhos aquele período. Tanto no que diz respeito à negociação de pinheiro com os madeireiros e também pelas “empreitadas” que acordavam com os donos da serraria. Segundo seu Janjo sobre aquele período da serraria, se recorda que:

¹¹ João Pedro Ribeiro de Liz entrevista realizada 10.01.2000 (Casa de Pedras)

“...ah!, foi um tempo muito bom, quem sabe negociá, ganhou muito dinheiro. É que tinha muito pinheiro... isto aqui tudo... tudo, era só o que dava. Não tinha terreno ou fazenda que não fosse tomado por pinheiro... Dava pinheiro igual praga como diz o outro... eu mesmo vendi pinheiro pros Ody Cherubini. Também descasquei e puxei muito pinheiro desses fundão... Eu tinha até quatro junta de boi. Juntava alguns home... e empreitava com a serraria o serviço no mato... tempo bom... agora, era trabalhado, eu mesmo ganhei muito dinheiro. Depois tudo foi se acabando sobrando pouca coisa por aqui...”

Pelo visto, a nova situação representou novas perspectivas para os moradores locais. Mesmo sendo um serviço no mato, a atividade madeireira atraiu os moradores. A propriedade continuava sendo do fazendeiro, apenas os pinheiros eram negociados com os madeireiros. Isso reflete que o controle do território ainda estava, nas mãos dos proprietários. A serraria criou um outro sentido para o território, visto agora, com grandes possibilidades para quem tinha a posse da expressiva e procurada matéria prima: as araucárias.

A relação do proprietário sobre suas terras mudava consideravelmente, devido à uma demanda cada vez mais insistente das serrarias. Estas relações são marcadas por convergências e divergências. Os agentes sociais que detinham o poder, tanto sobre a terra (fazendeiros) como sobre o capital (madeireiros) disputariam, num jogo de forças, as riquezas da localidade. O detalhe mais importante é que, de certa forma, evitava a tomada de decisão do outro.

Para conseguir a matéria-prima para as serrarias, muitas vezes os madeireiros encontravam resistências dos proprietários locais. “Muitas vezes a negociação era demorada, e às vezes não se fechava negócio. Até aparecer uma serraria com melhor proposta de compra dos pinheiros. Os fazendeiros foram com o decorrer do tempo, prestando mais atenção nos negócios, o que causou certos problemas para os donos de serrarias. Como diz seu Adelino¹²: *“tinha muita pechincha para fechá negócio.... às veis era muito demorado fechá uma compra de pinheiro....”*

O melhoramento da estrada era feito pela ação dos próprios madeireiros. Em alguns casos deslocavam alguns homens para arrumarem trechos de difícil passagem. Em outros, usava-se trator de esteiras para os reparos na estrada. Utilizado para remover pedras e terra, ora para fazer aterros, ora para desbloquear a estrada. Pela precariedade das estradas secundárias, fazia-se necessário, sempre estar reformando-as.

Entre a serraria Cherubini e a cidade de Lages situava-se apenas uma pequena aglomeração de certa importância: O Distrito de Painei. Era vilarejo com certo comércio, atravessado por várias vias. Por ali passavam e pousavam muitas pessoas vindas do município de São Joaquim, de Bom Jardim da Serra e também do distrito de Urupema e outras localidades interioranas. O Painei era uma base de apoio, intermediando o caminho para Lages. Ali residiam fazendeiros das imediações, proprietários dos sítios e das fazendas do interior. Este lugar possuía alguns estabelecimentos comerciais: armazéns, bares, pequenas pensões, lojas e outros serviços. Não apresentava infra-estrutura para atendimento ao público em relação à saúde, e apoio jurídico. Lugar pequeno, mas na época havia muito movimento, devido a presença de várias serrarias na região. Os operários das serrarias comumente se deslocavam das vilas para fazer compras no Painei. A demanda de produtos aumentou

¹² Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

sensivelmente tais como, alimentos, vestuário, calçados, etc. Os salários pagos aos trabalhadores das serrarias eram gastos, em boa parte no distrito de Painei ou na cidade de Lages.

2.2 OS MIGRANTES NO LUGAR

Em citações anteriores, relatou-se as condições que muitas famílias gaúchas chegaram na vila Cherubini: pobres, excluídos na terra natal, vieram em busca de trabalho para melhorar de vida. Mas também trouxeram consigo na bagagem, uma cultura bem distinta da local.

Segundo Paul Claval; ao analisar os aspectos que caracterizam uma cultura o autor observa que:

“A cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço”. (1999:61)

A Casa de Pedras e a vila Cherubini seriam o lócus da coexistência dos diferentes sistemas. Primeiramente, é importante frisar que os italianos já possuíam experiência de trabalho nas serrarias. Oriundos de pequenas cidades ou de vilas de serrarias no Rio Grande do Sul, dominavam a atividade madeireira. Na entrevista com seu Adelino, ele lembra que: *“o que salvou essa gente foi isso...”*. Já tinham vivência em habitar vilas (na sua maioria) e possuíam domínio técnico desta atividade.

(foto 9)

Este aspecto trouxe uma certa vantagem em relação aos moradores locais. No enfrentamento técnico, os italianos mostravam-se mais aptos para o trabalho.

Este conhecimento técnico, ao que parece, facilitou a adaptação dos migrantes à dinâmica espacial instituída pela serraria e seu entorno. Encontraram certa familiaridade com o trabalho em serrarias. Mas, a adaptação não é restrita só a técnica, outros fatores seriam enfrentados no conjunto de relações com o lugar e com a gente local.

Ao “buscar depoimentos sobre aquele período, encontrei nas falas o adjetivo estranho, gente estranha”, ao se referirem aos migrantes que chegaram.

Vejamos o que diz o senhor João Francisco Mello¹³ sobre a chegada da serraria, e da nova gente, seu João lembra que:

“... veio muita gente de fora, uma gringaiada, gente tudo estranha, vieram pra cortá pinheiro, mas depois, fimo conhecendo e ficamo tudo conhecido”(...)“essa gente era muito diferente...desde o jeito de falar, o jeito de vesti. Prá vizinhar e pra negociar eram muito sério. Gente trabaiadeira mesmo...”

Cabe lembrar-se de onde o seu João está falando, qual é o seu lugar social. Ele é um antigo morador da localidade de Casa de Pedras (residente ainda no mesmo lugar), onde seu sítio vizinhava com a Vila Cherubini. Há mais de 60 anos ele e sua família residem no local. Sobre a adaptação à nova gente, seu João observa que:

“até conhecê tudo aquela gente, foi difícil. Isso aqui era um lugá parado, tudo conhecido. Depois que chegô a serraria, aí sim foi muito movimentado. Mudo quase tudo...”

Para os moradores locais, percebe-se que a gente estranha, obviamente, eram os de fora, os italianos. Estes relatos, indicam o distanciamento entre sistemas sociais tão distintos.

Devemos também considerar, no conteúdo desta fala, que o estranhamento segue duas

¹³ João Francisco de Mello entrevista realizada em 10.01.2000 (Casa de Pedras)

vias na percepção dos agentes sociais. A gente estranha , é percebida, tanto por caboclos, como pelos italianos. Identidades coletivas muito diferentes, com vida social distintas também.

Observamos por exemplo a fala de Dona Ilza Maria¹⁴ quando relata as primeiras impressões sobre os nativos da localidade de Casa de Pedras.

“quando chegamos lá, não sei como viviam aquela gente. Não trabalhavam, não tinham lavoura. De vez em quando negociavam um boi, um porco e era assim... eu não sei como pode serem assim, só esperar pelas coisas. Tudo estranho, depois melhorou um pouco...”

Dona Ilza Maria ressoa a voz e a impressão do migrante no embate com a gente local. Orgulhosa de ser gente de origem parece não abrir mão da moral e do trabalho. Percebe-se dois mecanismos na sua fala, o de afirmação de sua cultura e a não aceitação dos outros, dos diferentes. Na perspectiva dos italianos, os caboclos foram classificados como gente alheia ao trabalho e qualquer tipo de empreendimento.

Mesmo na condição que chegaram do Rio Grande do Sul, pobre, não abriam mão do seu jeito de ser. Os italianos firmaram ou firmam-se na região, como gente que trabalha, que desenvolveram estes lugares de cá. Estes discursos aparecem nas falas dos entrevistados que vai desde o patrão até o operário migrante. Esta necessidade de afirmação, exagerada às vezes, tolhe a possibilidade de um diálogo aberto sobre as diferenças dos dois grupos.

Para os migrantes gaúchos (italianos) os caboclos viviam na miséria porque não trabalhavam. Por serem descendentes de índios, não queriam nada com nada. Segundo dona Ilza ¹⁵“*só esperavam pelas coisas*”.

¹⁴ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

¹⁵ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

Paul Claval faz uma análise sobre identidade e coabitação que nos ajuda a entender as contradições nas relações entre grupos diferentes. Para este autor:

“Os sentimentos de identidade têm conseqüências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si. O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados”. (1999:181)

O ritmo lento dos caboclos segundo os migrantes, incomodava o estilo de vida trazido pelos gringos, Contrastavam-se aí dois sistemas sociais totalmente diversos.

A construção da Vila Cherubini, atraiu e fixou a mão de obra tanto de italianos como de caboclos vizinhos. Esta estrutura fabril é de propriedade de um investidor italiano, Ody Cherubini, que apresentava larga experiência na atividade madeireira. Quando falamos de atração da mão de obra, cabe situar aqui que os trabalhadores oriundos do Rio Grande do Sul adaptaram-se com facilidade. Por dois motivos:

- Pela proximidade étnica com seus patrões, muitos acompanharam o patrão de outras serrarias ou, seguiram algum parente para, residir na vila.
- Pela habilidade que já possuíam, nas atividades da serraria, de outras regiões.

Neste contexto é interessante frisar que primeiramente, o operário vinha fazer “uma leitura” do novo lugar até se estabilizar (residência, salário, condições para trazer a família). Depois voltava para o Rio Grande do Sul para buscar a mudança e a família, e até como lembra seu Adelino: *“algumas vezes nem voltava mais...”* permanecendo aqui, e mandando buscar a família e os pertences.

Para ilustrar as diferenças entre os grupos étnicos, caboclos e migrantes, recorreremos ao trabalho de Arlene Renk, *A Luta da Erva*, onde a autora analisa no oeste catarinense os contrastes entre a nação italiana e a nação brasileira. Na primeira parte de sua dissertação ela retrata o conceito de grupo étnico, o qual encaixa-se perfeitamente, na presente temática. Segundo a autora ao citar Barth, observa que o grupo étnico:

“consiste em população que: 1) se perpetua por meios biológicos; 2) partilha de valores culturais fundamentais; 3) compõe um campo de comunicação e interação; 4) tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outro, como uma categoria distinguível das demais categorias da mesma ordem” (1990:5)

O grupo étnico de italianos carrega uma forte preocupação com o trabalho, a acumulação de bens e de dinheiro e uma relação diferente com o tempo e com a terra. Apresentavam resistências em aceitar o modo de vida dos caboclos. Sua oposição em relação aos nativos (brasileiros) que era a sociedade vigente na localidade, deu-se tanto à aqueles que ocupavam as posições hierarquicamente superiores, como os fazendeiros, quanto em relação aos ocupantes das posições inferiores, como caboclos “peões”. Com a chegada dos migrantes italianos criou-se fronteiras sociais entre os grupos. Contrastavam-se identidades com práticas e costumes distintos. Para reafirmar sua identidade étnica, os italianos negaram a outra, a cabocla. A representação dessa fronteira passava pela necessidade de impor (ou impor) determinadas práticas e hábitos no processo de socialização. Vangloriam-se assim as coisas e a conduta do italiano, depreciando qualquer manifestação cultural do outro, do caboclo.

Arlene Renk quando retrata a contradição do estilo de vida de italianos em relação aos brasileiros, demonstra que :

“a ação do trabalho (para o italiano) está sempre colada com a noção de sacrifício, penosidade, e é representada pela ação transformadora: o quintal, o pomar, o forno, a horta, a área cultivável. O contraponto, inevitavelmente, será o caboclo, sempre apresentado com morada desolada, arredores sem horta, jardim e pomar.”(1990:137)

A casa dos italianos na vila apresentava distinção em relação às outras. No quintal esboçava-se o plantio de folhagens (flores) com cercamentos bem definidos, “delimitando” o território familiar. Nos arredores, nos fundos do terreno de cada residência encontrava-se a horta para fornecimento de temperos caseiros e outros produtos, como chás que eram bastante utilizados nos tratamentos “caseiros”.

Como afirma Dona Ilza Maria¹⁶ quando lhe foi perguntado sobre a casa que “receberam” do dono da serraria e as casas dos caboclos na vila, ela distingue:

“a gente tinha um outro sistema, cuidava melhor da casa e das obrigações. Todo dia limpava a casa, lavava roupa, fazia tudo em casa... o pátio tava sempre limpinho. Lavava a casa, o chão ariava até ficá bem limpo. Dava trabalho mas, dava gosto de vê”.

Quando perguntamos sobre a casa dos caboclos na vila a resposta foi esta:

“era tomada pelo mato, às vezes nem limpavam era tudo jogado, não se preocupavam em cuidá, desleixados na casa, levavam do jeito que dava... Mas tinha os “caprichosos” que sabiam cuidar”.

Na fala de dona Ilza vemos lógicas não coincidentes de valoração do espaço e do lugar. Duas formas de representação com suas especificidades e manifestações.

¹⁶ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

É bastante comum, encontrarmos no vocabulário popular dos serranos, quando alguém quer criticar um terreno residencial que não está inteiramente limpo, sofrer a acusação, “parece casa de caboclo”.

Quanto à concepção do trabalho, dos italianos, esta se apresenta segundo Arlene Renk, sempre colada a “compulsão” e a “organização”, o que estaria faltando aos brasileiros. A gente de origem tinha sede e vontade de vencer e, é por isso que inconformava-se com a “falta de vontade” de trabalhar dos caboclos. Parece que a presença de vontade é inato aos de origem. O trabalho só é compreensível para os italianos na lógica do sacrifício e da recompensa. A preocupação em poupar, de guardar o excedente, de não partilhar com outros suas coisas, de aproveitar ou reaproveitar coisas, objetos, roupas, fazem parte da lógica do italiano, na concepção destes.

Sobre os ritmos temporais os italianos da vila Cherubini, tratavam a representação do tempo ligada à concepção de trabalho diretamente. Desperdiçar tempo para estes era jogar dinheiro fora. Trabalho compulsivo para não perder tempo. O tempo estava sempre associado à lógica do ganho ou da perda. Aproveitar o tempo, seria distribuí-lo durante todo o dia, elencando tarefas que iam desde as atividades internas da casa, no terreno, até na serraria, enfim, em quase todas as esferas. Trabalhar, produzir para ocupar o tempo, por que este parecia ser breve na concepção dos italianos.

O não aproveitamento correto do tempo o excluirá do grupo e o transformará num outro. De modo geral, o segredo para prosperar, para ter fortuna, para progredir e ser honrado é seguir o caminho do trabalho.

De propriedade de italianos, a firma e o conjunto de casas ficavam sobre o controle do patrão. Quase tudo o que diz respeito a convivência e as relações sociais estava ou ia ser decidido pela ordem do patrão. Outra esfera da hierarquia estava relacionada às atividades internas na firma. Os melhores postos de trabalho eram

dirigidos aos gringos. As máquinas mais complexas no processo produtivo (serra fitas, estopadeiras, circulares, caminhões...) eram confiadas aos trabalhadores de origem. Do ponto de vista dos gestores da firma era um pessoal bem treinado, responsável e confiável.

Numa outra esfera apareciam os trabalhadores locais. Estes faziam o trabalho mais bruto e também mais fácil. Os trabalhadores caboclos desenvolveriam as atividades menos complexas, que não exigiam grandes habilidades no processo produtivo. Esta hierarquia interna atendia obviamente aos interesses dos italianos.

A CHEGADA DO ESTRANHO
A VILA DE CABOCLOS E DE MIGRANTES GAÚCHOS

“Tinha muita gente de origem trabalhado na serraria, tinha caboclo também, era meio por meio...”¹⁷

Inicialmente, gostaria de enfatizar que os trabalhadores da serraria Cherubini não se apresentavam como classe homogênea, como mostra seu Adelino em entrevista concedida a este pesquisador. Este ex gerente da serraria usa uma expressão bastante curiosa ao diferenciar a gente do lugar com a gente que veio de fora, os distingue entre *“gente de origem e gente cabocla”*, frisa a forte necessidade de diferenciar os caboclos dos italianos gaúchos. Morador da vila e principal responsável pela serraria, seu Adelino veio do Rio Grande do Sul *“para comandar a peãozada”* nos sertões de cá. Com a missão de gerenciar os trabalhadores e o processo produtivo na serraria, denota em seus depoimentos uma clara preferência pelos gaúchos.

A expressão de origem mostra o descendente de italianos ou alemães como grupos étnicos que faziam questão de se mostrarem distintos dos caboclos que moravam na região. Num certo sentido esta distinção étnica, a partir dos discursos dos que chegam de fora, passou a ser o elemento fundamental de desigualdade entre nativos e migrantes gaúchos.

Fica visível a heterogeneidade no espaço fabril entre dois grupos identitários. Este espaço passaria a ser o lócus de confrontos e resistências. Evidentemente que não só de antagonismos, mas também de intensa sociabilidade entre os grupos.

¹⁷ Adelino de Oliveira entrevista realizada em 24.02.2000 (Lages)

O lugar da vila passaria pós sua construção a abrigar diferentes grupos sociais. Lugar da expressão de culturas e identidade diferentes. De um lado a vila recebeu os novos habitantes gaúchos. Novos no sentido inteiro da palavra. Novos aos olhares da gente do lugar. Traziam na sua bagagem um jeito bem diferenciado dos caboclos. Segundo seu Adelino¹⁸ *“a vila chegou a alojar mais de 130 habitantes, constituídos de famílias italianas e de famílias caboclas”*.

O que nos abre o interesse neste momento da pesquisa é o fato da coabitação de pessoas tão diferentes num mesmo lugar. Isso nos provoca alguns questionamentos no sentido de perceber a sociabilização, os valores e o cotidiano na vila dos grupos sociais que passariam a residir no local.

Ao buscarmos respostas para estas questões implica entender o cotidiano nas diversas esferas de convivência, ou seja, nas relações sociais, no trabalho, nos costumes, nos valores, nos confrontos e na solidariedade, dos residentes no lugar.

Identificar a expressão social de cada cultura num mesmo lugar deve ser o desafio deste texto. O contexto a ser analisado nos remete a várias discussões de extrema validade.

Se a vila de trabalhadores é o lugar de múltiplas relações, a geografia é uma das lentes que permitem a sua leitura. Identificar como se deu a organização do espaço, na sua materialização e projeção no espaço dessas relações sociais. Gaúchos, caboclos, no plano cultural homens, mulheres, crianças vivenciaram este mesmo espaço, para nele reproduzir sua vida, seus sonhos, suas necessidades. Todos dando forma e conteúdos para a construção do espaço geográfico.

Sob o ponto de vista da Geografia crítica, na definição de S. Kozel e Filizola :

¹⁸ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

“O espaço geográfico é produzido pelo homem por meio do trabalho. É organizado, no qual os diferentes elementos estão arranjados ou distribuídos segundo uma certa lógica, de acordo com os interesses e necessidades dos grupos sociais que nele habitam”.(1996:16)

A instalação da Serraria e conseqüentemente da Vila de operários, refletia as marcas daquele momento histórico no espaço. Estas marcas foram sendo introduzidas, criadas no transcorrer do processo de desenvolvimento das serrarias. Estes sinais foram construídos pelas relações sociais vigentes no espaço geográfico e suas implicações. É a partir do evento da serraria que se começa a executar um projeto de mundo que modificará a paisagem a territorialidade e o espaço, transformando as características do lugar. É evidente que o período da madeira na região serrana catarinense, trouxe um número muito expressivo de serrarias. Aos arredores do Distrito de Paineira, foram construídas diversas serrarias. Existiu uma forma de rede de serrarias que se alastrou em toda a região. Havia uma certa solidariedade dentro do processo exploratório. De donos diferentes, na sua grande maioria, vindos do Rio Grande do Sul. Cada subespaço construído (serraria) desencadeava práticas sociais semelhantes entre si.

Apesar das similitudes entre as serrarias, encontravam-se serrarias de várias partes. Conforme a infra-estrutura poder-se-ia identificar serrarias fortes ou serrarias pequenas ou fracas.

Esta infra-estrutura estava diretamente ligada ao potencial quantidade e qualidade de madeira produzida. Para ser reconhecida a potencialidade de uma serraria como grande e forte era usado, quase sempre o aspecto comparativo. Levava-se em consideração o número de funcionários, o pavilhão, a quantidade de caminhões, o número de casas na vila e a quantidade de pinheiros derrubados e, em conseqüência, da

madeira comercializada. Percebe-se assim as “madeireiras ricas” abarcavam grande parte da floresta de pinheiros.

Dentro desse contexto regional, retornamos para o local a ser analisado, a serraria Cherubini. Reportemo-nos ao cotidiano do lugar e suas manifestações nas estruturas sócio – espaciais. Até este momento da pesquisa, apenas indicamos genericamente os grupos sociais; gaúchos e caboclos. Mas quem eram esses italianos gaúchos? Quais eram suas características, culturais, identitárias? Quem eram os caboclos, como viviam como se organizavam, como perceberam a chegada da serraria e a gente que veio de fora?

Estes grupos sociais, gaúchos e caboclos vivenciaram e participaram da construção do espaço. De tempos e culturas diferentes, foram os sujeitos daquele período, o qual é chamado de ciclo da madeira. Período que pode ser chamado de processo de apropriação da natureza, que muito além, de ser exclusivamente econômico, perpassou relações entre os grupos sob diversas facetas.

De acordo com Carlos Walter P. Gonçalves, em seu texto sobre Geografia Política que retrata em parte este aspecto, o autor afirma:

“O processo de apropriação da natureza, inerente a qualquer sociedade, não pode ser entendido, como infelizmente vem sendo feito, como um processo exclusivamente material, quase sempre de caráter econômico, como se a apropriação material fosse destituída de sentidos. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo simbólica, posto que só se apropria daquilo que tem/faz sentido”.(1992:09)

Cabe frisar aqui, que as formas de apropriação e suas representações são distintas entre cada grupo. Tanto em sentidos e simbolismos. O território passaria a

refletir os modos de vida dessas identidades coletivas. Transpareceria, a partir do novo evento formas de organizações diferenciadas, imbricadas no mesmo território.

Os italianos gaúchos e os caboclos formariam uma coletividade específica, com significados distintos em relação a cultura que cada grupo social expressaria no espaço construído.

Sobre este aspecto Carlos Walter observa: *“que as identidades coletivas implicam, portanto, um espaço tornado próprio pelos seres que as instituem, enfim, implicam um território”*.

Cada grupo social, cada sociedade tem uma forma de desenvolvimento próprio, de se expressar numa ordem específica de significados, entre os quais o modo como elas marcam a terra.

Na construção da serraria e da vila, passaram a coexistir coletivos diferentes que marcariam o espaço/ território com suas representações específicas. São estes grupos que vão marcar o espaço, que vão dar sentido à toda a dinâmica local desenvolvida na vila. A partir da instalação da Serraria o espaço apropriado passou a Ter significações para ambos os grupos. Segundo Carlos Walter: *“propor/impor significações implica, portanto, relações de poder”*.

A serraria trouxe e representava uma proposta definida resultante de um sistema técnico e modo de produção baseado na exploração do território. Impusera uma ordem econômica contrastante com a já existente. Nesse processo é que percebemos as relações de poder. Aparecem novas estratégias para dominar o espaço.

Aprofundando a análise sobre o domínio do espaço e as relações de poder existentes no local estudado, recorreremos a algumas reflexões sobre território, territorialidade e o poder.

Encontramos na obra de Claude Raffestin, intitulado *Por uma geografia do Poder*, um denso debate sobre estes conceitos. Segundo o autor:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço”. (1993:143)

Neste processo de apropriação do espaço, os atores que aqui se apropriam do espaço, que projetam um sistema organizacional revelam relações marcadas pelo poder.

Com a instalação da serraria e toda sua dinâmica produtiva, modificam-se as relações com a natureza e acrescentam-se novas relações sociais. São acrescentados novos valores com a situação emergente. Acontece o encontro de dois sistemas territoriais que transformam, num mesmo momento histórico, a configuração espacial.

Cabe aqui a definição de território, Marcelo Lopes de Souza assim o define: *“Como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”*. O espaço passa a ser territorializado por novos agentes dispostos a incorporar um sistema produtivo, sistematizado por relações competitivas às características que o mesmo trouxera. O espaço social, agora seria modificado e retrabalhado. Transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois modificando o espaço social e impondo uma nova dinâmica territorial.

Neste sentido, quando reportamos sistemas, modos de vida coexistindo num território, que manifestam-se distintamente, cabe espacializar as características dos agentes sociais (grupos) que vivenciaram aquele período. Para elucidar este ponto, partiremos da chegada dos migrantes gaúchos: quem eram? De onde vieram? Quais suas expectativas

em relação ao novo lugar? Como foi sua adaptação no lugar e com os grupos de habitantes locais?

Após trabalhar com estas questões, faz-se necessário identificar as expressões dos caboclos, seu modo de vida e suas impressões sobre “os outros” que chegaram “de fora”.

Colocada as questões, retornaremos ao depoimento do seu Adelino¹⁹ segundo ele: *“tinha gente de origem e caboclos trabalhando na serraria, era meio por meio”*

Essa gente de “origem” a qual se refere seu Adelino, eram as famílias gaúchas, os migrantes gaúchos, que vieram trabalhar a morar na serraria. Este fenômeno migratório atingiu praticamente todo o planalto catarinense. Em quase todas as serrarias, encontrava-se a figura, a presença de “italianos”.

Na serraria Cherubini, estas famílias atraídas pelo afã desenvolvimentista, ao qual estava propagado na região, chegavam para trabalhar e ao que indica melhorar suas condições de vida.

Do norte do Rio Grande do Sul esses migrantes chegaram com suas mudanças para morarem na vila. Na sua bagagem traziam uma forma de vida bem diferente dos nativos locais. Costumes, hábitos, linguagem, vestimentas, gastronomia, valores e percepções diferentes em relação aos caboclos locais.

Ao investigar o que na verdade diferenciava os italianos dos caboclos, encontrei depoimentos surpreendentes sobre a vinda dos gaúchos italianos para cá.

Vejamos a fala de dona Ilza Maria²⁰ sobre as condições que chegaram algumas famílias na Serraria Cherubini: *“eles não tinham roupas, não tinham comida, vieram só com a mudança, sem nada. Oito filhos quase todos doentes. E muitas famílias chegaram assim em condição muito triste”*.

¹⁹ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

²⁰ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03. 2000 (Lages)

No meu ponto de vista o que deve ser ressaltado no depoimento de dona Ilza Maria é o fato de percebermos as condições precárias e as dificuldades que muitas famílias apresentavam ao chegar do Rio Grande do Sul.

Por muito tempo se privilegiou nos trabalhos (obras) sobre o ciclo da madeira o embate entre os grupos dominantes formados por fazendeiros (oligarquias) e os italianos (madeireiros). O conflito entre esses dois setores expressa as contradições e disputas no plano político e econômico. O antagonismo localiza-se na macro-estrutura, no discurso dos donos dos meios de produção.

As elites locais, segundo algumas obras, lentamente perderiam a hegemonia o poder sobre a região. Sofreram a ameaça dos novos agentes dispostos a implantar um novo modelo de desenvolvimento. O poder dos coronéis começava a ser contestado. O modelo trazido pelos italianos atingiu as estruturas locais e forjou um arrefecimento nos discursos das oligarquias locais. Neste sentido é importante salientar a contraposição dos madeireiros aos fazendeiros (coronéis).

Numa análise feita por Martendal sobre esta disputa de poder entre estes grupos econômicos em Lages o autor observa que:

“os empresários da área madeireira (os madeireiros) se caracterizaram pelo espírito empreendedor e progressista, detendo em suas mãos os negócios mais lucrativos da época. Passaram a ser os ricos da cidade em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais. Os senhores da terra invadida, ridicularizavam os madeireiros, alegando sua “grossura” no relacionamento social e na política. Estes, por sua vez, revidavam as acusações dizendo que os lageanos eram insensíveis ao progresso, que não tinham visão econômica e que estagnavam o desenvolvimento nacional. Porém o domínio permanecia com os fazendeiros.

(...) Este domínio político irritava os madeireiros, que não se conformavam com a inoperância, especialmente com aqueles setores que lhes diziam respeito: Setores viário e

fiscal. Consequentemente estavam sempre a fazer oposição ao poder político local”.(1990:93/94)

É expresso aqui, a disputa dos setores dominantes da sociedade serrana. Evidenciam-se como propostas, dois sistemas, dois projetos diferentes de domínio político e econômico para a região. A hegemonia deste domínio seria disputada entre fazendeiros e madeireiros.

Na continuidade deste capítulo reforçaremos análises sobre a macro - estrutura regional expostas no período chamado de ciclo da madeira.

Voltando a análise do processo de migração sobre gaúchos e, intensificando a análise sobre as condições destes como “estranhos” no lugar, no “novo lugar”, reforço o cotidiano como ponto de referência para entendermos a dinâmica social de grupos diferentes num mesmo espaço.

Com a instalação da serraria, em 1959, chegaram para residir na vila algumas famílias, vindas do Rio Grande do Sul. Segundo seu Adelino²¹, quando interrogado sobre de onde vieram essas famílias, ele lembra que:

“(...)Elas vinham das cidades, perto da divisa de Santa Catarina. Perto da fronteira, de muitos lugares. Ali da Serra gaúcha chegava muita gente. De tudo que era cidade, vinha gente pra cá. De Passo Fundo, Tapejara, Lagoa Vermelha, Antônio Prado, Bom Jesus, Vacaria e outros lugares”.

Chegaram “*com a roupa do corpo e a mudança*”, segundo dona Ilza Maria²², ao que parece as famílias gaúchas apresentavam condições difíceis ao chegarem na vila. Quase sempre eram acompanhados pela família toda. Os trabalhadores vindos

²¹ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

²² Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

embora para a serra catarinense, deixaram o “seu lugar” para tentar “vencer” no lugar desconhecido.

Essa gente ‘estranha’ que chegava no lugar, teria que começar uma vida nova. Em alguns casos começar “do nada” até alcançar melhores condições de vida. No plano simbólico cultural apresentavam-se diferentes dos grupos locais. Tiveram que deixar seu lugar de “origem”, sua terra natal para buscar alternativas em outras terras e em “terras de outros”.

Uma das preocupações sobre o processo migratório, é a de verificar como se expressa a desterritorialização desses grupos, ligados também a perda da identidade. Junto a esta questão, buscar perceber como se processa o desenraizamento de um grupo social, para entender mais sobre identidades culturais.

O fato dos migrantes gaúchos terem que abandonar a terra de origem e migrar para a serra catarinense, demonstra e caracteriza uma desterritorialização.

Sobre este aspecto entende-se por desterritorialização a análise feita por Rogério Haesbaert, para este autor:

“a superação constante das distâncias, a tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade, de tornar-se liberto, em relação aos constrangimentos (ou rugosidades) geográficos”(1995.168)

O autor também reforça a abordagem funcional, estratégica de território, tendo este como um espaço sobre o qual se exerce um domínio político e, como tal, um controle do acesso. Ao citar Sack Haesbaert lembra que, “o controle da acessibilidade através de fronteiras é, justamente, uma das características básicas na definição de território”. Haesbaert amplia e incorpora à dominação política uma apropriação simbólica - cultural no sentido que a desterritorialização “não deve ser vista apenas como desenraizamento

no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto.” (1995: 69)

Nesse aspecto, a desterritorialização pode ser trabalhada sob duas dimensões: uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico.

O mesmo autor alerta-nos a importância de enfatizar que a produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Ele cita a proposta de Yves Barel, o qual define:

“seria interessante se representar a mudança social(e seu contrário, o bloqueio) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte esta: a vida e a morte dos territórios. Estes territórios tem uma história. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização – desterritorialização-reterritorialização”.(1986:139)

Os migrantes gaúchos, digamos assim, estavam territorializados nos seus lugares de “origem”. Por diversos motivos, tiveram que deixar os laços, as “raízes” no Rio Grande do Sul. Necessitavam se adaptar ao novo lugar. Percebe-se a imbricação do processo territorial nas três esferas: territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Grifamos os termos origem, raízes e acrescentamos identidade para aprofundar Abordagem sobre estes termos. É relevante a análise, no meu ponto de vista, sobre identidade, visto que no contexto social (vila da Serraria Cherubini) encontraram-se identidades culturais bastante distintas. Distintas pois os gaúchos ao chegarem na localidade expressavam um modelo cultural diferente dos nativos do lugar. Acontecia assim, um choque cultural entre os grupos. Mas como é definida a Identidade Social? Como que uma coletividade se define ou é definida?

Para estas questões recorreremos a Maura Penna quando define identidade social:

“é uma construção simbólica que envolve processos de caráter histórico e social, que se articulam (e atualizam) no ato individual de atribuição”(1998 p92). A autora usa também os termos de Geertz para ampliar a análise. Para este autor:

“O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente”(1995: 92)

Estas análises possibilitam-nos ultrapassar a definição reduzida de Identidade Social. A nosso ver, a identidade não pode ser compreendida como algo dado, inerente a um grupo ou indivíduo. Ela é e faz parte de um processo histórico. Está longe de um dado da natureza das coisas. Os sistemas de símbolos que definem as classes sociais e os indivíduos são decorrentes de construções históricas. As diferenças entre as pessoas ou classes não podem, no meu ponto de vista, ser naturalizadas.

Acrescento aqui outro aspecto sobre identidade social, exposto por Penna, segundo ela *“a identidade social é uma representação, relativa a posição no mundo social, e portanto intimamente vinculada às questões de reconhecimento.”*

Comumente usamos as palavras origem e raízes para marcarmos o lugar de onde somos e nascemos. Há subjetivamente a necessidade de pertencermos à alguma etnia ou algum lugar. Digamos que a Identidade não está na condição material e nem na condição de caboclos ou italianos, mas sim no modo como estas condições são aprendidas e organizadas simbolicamente.

Mas será que é possível falar de uma raiz pura ou de identidade de origem? Será que não são faces de uma idealização?

Discutiremos estas questões sobre a perda da identidade e a origem dos migrantes italianos (gaúchos). O abandono do “lugar de origem”, a migração é a princípio, desenraizante. O questionamento de Maura Penna sobre desenraizamento nos ajuda a entendermos como se apresenta este processo ela diz: “será o ato de saída da terra natal que, por si mesmo, produz desenraizamento? Consideramos essa questão elementar para clarearmos análises sobre essa temática.

Sobre esta questão Maura Penna que realizou estudos sobre as migrações no Brasil, de acordo com seus estudos:

“monstram que a experiência no lugar de origem é também marcada pela exclusão em relação ao sistema social, político e econômico vigente: a impossibilidade de acesso a terra, a pobreza, a falta de recursos para enfrentar os problemas da natureza” (1998:92)

Este texto nos remete a várias questões. Uma delas é a de percebermos durante as entrevistas que as condições das famílias gaúchas eram de exclusão na terra natal, mesmo antes da partida, antes do desenraizamento. A experiência da exclusão já era presente no seu lugar de origem. O sistema social ao qual estavam inseridos era excludente, de certa forma o seu lugar já não os pertenciam. Vejamos o depoimento do seu Adelino de Oliveira²³ sobre os prováveis motivos da transferência destes migrantes para o novo lugar, ele nos fala que:

“... os que vieram do Rio Grande naquele tempo, vieram porque lá acabou as serrarias, e como aqui tinha muito pinheiro, o jeito era vir embora... A maioria era pequeno lá, viviam do trabalho, vieram para melhorar de vida”.

²³ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

Os laços com o lugar de origem enfraquecem com a mudança para outro lugar. Com a esperança de uma vida melhor – mesmo que ilusória – migraram para o desconhecido, buscando trabalho.

O desenraizamento é, ainda, relacionado com frequência às mudanças econômicas, sociais e políticas. Quando seu Adelino afirma que : “*vieram porque lá acabou as serrarias...*” Nitidamente percebemos que as mudanças estão vinculadas ao aspecto econômico e social. Após findar a exploração das florestas de araucárias no Rio Grande do Sul. Muitas serrarias deslocaram-se para a região serrana catarinense, rica em araucárias. Digamos que a atividade madeireira no Rio Grande obedeceu às características específicas do avanço do capitalismo: Exploração dos recursos naturais até escasseá-los, exploração da mão -de- obra e busca desenfreada de lucros. Impôs um modo de produção representado pela fábrica(serraria) até o término dessa exploração particularizada. No final do processo o que sobra é gente, gente pobre, e florestas extintas.

Com isso, queremos dizer que foi nessa condição de exclusão social é que chegaram os gaúchos (a maioria) nas serrarias da região serrana. Esta atividade deslocou-se para cá, seguindo o mesmo sistema e seguido por um grande contingente de trabalhadores.

Enfatizando as dificuldades dessas famílias no “lugar de origem”(terra natal) , situaremos sua nova “casa” na vila da serraria. Acreditamos Ter levantado aqui elementos novos sobre a migração dos italianos gaúchos para a serra catarinense. Percebe-se assim as condições de vida de onde saíram e as condições a quais chegaram no novo lugar.

Percebemos nas entrevistas, uma “saudosa idealização” da “terra natal”. Melancolicamente isso aparece na fala de dona Ilsa Maria²⁴, quando desabafa;

“Bom mesmo era na colônia , lá no Rio Grande , a gente trabalhava bastante, tudo junto, com os parentes perto... Quando chegamos aqui era tudo estranho, fazê o que...é a vida”

Durante alguns segundos silencia, com o olhar fixo para o chão e refaz o raciocínio: “...depois fomos se acostumando com o lugar e com a gente daqui até gostar desse lugar”.

Buscamos auxílio no texto de Milton Santos sobre o lugar e o cotidiano, onde o autor analisa “os migrantes no lugar: da memória à descoberta”. O autor observa o processo migratório e a adaptação do migrante no novo lugar. Segundo Milton Santos:

“o sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participativa: Uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo”(1997: 262)

Mudar-se para um novo lugar é, certamente, deixar o lugar familiar, apropriado, cheio de sentidos. Marchar para o “desconhecido” eis aí o grande desafio.

Vencer o estranhamento necessitaria de uma adaptação lenta e necessária. A palavra estranhamento se aproxima de desterritorialização e, também de desculturização. Nos reportamos à Milton Santos, quando ele fala:

²⁴ Ilsa Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

“quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (1997: 263)

Houve com a chegada da gente italiana o encontro de culturas. Herdadas de contextos sócio-espaciais distintos. No espaço da vila, coabitariam gente com modos de vida diferentes. A vila representaria o lugar novo para grupos sociais estranhos. O cotidiano e as inter-relações dariam conta de aproximar esses atores. A residência, o lugar do trabalho, e a vizinhança por si só, ampliariam as sociabilidades entre caboclos e migrantes. No meu ponto de vista o passado não teria mais o mesmo significado tanto para os migrantes, como para os caboclos locais. A partir do evento (vila da serraria), as transformações se deram num dinamismo intenso, mudando a percepções de ambos os grupos.

Quando falamos em passado, obviamente utilizamos a memória como instrumento para entendermos, digamos assim, parcialmente o contexto analisado. Buscamos novamente as reflexões de Milton Santos sobre os migrantes:

“para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória” (1997:263)

Sobre a memória e a adaptação é importante frisar a análise de Milton Santos, quando lembra que:

“ultrapassado um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta-se refaz, reformulando a idéia de futuro a parti do entendimento novo da nova

realidade que o cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentado”(1997:263).

E sobre a outra cultura, encontrada no novo lugar o autor coloca-nos o seguinte:

“Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade cultura, e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida”(1997:263)

A nova dinâmica sócio-espacial desencadeada pelo surgimento das serrarias e da vila alterou a territorialidade e a cultura dos moradores locais, os caboclos. O novo evento, junto com a nova gente estranha, modificou o entorno e a percepção que o mesmo tinha do “seu lugar”. Digamos que a nova situação não exigiu só dos migrantes as adaptações necessárias ao entorno. Os moradores locais passaram também por dificuldades de entender a nova realidade que os cercava. A localidade, a territorialidade passaria a expressar um intenso lugar de trocas com outra cultura.

Adentrando no contexto da vila, faz-se necessário analisar o cotidiano e as relações nele expressas. As famílias de migrantes “ganham” casas para morar, na vila Cherubini. Como já foi trabalhado anteriormente, vinham em condições difíceis, tanto no aspecto econômico como no social. Aqui cabe a lembrança de Seu Adelino sobre esta condição: *“o que salvou essa gente, foi que já sabiam trabalhar em serraria. Logo começaram a trabalhar e melhoraram de vida”*.

Com certa estabilidade e trabalho garantido na serraria, a tendência era de melhorar de vida. Chamados pelos habitantes locais de “italianos”, “gringos” ou “gaúchos”, estes apresentavam um sistema diferente em relação à casa, à família, ao trabalho, ao mundo. Diferente é claro do sistema local dos “nativos”. Estes recebiam o codinome de “brasileiros” ou de “caboclos” quando eram citados pelos italianos. Estes adjetivos carregam elementos, ao que parece, etnocentristas, pejorativos quando proferidos pelo outro, o diferente.

Estas palavras denotam implicitamente, ou explicitamente, uma tentativa de distinção social e por que não, de afirmação de uma marca cultural.

Italiano e caboclos coabitando no mesmo espaço social, trabalhando no mesmo espaço fabril, passariam por um processo de adaptação e afirmação em relação ao outro. Todo o conjunto de residências da vila somava aproximadamente 30 casas. Destas, praticamente a metade foi ocupada por caboclos e a outra pelas famílias vindas “de fora”.

Nesta perspectiva, o espaço aqui é compreendido como o lugar onde se estabeleciam relações entre os grupos, no convívio cotidiano.

Saber como caboclos e italianos vivenciaram a experiência da nova situação, trazida pela serraria e, a princípio é a tarefa deste texto.

Nesta direção, é proposta corrente tentar analisar práticas sociais no espaço vivido. Isso vai retratar o cotidiano, as sociabilidades e as relações contrastantes, a divisão do trabalho e lazer, situando os agentes sociais construtores do espaço.

O conceito de espaço aqui empregado, pretende compreendê-lo como a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais, o espaço está relacionado à ação e a experiência social.

É justamente esse agir e a experiência social que pretendemos focalizar, ou seja, buscar analisar como diferentes agentes vivenciaram o lugar, manifestando sistemas diferenciados internamente em relação ao espaço vivido.

Os italianos gaúchos que chegavam para descobrir e desbravar o novo lugar, mostravam uma disposição e um jeito diferente de ser, vivenciar e valorizar o trabalho, o espaço e o tempo.

Esse jeito diferente de encarar o mundo é parâmetro para situarmos os nativos caboclos no contexto local. Não se quer aqui sistematizar uma comparação simplista entre dois grupos mas, espacializar alguns elementos característicos dos mesmos. Outra preocupação importante é a de não isolar um grupo, separá-lo da composição e da análise do espaço vivido, o qual caboclos e gaúchos participam ativamente. Não queremos elencar pontos comparativos estanques entre os grupos. Mas tentar espacializar o modo de vida dos nativos e migrantes, sem a grotesca comparação de quem é melhor ou pior para o sistema implantado. Habitantes locais e migrantes apresentavam lógicas diferentes em relação a vida, saberes e organização social.

É tarefa nesta parte do texto, buscar a compreensão de como se deu o encontro (ou desencontro) desses agentes no cotidianos do lugar (a vila). Evitar, dentro desse contexto, uma simples dicotomia entre os grupos participantes do lugar vivenciado. Perceber os atores na relação com os outros e não isoladamente.

3.1. A SERRARIA: ECOS DE UMA NOVA ORDEM

A construção da Serraria Cherubini e a vila em seu entorno, contrastavam com a paisagem dos sítios circunvizinhos. Enquanto a nova situação (vila operária) formava um aglomerado, as propriedades vizinhas estavam dispersas geograficamente. Praticamente tudo pertencia ao dono da serraria: terreno, casas, máquinas, o armazém, os caminhões, os donos das serrarias eram “legitimados” como homens de poder

Determinavam e controlavam todo o lugar. A serraria Cherubini alterou nitidamente a geografia e a cultura da localidade Casa de Pedras. A nova ordem criou um ritmo diferente na dinâmica espacial local. Impôs uma mudança radical em algumas estruturas sociais encontradas anteriormente no lugar. Como disse no capítulo anterior, a grande maioria da força de trabalho vinda para trabalhar nas serrarias na região serrana era originária do Rio Grande do Sul (vilarejos e cidades pequenas de lá) e das propriedades locais da região, das fazendas. De trabalhadores em outras serrarias e lugares, os gaúchos italianos chegavam esperançosos no novo lugar. De peões do mato trabalhadores das fazendas, os caboclos transformaram-se em operários de serraria.

Com a propagação de discursos que afirmavam que junto às serrarias chegaria muito dinheiro para ser trocado por pinheiros, a atração foi inevitável. Foi o que ascendeu a fogueira e causou uma mobilização na região.

A nova situação despertou interesses até então apagados em relação ao aspecto econômico. Com a chegada da fábrica da madeira foi disseminado a promessa de enriquecimento pela venda dos pinheiros.

Este novo modelo de desenvolvimento econômico que chegava na região trazido pelos migrantes gaúchos pioneiros, criou tensões e acordos com as antigas atividades econômicas e políticas na região. Tensões entre os novos ricos (madeireiros) e os fazendeiros locais. Os dois modelos coexistiram no mesmo território. Um não substituiu por inteiro o outro. O sistema madeireiro não substituiu a pecuária, passaram a coexistir em quase todos os lugares as duas atividades. Os fazendeiros no decorrer do período da madeira firmavam acordos com os donos das serrarias.

A exploração dos pinhais beneficiaria madeireiros e fazendeiros. Situadas nas propriedades dos fazendeiros locais, as florestas de araucárias tiveram que ser negociadas pelas propostas dos madeireiros. Os donos das serrarias teriam que estabelecer acordos e negociações com os “donos dos pinheiros”. Abre-se assim a possibilidade para os fazendeiros no decorrer do processo exploratório, de adquirir uma rentável soma de dinheiro com a venda de pinheiros. Obtinham lucratividade e ainda aumentavam as extensões de pastagens nativas ocasionada pela derrubada dos pinhais. Este fator favorecia, mais pasto para engordar o gado.

A nova estrutura não suplantou por completo a antiga. Paralela à extração de pinheiros, a pecuária continuou tendo considerável importância no cenário regional.

O modelo trazido pelos madeireiros implantou uma nova divisão do trabalho, na região. Em comparação ao modo de produção anterior, apresentava outra concepção econômica, outros parâmetros ligados a produção e ao trabalho.

Desestruturou de certa forma o modelo tradicional anterior, ao analisar “os tempos de divisão de trabalhos”, nos reportamos a Milton Santos, quando o autor observa que:

“Lembremo-nos, em primeiro lugar, de que a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões anteriores.”(1997:109)

Entendemos assim, que as divisões do trabalho sobrepostas incidiram num mesmo momento histórico e num mesmo território. Podemos dizer que cada divisão do trabalho cria, um tempo seu, próprio, diferente do tempo anterior. As temporalidades são estabelecidas a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social. Temporalidades são as formas particulares de utilização daquele tempo geral. Vemos duas formas diferentes de encarar o tempo. Ritmos temporais e propostas distintas. Uma inovadora, divisão do trabalho, representada pela serraria, a outra divisão do trabalho, herdada da cultura da fazenda.

Sobre o que fica da divisão anterior, recorremos à Milton Santos, quando chamamos a atenção sobre rugosidades do espaço. Para o autor:

“Chamamos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (1997:112)

As rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos de combinações técnicas, capital utilizado e aspectos sociais com o trabalho.

Para Milton Santos ao se referir ao passado, cita John Stuar Mill, observando, “os restos do p assado constituem aquela espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores”.(1997:113)

A serraria foi sobreposta, num lugar que representava o modelo anterior. Digamos que o lugar tinha um papel, uma função em outro momento histórico. Era valorizada como propriedade, posse de alguém. Tanto que, de uma paisagem natural passou à ser um espaço construído em forma de aglomerado.

O lugar anterior à implantação da serraria, mostrava-se separado praticamente de qualquer atividade. Representava um pedaço do território (o lugar específico onde foi construída a serraria) e, revelava combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e espaço dados.

A isso chamamos de rugosidades, características que permanecem do passado no, digamos, presente. Podemos afirmar que um modelo (divisão do trabalho) de certa forma repousa nas divisões do trabalho anteriores.

Estas análises sobre a coexistência de dois modos de produção mostram-nos que as estruturas inovadoras surgem, e são implantadas nas estruturas antigas. A expressão resultante será combinações que refletirão elementos de ambos os modelos. Os modelos imbricaram-se, refletindo uma nova dinâmica sócio-espacial.

Não é o caso de uma transição de um modelo para outro; da substituição de todas as práticas sociais e modo de vida por um modelo diferente. É um conjunto de relações muito mais complexas de difícil compreensão.

A apropriação do espaço é um processo de criação de formas e de conquista de formas já existentes, com a chegada da serraria, esta revela a criação de formas que atenderiam determinado tipo de produção tanto social como espacial.

Sobre o processo produtivo continuaremos a análise sobre as relações existentes na vila e no interior da serraria. Esmiuçaremos o cotidiano para melhor compreendermos sua dinâmica social, caracterizando sua espacialidade.

Para o trabalho na serraria, foram contratados trabalhadores “nativos” das localidades vizinhas da vila e trabalhadores vindos do Rio Grande do Sul.

Seu Adelino nos lembra, por exemplo: *“que esses não entendiam de máquinas, era mais o serviço pesado que os brasileiros faziam, as máquinas eram, serviço de quem já estava acostumado, os gaúchos”*.

Neste comentário aparece a denominação de “brasileiro” para o nativo. Mostramos uma tentativa de diferenciação entre os grupos. Fica claro que o processo produtivo obedecia a uma hierarquia em relação aos trabalhadores.

Este quadro nos traz uma questão: Como se dava, a transferência e a adaptação dos nativos locais ao processo produtivo desencadeado pela serraria? Munarim ao analisar este aspecto observa que os trabalhadores das fazendas passaram a ter naquele período uma nova opção de trabalho, ele observa que:

“...um fenômeno que, na época do ciclo da madeira foi observado: o trabalhador sair do serviço da roça para se tornar um operário significava, perante seu grupo, uma elevação de status. Esta elevação, segundo a ótica vigente, se devia a dois motivos: a) trabalhar na roça ou como peão de fazenda era só mesmo para quem não podia ser outra coisa na vida; b) a serraria distribuía seus operários num quadro hierárquico de funções que podiam ser julgadas, possibilitando uma ascensão social o que se constituía uma novidade na região”(1990:96/97)

Encontramos aqui, portanto, devido a serraria , uma mudança de conteúdo, na mesma análise, percebe-se que as relações de trabalho transmutavam-se em novas manifestações no campo social. O caboclo, trabalhador na roça ou peão de fazenda, encontrava, ao que parece, uma nova perspectiva para sua realidade. A nova divisão do trabalho impunha outro “estilo” de vida, sistematizada por outros valores e normas.

Este trabalhador “nativo” “atraído” pelo novo evento foi de certa forma incentivada por fatores que acompanhavam a nova atividade: emprego fixo, carteira assinada renda estável (mensal) e acompanhado de outro fator importantíssimo, o de ganhar casa passando a residir na vila.

Mesmo atraído pela serraria, e as oportunidades surgidas desta, este trabalhador teria que adaptar-se às determinações impostas pela dinâmica da firma.

Pelo não conhecimento, a não habilidade em relação às máquinas (componente técnico) os “nativos caboclos” ganhavam salário inferior ao dos italianos. Segundo seu Adelino²⁵: “... *quem entendia de máquinas, o salário era melhor*”.

Vemos aqui, um dos aspectos da hierarquia vigente no interior da serraria: a diferenciação técnica entre os grupos. Claro que esse aspecto não deve ser generalizado, pois o trabalhador nativo, com o tempo, poderia operar as máquinas, que representavam formas de ascensão social e profissional na firma.

Esta hierarquia, que envolvem italianos e caboclos, parece justificar-se quando a partir da instalação da vila e da serraria, propõe-se um novo sistema

²⁵ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

técnico e cultural. No plano técnico, a serraria criava outras relações e divisões de trabalho.

Os elementos estruturadores do processo produtivo eram quase “desconhecidos” pelos trabalhadores caboclos. Como já citamos anteriormente, é óbvio que estas mudanças não suplantaram o processo anterior a serraria. Para um melhor entendimento citamos o que Milton Santos chama de Diacronia e sincronia, onde coloca sobre o eixo das sucessões e das coexistências. Para Milton Santos:

“em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes”.(1997:126)

A isso chamamos de eixo das coexistências. Duas formas de viver, historicamente construídas coexistindo no mesmo lugar, com temporalidades diferentes.

Para entendermos no espaço geográfico, recorreremos a Milton Santos que observa: *“no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. Constatamos, de um lado, um assincronia na seqüência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento”*

Tanto os italianos como os caboclos, vivendo na mesma localidade demonstravam possibilidades diferentes de uso do espaço e uso do tempo.

São agentes sociais com ritmos temporais distintos convivendo num mesmo lugar.

Outra característica espacial da distribuição hierarquizada entre os trabalhadores da serraria é a divisão entre os homens da serraria e os homens do mato.

Na pesquisa percebi as diferenças e principalmente a desigualdade entre os que trabalhavam dentro dos que trabalhavam fora do pavilhão da serraria.

Era motivo de honra, de reconhecimento trabalhar no interior da serraria. Estar dentro diferenciava o operário do trabalhador do mato, era no interior da serraria que acontecia o trabalho mais sofisticado, mais importante pelo fato, de o operário poder mexer com máquinas. Esta divisão mostra-nos uma hierarquização técnica no interior do processo. Geralmente eram os gringos que desempenhavam as atividades no interior das serrarias. Apresentavam vantagens no enfrentamento, em relação à técnica, e aos cabodos. Mais experiência combinada com certo protecionismo do patrão favoreciam os italianos a exercer os melhores postos de trabalho. Esta confiança parece seguir certa compatibilidade étnica. Era importante para os gestores da serraria garantir a segurança e a produtividade sem maiores transtornos no processo de produção interno.

Percebemos aqui relações de poder sobre o espaço. Quem tinha o domínio sobre a terra e suas riquezas. Apesar de a serraria desencadear um processo de mudanças, provocar transformações no cenário sócio espacial, não conseguiu impor totalmente estas, nas estruturas já existentes no lugar. Ao chegar na localidade, o modelo, o sistema trazido pelos madeireiros gaúchos

se deparou internamente com uma população com outro sistema. As lógicas dos sistemas não coincidiam, tinham ritmos temporais, sociais diferentes. Aqui mostraremos as características seguidas pelos novos operários em relação a adaptação (ou não) à nova situação. Outras relações deverão aparecer na continuidade deste texto, por exemplo: o trabalho infantil, as mulheres da vila, e seu trabalho, lazer, sociabilidades. Tentar-se – a dar visibilidade à esse conjunto de relações vigentes no aglomerado da vila Cherubini.

A serraria e sua dinâmica espacial acabaram impondo de forma bastante intensa uma sistematização nas relações de trabalho. A partir do momento que se contratava um operário se exigia disciplina em relação a horários e freqüências. Cronologicamente o apito da serraria, forjava toda a ordem espacial não só da vila, mas também, dos sítios circunvizinhos da serraria.

O novo operário (caboclo) entraria num sistema de disciplinarização do trabalho. Esta adaptação, ao que parece, apresentava-se conflituosa à aceitação das regras e normas do jogo. A construção da serraria e seu entorno atraía e fixava mão de obra na proximidade da fábrica. Esta modalidade era uma inovação para os habitantes locais. Trabalhar e morar próximo ao espaço de trabalho.

Na pesquisa que Carlos Carola realizou sobre as minas de carvão no sul de Santa Catarina e as vilas onde residiam os operários, o autor coloca-nos que as vilas não são fato novo na história social. Carola recorre a Michele Perrot, quando a mesma afirma:

“no processo de formação da chamada Revolução Industrial, esta prática disseminou-se por diversos recantos do mundo onde germinaram fábricas, indústrias e minas. Nesta fase inicial de

industrialização, não bastava manter o controle disciplinar no espaço de trabalho, era necessário estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores” (1992:

Esta aproximação dos trabalhadores ao local de trabalho não visava somente manter a ordem do trabalho, mas também fixar uma mão de obra mantendo sua permanência no trabalho e controle sobre o mesmo. Cabe aqui verificarmos como se deu a adaptação ou resistência da população ao sistema disciplinar imposto pela serraria. Obviamente, temos que guardar o contexto sócio espacial e histórico e suas especificidades, mas, conseguimos perceber a vila Cherubini como uma realidade semelhante, mas não idêntica de outras realidades históricas que apresentavam aspectos similares aos estudado aqui.

Sobre a admissão de trabalhadores nativos para ingressarem na serraria, era o dono da firma e, principalmente o gerente da serraria quem decidia a contratação ou não do futuro empregado. Primeiramente eram expostos os critérios e normas de funcionamento da firma. Logo em seguida era determinado em que setor o operário iria trabalhar dentro ou fora da serraria.

O ex-gerente senhor Adelino , se recorda que naquele período não havia adaptação e avaliação por parte dos gestores da serraria, ele diz que: *“naquela época não tinha esse negócio de experiência. Assinava a carteira e já começava a trabalhar e trazer a mudança”.*

Devido a uma excedente mão de obra disponível nas localidades e a não exigência da mesma, ser qualificada, poderia se começar no momento em que se fechava a proposta. Era prática comum a transferência de trabalhadores para outras serrarias. Descontentes, passavam de uma serraria para outra que

oferecesse melhores propostas de salário. Seu Adelino²⁶ como gerente e responsável pelo “recrutamento” dos operários nos relata que:

“ chamava o camarada pra falar... era rezado o jeito que devia funcionar a coisa... só fica trabalhando aqui gente que cuide e que trabalhe... se aceitasse era assim, se não tem gente que precisa...”

Identificamos aqui, um rígido sistema de exigências e regras em relação ao trabalho e ao controle sobre os operários.

Podemos afirmar que quem mais sofreu para se adaptar aos moldes da nova situação, foram os caboclos. Já colocamos anteriormente as vantagens técnicas que os italianos tinham se comparados aos inexperientes caboclos. A exigência era mais ou menos essa: ou se adapta e segue as normas ou tem gente que precisa. Pelo visto não se tolerava deslizes no processo produtivo que viesse trazer problemas a nova ordem.

Busquemos a continuidade do depoimento do senhor Adelino²⁷, quando fala que : *“era difícil pegar uma turma que pegasse pareio... trabalhavam num dia, e faltavam no outro, queriam trabalhar sem ordem, de qualquer jeito... não era fácil”*

Por mais rígida que tenha sido a hierarquia no ambiente de trabalho e todas as tentativas de disciplinarização de todos os empregados, perceberemos incompatibilidades e resistências entre o modelo trazido pelos italianos e o modelo local, dos habitantes locais. Lógicas distintas em relação ao tempo, ao trabalho e percepção de mundo. A forma de vida dos nativos moradores

²⁶ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

²⁷ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

representava ao que parece, para os italianos, uma desordem, desperdício e falta de vontade.

Encontravam-se assim, no lugar da vila, modos de vida divergentes culturalmente. Apesar de a firma impor toda uma sistematização de disciplina social, não obtinha a homogeneidade de comportamento dos agentes sociais que vivenciavam o espaço da vila. Busquemos a obra de Michelle Perrot, *Os Excluídos da História*, com a finalidade de entendermos a dinâmica da fábrica e seus regulamentos disciplinares. Para essa autora: *“as fábricas novas são territórios fechados com seus regulamentos e guardiões”*.

O espaço fabril obedece a um rígido regulamento funcional, que extrapola as fronteiras do edifício para controlar o seu entorno também. O regulamento disciplinar é a expressão da vontade e interesse patronal. Era o dono da serraria e o gerente que elaboravam conforme seus pareceres, o regulamento da serraria.

Ao ser contratado, cada novo funcionário ouvia atentamente o discurso normatizador dos patrões. A leitura para os operários do regulamento tinha a função de deixar bem claro as obrigações que o mesmo assumira. Não só obrigações no que diz respeito a produção, mas principalmente, como o operário deveria se “comportar” no espaço da serraria e da vila.

Segundo Michelle Perrot, os regulamentos prevêem todo um elenco de sanções:

“essencialmente muitas em caso de faltas, atrasos, falhas de fabricação, mas também por deterioração das máquinas, brigas dentro ou na frente da fábrica, cachimbos mal apagados “bagunças”, disputas, grosserias, conversas obscenas, maneiras indecentes, embriaguez,

falatórios, deslocamentos fora do serviço, insolência em relação aos chefes, escritos nas paredes, etc. O regulamento sugere uma imagem reflexa do trabalhador e sua turbulência, ao mesmo tempo que revela sua dupla finalidade: econômica decerto, mas também profundamente política – disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamento”.(1992:68)

Todo esse conjunto de sanções imposta pela fábrica para regulamentar comportamento do trabalhador, dentro e fora da fábrica, denota um total controle sobre as relações sociais construídas no lugar da vila. Guardada a análise e o contexto histórico investigado por Perrot, conseguimos relacionar e perceber uma regulamentação semelhante no espaço da serraria Cherubini. Serve-nos como similitude os argumentos do senhor Adelino²⁸ que nos dá pistas de como se expressava o regulamento na serraria. Segundo o exgerente:

“o camarada que faltava o serviço, sem justa causa ia pro gancho, levava de dois a três dias, até uma semana(...) o peão trabalhava, era tudo documentado ganhavam por produção, aquele que tentava “enganá” os outro, logo ia pra rua.”

Faz-se necessário aqui, situar, na ordem do discurso do ex- gerente, o lugar de onde ele fala. Quando se refere aos caboclos e aos costume, identificamos na sua fala, a concepção do migrante italiano, empreendedor e com uma lógica baseada numa suposta superioridade em relação aos outros caboclos.

Na sua fala podemos perceber também o rígido controle sobre os operários: controle do tempo, das atitudes, do lugar. Depõe também, de forma explícita, as dificuldades para impor a nova ordem aos trabalhadores nativos, indisciplinados e de pouca vontade, no olhar do migrante gaúcho.

²⁸ Adelino de Oliveira entrevista realizada 24.02.2000 (Lages)

A gestão da serraria e da vila era exclusivamente comandada pela ótica do dono da firma (que não residia na vila da serraria, pois comandava os negócios na cidade de Lages, onde morava), sobrando ao gerente da serraria o encargo quase absoluto e direto de administrar a firma e de chefiar a vila. O gerente, pode-se dizer, era o patrão do lugar, possuía autonomia para contratar, definir horários e dias de trabalho, de demitir quando necessário, administrar o armazém da vila (aspecto que veremos adiante), cuidar da produção, entrega de madeiras, negociar pinheiros (compra) e de arbitrar sobre questões que envolvessem os moradores da vila. Tais questões poderiam ser: desavenças, intrigas, doenças, vales, transporte de pessoas para a cidade, permitir festas na vila, e outros eventos. Ou seja, o gerente patrão constituía junto com sua família, o núcleo disseminador de controle e de condutas sobre a gente da vila. Nada escapava, ou quase nada aos olhos do patrão. Tudo passava por sua vigilância, contando é claro, com uma rede de colaboradores e informantes que “entregavam” ao patrão qualquer coisa fora da normalidade padronizada da vila e de seus habitantes.

Chegamos a esta conclusão ouvindo dona Ilza Maria²⁹, esposa do seu Adelino exgerente da serraria Cherubini. Segundo ela :

“ tinha muito disque – disque , todo dia tinha um lá (em casa) fazendo fofoca do outro, a gente ficava sabendo de tudo, quase todo mundo sabia da vida de todo mundo, as veis era mentira, só fofoca mesmo, mas quando era verdade, até gente mandado embora era, tinha que tê muito cuidado, muito cuidado...”

Pelo visto, todas as informações passavam pelo crivo do patrão e de sua família. Dona Ilza nos fala de dentro da casa do patrão, lugar que sugere tomada de decisão e

²⁹ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000

principalmente, representava o lócus do poder, a esfera política centralizada no controle sobre o cotidiano da vila.

Percebe-se aqui também, que a gestão não limita seu controle ao perímetro interno da serraria somente. Ela tenta estender esse controle à vida cotidiana dos trabalhadores, através de um conjunto de normas e uma vigilância sobre a dinâmica espacial, chegando até ao interior dos lares das famílias dos trabalhadores.

Os operários da serraria e suas famílias exprimiam um tipo de relacionamento baseado na dependência e submissão perante os seus patrões. Esta subalternidade é marcada pelo paternalismo que por muito tempo foi, e por vezes ainda continua a ser, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho.

Sobre este aspecto Michelle Perrot em seu livro *Os Excluídos da História*, nos indica que o paternalismo supõe pelo menos três elementos:

- “1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal;*
- 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários;*
- 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho a seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família, (festas de casamento ou outros acontecimentos familiares)”.*(1992:83)

Segundo a autora o nós substitui o eles da indiferença ou da hostilidade, os operários, seguindo e obedecendo este sistema de relações se identificavam com a “casa” onde trabalhavam. Esse sentido identitário é expresso quando percebemos a densa relação que a família do operário tem com o lugar da vila e com seus patrões. Dentro deste aspecto, cabe citar por exemplo, a permanência de algumas famílias por muito longo tempo a uma determinada serraria e respectivamente com seu dono. Percebe-se assim uma familiaridade e identidade com o nome da serraria lembrando que quase todas as

serrarias recebiam o nome ou sobrenome de seus donos, dos patrões. Exemplo disso é a serraria em estudo, serraria Cherubini de Ody Cherubini.

Uma expressão desse vínculo duradouro entre patrão e operários era prática comum do trabalhador e sua família convidar a família do patrão (gerente) para batizar o filho que nascera. Transpondo a relação trabalhista para uma suposta relação familiar e conseqüentemente dependente. Na perspectiva do patrão esse vínculo é muito propício, pois o mesmo trabalhador vai se mostrar fiel, submisso com o compromisso de jamais desagradar o compadre. Além de que este vínculo lhe garante (para o operário) status no grupo, o que leva, basicamente que um grande número de operários estabeleçam esta relação com o patrão. O que demonstra que esta relação de compadrio é interessante para ambas as partes.

O patrão era visto como o pai, aquele que determinava as funções e dava as ordens. Era o responsável de proporcionar trabalho a seus operários (seus filhos). Com esta relação estreita acabava associando-os à história de sua família. Também a proteção era uma forte característica na relação do pai/patrão com seus operários. Exemplo disso era a presença quase que constante do patrão resolvendo casos de doenças nas famílias, de intrigas, de dispensas de funcionários. Praticamente a atuação do gerente atingia quase todas as esferas das relações sociais no cotidiano da vila e da vida das famílias. Era homem de prestígio na região. Em qualquer localidade que o patrão chegasse, só ou com sua família, era reconhecido como homem de poder. Junto aos fazendeiros locais, representavam a elite da região. Digamos que as figuras do fazendeiro e do dono ou gerente da serraria representavam o poder do/no local. Esferas de poderes vinculados à propriedade da terra e a propriedade da serraria.

Costumeiramente esses homens eram sempre acompanhados por muita gente. Pelo prestígio local, atraíam para si grande atenção dos moradores da localidade. Em qualquer evento, tornavam-se o centro das atenções.

Nas festas da Igreja, casamentos, carreiras era indispensável a presença do patrão nos eventos. A proximidade e a amizade com o patrão poderiam trazer algumas vantagens aos habitantes locais. Primeiramente parecia dar a sensação de status, mostrar-se familiar a imagem do patrão. Podemos perceber que a autoridade do patrão não restringia somente ao espaço da serraria e ao interior da vila de operários. Seu poder ultrapassava as “fronteiras” da vila, chegando à exercer influência para fora também.

Não era diferente a relação que o fazendeiro exercia com os demais moradores da localidade. Exercia forte influência no convívio local, inclusive determinando comportamentos não só para sua família, mas também para o externo de sua propriedade. Esses atores sociais (proprietários) passaram a ser a referência máxima para a população das localidades vizinhas.

3.2. MULHERES NA VILA DA SERRARIA

No cotidiano da vila, cabe lembrar o papel importantíssimo das mulheres que desempenhavam diversas atividades na dinâmica social do lugar. Também disciplinadas pelo ritmo da serraria, as mulheres se apresentavam como sujeitos ativos do processo embora seus trabalhos não fossem reconhecidos, eram indispensáveis nas relações estabelecidas. Desta maneira, eram elas quem cuidavam dos filhos, faziam a comida da família, administravam o orçamento familiar e todos os afazeres domésticos. Eram elas (esposas e filhas) que lavavam a roupa, passavam cuidavam de todas as atividades vinculadas à casa.

Forjava-se assim na vila uma divisão territorial do trabalho entre homens e mulheres. O espaço da serraria era destinado aos operários(pais e filhos). A responsabilidade deste era cuidar do seu trabalho. Bom operário era aquele que produzia, obedecia as normas, que se mostrava enfim, disciplinado, não se atrasava para o serviço, era dedicado para qualquer atividade no espaço.

O espaço doméstico era de inteira responsabilidade das mulheres. Neste o “domínio exclusivamente feminino. Uma enorme quantidade de atribuições para deixar em ordem o lar. Uma casa bem cuidada, bem limpa expressava uma mulher caprichosa, responsável, requisito para obtenção de um certo status entre o gênero feminino. Este imaginário não era privilégio somente daquele tempo e daquele lugar. Estas relações tendem a persistir até os dias atuais.

Num espaço de sociabilidade intensa, onde todos estavam inteirados de quase tudo, as notícias corriam soltas, por qualquer deslize cometido por alguém. Era necessário tomar muito cuidado com o “lar” e com o trabalho para não “cair na boca dos outros”. Num

ambiente de aproximadamente cento e sessenta (160) pessoas, aglomeradas numa vila, dá para se Ter uma idéia de como era disseminada qualquer informação. Parecia existir uma “vigilância coletiva” que cuidava da disciplina do lugar. Sem exageros, podemos afirmar que qualquer “ato falho” de qualquer um dos operários no interior da serraria, por displicência ou por indisciplina, rapidamente, a vila ficava sabendo. As informações corriam soltas. Este aspecto forçava uma certa “ordem cotidiana” nas relações.

Tanto de dentro da serraria quanto para fora desta, ou o inverso, as informações chegavam a todos os “interessados” a ouvir. Qualquer fato ocorrido na vila, qualquer novidade, era transmitido em forma de “redes” informais para o interior da serraria. Isso apresentava aspectos altamente positivos, como por exemplo: a notícia de que alguém estava doente. Rapidamente criava-se uma corrente de solidariedade sobre tal pessoa envolvendo vários vizinhos à socorrer. Desde remédios e providências semelhantes de ajuda, até visitas noturnas de quem não podia visitá-la durante o dia. Muitos casos eram resolvidos desta forma, pela participação de amigos e vizinhos, os “males” eram resolvidos no espaço da vila. Salvo algum problema de muita gravidade, aí o doente era levado para a cidade para receber atendimento médico. Mas esse fluxo de informações também apresentava lá seu lado complicador

Daremos aqui o exemplo de uma cena bastante corriqueira na vila: “desavença de casal”, o conflito do casal, absolutamente, não ficava no domínio doméstico. Rapidamente os moradores da vila, por poucas horas ou dias, ficavam sabendo, cabendo várias interpretações ao fato. Uma espécie de julgamento simbólico era estabelecido nas conversas e nos cochichos sobre fatos que saíam da normalidade disciplinar do lugar.

Evidentemente que a condição privada dos lares era de certa forma mantida. Nem tudo chegava ao conhecimento comum das outras famílias. O sigilo e a intimidade muitas vezes não passavam para o “lado de fora” da casa. As mulheres da vila não exerciam

funções somente no espaço doméstico. Participavam da dinâmica local em várias esferas. “fora do lar organizavam e participavam de novenas, exercício religioso freqüente principalmente em datas como o natal e a páscoa. Desempenhavam diversas tarefas no sentido de integração dos moradores, assumindo o papel de costureiras, lavadeiras, enfermeiras, curandeiras, parteiras, benzedeiras, agricultoras, confeitadeiras. Com a baixa renda das famílias, muitas mulheres reuniam-se para produzir o que fosse possível em seus lares, ajudavam assim a garantir condições, principalmente para as crianças, vestimentas, alimentação, assegurando outras necessidades.

Prática comum de algumas mães era a de confeccionar roupas no próprio ambiente doméstico. Com a ajuda de uma máquina de costura (de pedais e correias) produziam reparos e peças para os filhos aproveitando retalhos, “sacos de farinha” e tecido (fazendas) comprados na cidade. As roupas dos maridos e dos filhos eram aproveitadas até a última condição de uso. Eram usados os famosos “remendos” nas roupas, possibilitando a utilização da peça por mais algumas vezes. Sobre este assunto dona Ilza Maria³⁰ lembra que :

“ roupa comprada era difícil, só mesmo no natal ou no fim de ano, se não, era tudo feito em casa. Desde roupa de cama, coberta, fronha, pano de prato, toalhas, tudo era eu e as filhas que fazia. Aproveitava até os saco de farinha pra fazer roupa pra criançada...”

Era um trabalho constante pois a lida com a madeira desgastava apressadamente as roupas dos operários, necessitando sempre de novos remendo. Dona Ilza Maria coloca até a condição estética quando afirma que:

³⁰ Ilza Maria Steffler de Oliveira entrevista realizada em 03.03.2000 (Lages)

“não era feio andar com roupa remendada, não tinha porque tê vergonha. Feio era andar sujo e rasgado pela vila, isso eu não aceitava. Mas limpo, dava pra usar roupinha remendada. Os meus filhos usavam, mas sempre limpinhos”

Claro que esta prática doméstica não era genérica em todos os lares da vila. Muitas esposas não tinham essa prática de reaproveitamento de roupas, motivo esse condenado pelo segmento que produzia “caseiramente” suas vestes. Pode-se afirmar que nem todas as mulheres aderiam à esta atividade. Ou por não dominarem os “dotes” domésticos, ou pelo motivo desse costume não estar inserido no seu modo de vida. Dizemos isso, pois, esta não uniformidade em cuidar das “coisas do lar” gerava conflitos entre as mulheres da vila.

Do ponto de vista das “italianas” parecia ser inadmissível não “saber dessas coisas”. Apresentavam uma preocupação extrema com a casa e com a família. Quanto mais a mulher ocupasse as horas do dia para dar conta de inúmeras tarefas, mais era bem vista pela comunidade da vila. O que não faltava na vila era movimento de mulheres cumprindo várias tarefas em quase todo dia.

Vejamos o que nos diz dona Ilza Maria sobre as impressões que teve quando chegou na vila. Segundo ela:

“meu Deus, quando chegemo lá, tinha mulher daquela que não sabia pregá um botão, fazê um pão, então, nem sabiam, era tudo de um outro jeito, do jeito que tavam acostumado, diserto. Nós é que ensinemo aquelas mulher trabalhá...”

Anteriormente, no texto, colocamos que os moradores da vila eram caboclos e italianos.

Obviamente que dona Ilza expressa o olhar do “migrante” que trouxe consigo e sua

família um outro código social para o espaço da vila. Contrastavam-se assim códigos diferentes de costumes, percepções e modos de vida.

Nas entrelinhas, vieram para desenvolver, para ensinar, vieram para dominar e trabalhar aquele lugar diferente, estranha, ensinar também a gente dessa terra que segundo os italianos: *“tinham um outro jeito de fazer as coisas”*.

Na concepção dos migrantes, a localidade estava para ser, deveria ser desenvolvida a qualquer custo. O “outro jeito” dos caboclos parecia ser para os “gringos” o obstáculo para o desenvolvimento do lugar.

Outra tarefa corriqueira na vila, e também tida como “serviço de mulher” era o de abastecer a casa com água. Quase sempre era buscada em “bicas”, fontes próximas à vila. Para o transporte da água, utilizava-se latões de querosene, baldes de alumínio comprados no armazém da vila. Buscar água para cozinhar, dar banho nas crianças, lavar roupa em casa.

Muitas mulheres mantinham o costume de lavar roupas nos riachos e rios locais. Bem “cedinho” deslocavam-se com muita roupa suja até a beira do rio. Lá ficavam guardadas algumas tábuas lisas que auxiliavam a difícil tarefa. O deslocamento das mulheres para o rio evitava o trabalho de carregar baldes d’água para suas casas. Outras, tinham que se submeter à esta difícil e fatigante tarefa, pois alguns maridos não aceitavam que suas esposas se “juntassem” com outras mulheres no rio. Esta prática de ajuntamento poderia ser uma “perigosa influência” para a mulher. O “lavatório” de roupas tornava-se assim um intenso espaço de sociabilidade entre as mulheres da vila. A beira do rio tornava-se um propício ambiente de convivência, de solidariedade, de partilha e de identificação entre as “donas de casa”.

Este local de encontro de mulheres “para lavar roupa”, não era bem visto por alguns maridos. Para eles, a beira do rio, era local de fofocas e intrigas, propício para que a

mulher aprendesse “coisas perigosas”, o que na mentalidade deles comprometeria a segurança conjugal. A esposa poderia sofrer influência de outras mulheres, o que poderia desestabilizar o seu comportamento de “mulher séria” e “direita”.

Qualquer atividade fora do domínio doméstico, longe da casa, parecia ser encarada com maus olhos pelos chefes de família. Proibidas de abandonar o lar pelos maridos, a alternativa era construir um “coxo” de madeira para lavar as roupas em casa. Sobre este aspecto Michelle Perrot em “Os excluídos da História”, faz uma análise sobre as mulheres no lavadouro, quando relata que esta atividade está no ponto de intersecção de duas grandes tarefas femininas:

“O século XIX é uma civilização da roupa de casa e do vestuário ligado à primeira revolução industrial: a têxtil. A roupa de casa, valor de uso, em certo sentido é um capital. A formação de enxoval de casamento das mulheres é uma poupança, e os armários cheios de roupa de casa são um sinal de riqueza”. (1988:225)

A prática de lavar roupas era intensa, motivada pelo trabalho dos homens com a madeira, tanto na serraria como no mato. A reunião de mulheres à beira do rio era inevitável. Muitas para economizar, fabricavam o “sabão caseiro” ou conhecido “sabão de soda” para limpar a roupa.

Sobre a dinâmica do “lavatório” este lugar passava por certa organização. Guardado o contexto histórico Michelle Perrot relata sobre o lavatório e as coisas que se passavam num dia de trabalho. Para a autora:

“primeiramente, um nível sonoro: no início, todas estão muito ocupadas, só se ouve o barulho dos batedouros; depois, o ritmo diminui e começa-se a ouvir a conversa de uma mulher com sua vizinha; a seguir, as vozes se tornam mais altas, fala-se de uma tábua para outra, e o concerto das vozes

tende a superar o barulho dos batedouros.”(1988: 227)

O lavatório tinha seus ritmos, local de intensas trocas, de trabalho e de prazer. Também era um lugar de solidariedade e ajuda mútua: aí trocavam-se receitas conselhos, experiências, diálogos e, reforçavam-se laços de amizade. O lavadouro representava o lugar da liberdade, onde as mulheres podiam planejar melhor suas vidas.

A presença das mulheres nas vilas de serrarias, assegurou à “ordem” do lugar certa estabilidade social. O trabalho destas foi fundamental para o desenvolvimento de inúmeras atividades realizadas no interior das vilas. Mesmo passando por sujeitos “desapercebidos”, sustentaram uma estrutura social baseada na figura e no trabalho dos homens. Na vila, as funções das mulheres estavam formalmente limitadas a tarefas domésticas. O dia amanhecia mais cedo para as mulheres. Muitas delas, levantavam-se de madrugada para fazer o fogo, esquentar água e preparar o café. Algumas tinham a função de acordarem seus maridos, prepararem suas mochilas, roupas, para mais um dia de trabalho. Em alguns casos mulheres ou crianças tinham que levar o café até a serraria para seus respectivos maridos ou pais.

A responsabilidade em cuidar da educação dos filhos era das mulheres. Educarlos e discipliná-los era função feminina nos lares da vila. Eram elas que cuidavam do cotidiano doméstico. Donas de casas, tinham que providenciar durante todo o dia, inúmeras tarefas ligadas a casa e a família. No cenário cotidiano da vila, as mulheres assumiam uma posição de coadjuvância. Mesmo garantindo e sustentando, nos bastidores a ordem local não apareciam como sujeitos principais. Seus papéis, apesar de importantes, não eram valorizados ou lembrados.

Invisibilidade parece ser um termo adequado para definir o trabalho das mulheres na vila. Participavam como se não estivessem presentes no processo.

O centro das atenções estava voltado para o “Lócus” do trabalho, para a serraria. Trabalho importante era o desenvolvido no trato com a madeira. Serrar, puxar, empilhar, cortar, carregar, fazer o trabalho pesado parecia ser o mais importante. O trabalho dos homens é que era principal no processo produtivo.

As atividades vinculadas ao corte da madeira eram a “razão de ser” e de existir daquele espaço coletivo. Atividades exercidas pelos homens consequentemente.

Além das mulheres, crianças também participavam das atividades informais. Ajudavam suas mães nas tarefas da casa, e ainda exerciam tarefas ligadas a serraria. Um dos primeiros contatos das crianças com o espaço da serraria dava-se quando levavam café para seus pais, irmãos, parentes. Na serraria não havia nenhum local apropriado para refeições. No intervalo para o almoço, os trabalhadores vinham almoçar até suas casas. Outra atividade exercida pelas crianças, era a de “abastecer” a casa com “refugos” de madeira da serraria. Buscavam lenha, topes, cavacos que sobravam das toras serradas e levavam para casa. Transportavam a carga em “carros de mão”, estes carrinhos feitos de madeira e rodas, construídos por seus pais, auxiliavam no transporte da carga.

Formalmente, as crianças não recebiam nenhuma remuneração. Ganhavam alguns trocados dos pais pelo serviço prestado. Algumas crianças, principalmente meninos, eram iniciadas nos trabalhos da serraria bem cedo. Com onze ou doze anos, alguns meninos já executavam tarefas no espaço da serraria. Atividades de limpeza como carregar serragem, próxima das máquinas para fora da serraria. Juntar e carregar pedaços de madeiras que atrapalhavam o serviço dos operadores de máquinas também era tarefa dos “piás”. Estas funções infantis iam ensinando, desde cedo, o duro cotidiano da serraria.

Era comum encontrar crianças nos arredores da serraria. Ou estavam no pátio da firma, ou estavam desenvolvendo alguma tarefa diretamente ligada a serraria. O pátio da

serraria era muito próximo das casas da vila, o que propiciava um contato direto das crianças com o ambiente de trabalho.

Muito ainda precisa ser pesquisado sobre a realidade das mulheres e crianças nos espaços das vilas de serrarias. É quase inexistente enfoques que tragam análises sobre o “lugar” desses no processo histórico. Foram levantados aqui, apenas alguns aspectos sobre estes sujeitos que vivenciaram o tempo das serrarias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como em outras serrarias, a extração das araucárias foi diminuindo gradativamente, por ser uma atividade extrativa não houve a preocupação naquele contexto de promoverem o replantio desta espécie. As florestas de araucárias que existiam na região foram desaparecendo pela ação humana.

Sobre o fim desta atividade na vila Cherubini, busco o depoimento de seu Dante Coelho³¹, ex-trabalhador da serraria que aponta e nos traduz, as conseqüências do final da atividade naquele lugar. Para ele:

“às vezes eu fico pensando sobre aquele tempo...pensá o tanto de pinheiro que foi derrubado. Não dá nem pra imaginá... era aquela pressa se derrubava pinheiro aqui e já ia marcando pinheiro lá (mostra com a mão) na serra... fico pensando que ninguém queria saber naquele tempo, que os pinheiro iam acabá.. as serrarias tomaram conta de tudo... a gente trabalhava no pesado e porque conhecia tudo que era terreno aqui na região, não faltava trabalho... se tivesse alguém que pensasse no futuro, naquele tempo, talvez as coisas tivesse sido diferente hoje. Foi bom pros donos das serrarias, e pra alguns fazendeiros que souberam aproveitá o dinheiro da madeira... pros caboclos véios, não sobrou nada, ficaram como antes, pobres... muitos venderam o terreninho e foram para a cidade (Lages, principalmente) outros continuaram até hoje por aqui... dá saudade viu... mas do tanto de pinheiro que tinha, por tudo, acho que pensaram que nunca ia se acabá... e com o tempo derrubaram tudo... até hoje eu não sei como é que pôde, tudo termina assim. Muita gente foi embora... muitos donos de terras aqui, que venderam pinheiros pras

³¹ Dante Coelho entrevista realizada em dezembro de 2001

serrarias, hoje tão mais pobres do que eram antes. Eles não davam valor pros pinheiros e foram, ficaram no prejuízo”.

Da fala de seu Dante, é marcante uma frase que considero fundamental deixar como marca de tudo que foi pesquisado: *“a gente trabalhava no pesado e porque conhecia tudo que era terreno aqui na região, não faltava trabalho”.*

A maioria dos trabalhadores das serrarias era de caboclos. Não seria exagero dizer que por causa do seu trabalho e do conhecimento que possuía do meio que estava envolvido desempenhou papel fundamental para o processo produtivo. A mão – de – obra desses sujeitos históricos possibilitou o desenvolvimento da atividade madeireira em todo o planalto serrano catarinense. Atividade esta, devastadora no plano ambiental, pois derrubou a maior parte das florestas de araucárias. Excludente no plano social, pois, deixou à margem do processo um grande contingente de trabalhadores pobres, espoliados, tanto os caboclos quanto os migrantes gaúchos. Famílias inteiras abandonaram as vilas e foram morar na periferia da cidade de Lages, sem nenhuma perspectiva de trabalho. Se adaptar à um contexto de crise que assolou praticamente toda a região serrana catarinense, seria o grande desafio dessa gente.

As antigas florestas agora eram florestas de “tocos” e toda a gente utilizada na atividade madeireira, sem um destino, sem um caminho à seguir. Com o fim das araucárias o que sobrou foi gente. E toda a gente cabocla e famílias dos migrantes gaúchos que trabalharam nas serrarias e habitaram nas vilas, agora teriam que inventar a vida com suas próprias forças.

Reinventar a vida diante de uma situação adversa, parece ter sido mais uma demonstração da resistência e força dessa gente. Anônimos, explorados, os caboclos eram a base de uma estrutura sócio-econômica, voltada à incessante atividade extrativa, tendo como maior símbolo a serraria e a vila de trabalhadores.

Com a escassez de pinheiros na região, a serraria Cherubini, próxima a localidade de Casa de Pedras, diminuiu gradativamente sua produção. No início dos anos 70, já apresentava uma redução da atividade interna e externamente. No mato tinha-se pouquíssimo trabalho. Na serraria, aproveitava-se ao máximo a madeira que restava nos estaleiros e no pátio da firma.

Aos poucos, com o passar do tempo, algumas casas iam sendo desconstruídas. Famílias tiveram que deixar a vila. Algumas levaram as madeiras da casa juntas à mudança para construírem-na em outro lugar.

(foto 10)

Em pouco tempo a vila de trabalhadores foi perdendo sua gente, sendo caracterizada da sua forma tradicional. Em 1976 a serraria foi desativada, o seu barracão foi derrubado e quase mais nada ficou da vila no lugar. Ficaram apenas, as marcas e as lembranças de um intenso processo de socialização. Ficaram memórias, recordações. Ficaram as memórias vivas levantadas nesta pesquisa.

Esta pesquisa surgiu de uma inquietação, a de narrar as condições de vida e de trabalho das famílias que vivenciaram o espaço da Serraria Cherubini entre 1959 e 1976. Evidenciou-se as relações cotidianas no mesmo local de convívio de dois diferentes grupos, os caboclos e os migrantes descendentes de italianos, procurou-se demonstrar nesta pesquisa o encontro de diferentes culturas, suas manifestações sociais num cenário de intensas modificações no espaço geográfico.

(foto 11)

A serraria Cherubini foi uma das várias serrarias que se instalaram no planalto serrano catarinense, que trouxeram uma nova atividade econômica à diversas localidades na região. A atividade madeireira trouxe para a região serrana um novo projeto produtivo que se baseou na intensa e extensa exploração das araucárias e na exploração da força

de trabalho de um grande contingente de caboclos e migrantes gaúchos. Caracterizei no decorrer desta pesquisa, como eram as relações de trabalho no interior do pavilhão da serraria. Tarefa que não fácil, pois a serraria materialmente não existe mais. Tive que “remontar” a partir das memórias vivas das pessoas que entrevistei, os fragmentos daquele passado.

O maquinário, o pavilhão, as casas não estavam mais presentes no lugar. Ficaram as recordações e as lembranças que ainda resistem a ação do tempo. Uma das preocupações presentes no desenrolar da pesquisa, foi a de evidenciar a presença marcante dos caboclos no processo produtivo. A maioria dos trabalhadores da serraria era composta pela “gente da terra”, os caboclos. Dar visibilidade à esses sujeitos que exerceram um papel fundamental no desenvolvimento da atividade madeireira, foi um dos propósitos desta pesquisa.

Espero que este trabalho possa vir a contribuir na direção de apresentar alguns aspectos “esquecidos” pelas obras que tratam do mesmo período. Priorizei nesta pesquisa a análise do cotidiano vivenciado pelas pessoas que faziam parte daquela vila, pessoas estas ausentes na produção historiográfica tradicional. Foram elas as responsáveis pela construção do contexto sócio – econômico aqui analisado.

Outra intenção, que espero ter alcançado, foi a de desenvolver uma análise sobre os impactos que a serraria desencadeou na localidade e nas propriedades circunvizinhas. Tanto o espaço, a paisagem e a configuração territorial tiveram transformações ocasionadas pela instalação da serraria, quanto as pessoas que viviam naquela localidade e mesmo aquelas que estavam chegando para trabalhar passaram por mudanças.

Pelo que pude observar, as características do espaço da serraria aqui analisadas eram muito parecidas com tantas outras que existiram na região..

Ao propôr que as histórias da vivência destes grupos de certa forma heterogêneos, fosse recontada, pude perceber o quanto a gente anônima e pobre que vivia e vive na região serrana, contribuiu para o tão proclamado “ciclo da madeira”.

A minha pesquisa pretende contribuir para que se possa compreender como se davam as relações sociais no “interior” de uma serraria e de sua vila de trabalhadores.

Portanto, esta pesquisa não se dá por acabada, ela levantou algumas análises, e indicou outras questões que precisam ser aprofundadas.

Voltar aquele passado, mesmo que de forma fragmentada através das escolhas de lembranças, foi sem dúvida um grande prazer. Às pessoas que partilharam suas memórias, que fizeram parte da dinâmica daquela atividade econômica contribuíram muito para a realização desta pesquisa. Quero aqui deixar meu agradecimento aos homens e mulheres que permitiram que suas lembranças fossem expostas: seu Adelino de Oliveira, dona Ilsa Steffler de Oliveira, dona Catarina de Oliveira, dona Venina Knoll, seu João Donato, seu João Francisco Melo, João Pedro de Liz, seu Dante Coelho, sem a clareza dos seus detalhes e a disposição para lembrar de um passado relativamente distante esta pesquisa ficaria incompleta. Obrigado .

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BOSI, Ecléia . Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1994

CAROLA, Carlos Roberto. Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis, UFSC 1997

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.

CASTRO, Iná Elias de, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa(Org). Geografia Conceitos e Temas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.

CHIAVENATO, Júlio José: As Lutas do Povo Brasileiro – do “descobrimento” a Canudos. São Paulo. Moderna, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter P: Geografia política e Desenvolvimento Sustentável,

In, Revista Terra Livre, AGB, São Paulo, 1993.

KOZEL, Salette: Didática de geografia: memórias da terra: o espaço vivido. São Paulo. FTD, 1996.

MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História

Lenta. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986

MUNARIM, Antônio: A práxis dos movimentos sociais na Região de Lages

Florianópolis, UFSC, Dissertação mestrado em Educação, 1990.

Serra Catarinense: a busca de Identidade Regional .In

Revista de Divulgação Científica e Cultural – UNIPLAC, v.II n° I, Janeiro/junho 99. Lages.

PEIXER, Zilma: A Princesa da Serra entre a cidade ideal – a cidade memória – cidade vivenciada. Revista da Memória. Fundação Cultural de Lages. 1996

PERROT, Michelle . Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros
São Paulo: Paz e Terra, 1992

RAFFESTIN, Claude: Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993

RENK, Arlene Anelia: A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no

Oeste Catarinense. Rio de Janeiro Museu Nacional da Universidade Federal

Do Rio de Janeiro. 1990 Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. razão e emoção.

2ª ed. Ed. Hucitec, São Paulo. 1997.

: O Espaço Interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986

: Metamorfoses do Espaço Habitado – fundamentos teóricos e

me : metodológicos da geografia. São Paulo, 3ª ed. Hucitec, 1994

SIGNORINI, Inês. Linguagem e Identidade: Elementos para uma discussão no

Campo Aplicado. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. História Oral. Ed. Paz e Terra, Rio de

Janeiro 1992.